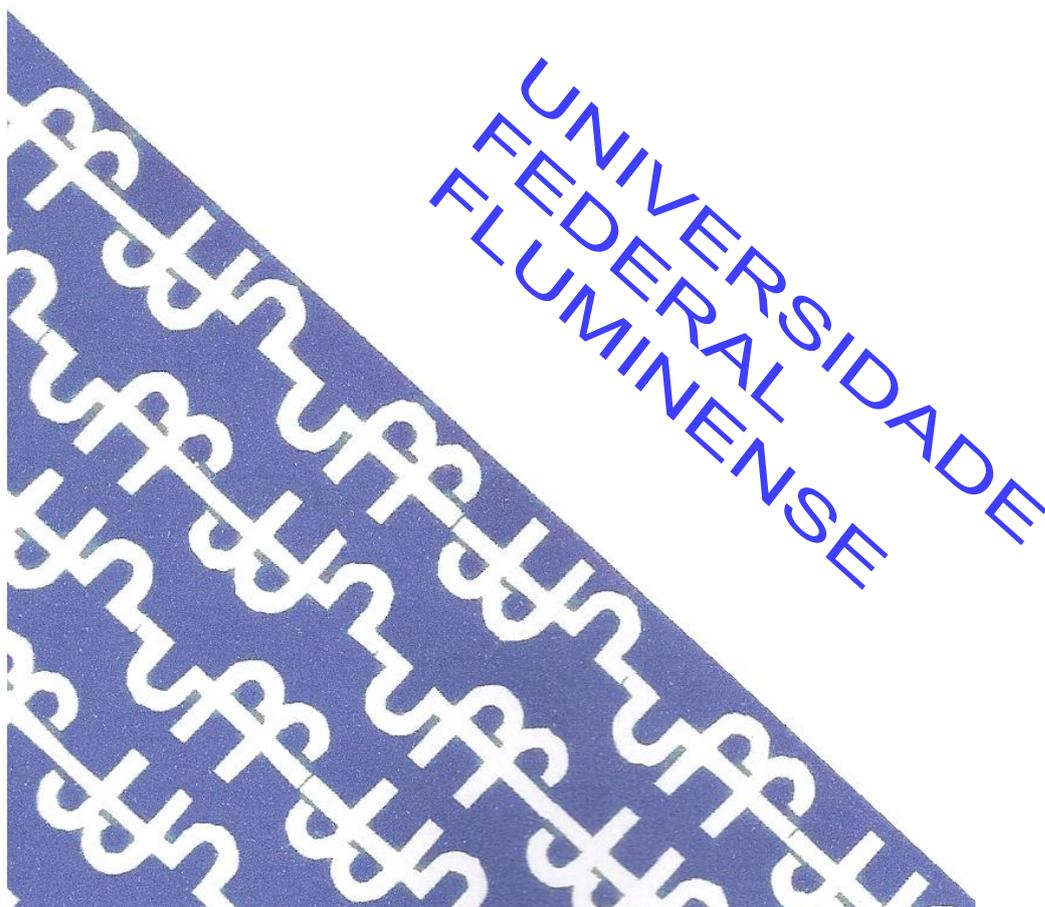


ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

Celso Antônio Spaggiari Souza

**Gênero, Trabalho e Migração: Lugares de Homens e de
Mulheres na Lavoura de Café do Sul/Sudoeste de Minas
Gerais**



NITEROI, RJ

2017

CELSO ANTÔNIO SPAGGIARI SOUZA

GÊNERO, TRABALHO E MIGRAÇÃO: LUGARES DE HOMENS E DE
MULHERES NA LAVOURA DE CAFÉ DO SUL/SUDOESTE DE MINAS
GERAIS

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Política Social.

Área de concentração: Sujeitos sociais e proteção social

Linhas de pesquisa: Gênero, orientação sexual, raça e política social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rita de Cássia Santos Freitas

NITERÓI

OUTUBRO 2017

S729 Souza, Celso Antonio Spaggiari.

Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do Sul/Sudoeste de Minas Gerais / Celso Antonio Spaggiari Souza. – 2017.

181 f. ; il.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social, 2017.

Bibliografia: f. 164-181.

1. Café. 2. Agricultura familiar. 3. Trabalho feminino. 4. Emprego temporário. 5. Migração interna. 6. Minas Gerais. I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari. **Gênero, trabalho e migração**: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do Sul de Minas Gerais. 2017. 182f. Tese (Doutorado em Política Social) - Escola de Serviço Social- Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Aprovado em: 30/11/2017

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Andreia Clapp Salvador
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Luciene Alcinda de Medeiros
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Prof^a. Dra. Verônica Gonçalves Azeredo
Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes

Dedico este trabalho:

A Beatriz Spaggiari, minha mãe. Por ter frequentado pouco a escola, lutou sem medidas para que os seus filhos estudassem sempre.

A Cynthia, Emanuelle, Maíra (*in memoriam*), Anamaíra, Pablo, Ana Beatriz, Anahy, Pedro Paulo, Giovanna, Otto e Antônio, filhos e netos de coração e convivência, razão e emoção.

A todos os meus alunos, pela oportunidade que me propiciaram e responsabilidade que me deram de me constituir professor, a cada aula, semestre, ano letivo.

AGRADECIMENTOS

De tantos que contribuíram de tantas formas para que eu pudesse estudar sempre, conseguisse pensar e acalantar as questões postas nesta tese de doutorado, pesquisar e compartilhar inquietações sobre um campo de estudos que me fascina, escolhi estas pessoas e instituições para registrar minha imensa gratidão:

À Carlota Teresa Rios Damitto, pela companhia contínua na construção de um casamento.

Ao Cícero, Carlos, Celina, Maria Ângela, Antônio, pela constante companhia na vida e oportunidade de exercitar a experiência do respeito e tolerância às diferenças entre irmãos.

À Rita de Cássia Ferreira e Silva, minha “irmã na profissão” da engenharia agrônômica, sempre minha “outra filha” por carinho, identificação, e transferência.

A minha orientadora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas, pelo acolhimento, afeto, empatia, leveza, profundidade e equilíbrio. Por sua capacidade de ouvir muito além do que eu fui capaz de dizer; pela fala precisa; pela capacidade de acalantar os temas de pesquisa de seus alunos; por manter inflexível rigor, sem nunca perder a ternura.

À Professora Dra. Mônica Maia de Castro Senna, pelo zelo profissional com seus alunos e capacidade de dizer a palavra mais certa. Pela leveza, carinho e humor em todas as horas de convívio.

À Professora Dra. Hildete Pereira de Melo, pelo humor, rigor e doçura no agradável encontro em todas suas aulas, sempre transbordados no seu extraordinário e explícito desejo de viver, de pensar e de ensinar economia.

À Professora Dra. Lenaura Vasconcelos Lobato, a minha primeira professora da pós-graduação *stricto sensu*, pela capacidade de transmitir e estimular nas nossas práticas rigor e ética nos estudos, nos conceitos, nos projetos e na pesquisa.

À Professora Dra. Veronica Gonçalves Azeredo pela seriedade e contribuições fundamentais feitas no exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Marcelo Bregagnoli, pelo exemplo inquietante de fazer sempre tantas coisas públicas com tanta competência e pelas contribuições fundamentais feitas no exame de qualificação.

À Flávia, Ana e Raquel, pela ética no trabalho, presteza, solicitude e eficiência permanentes na secretaria do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social.

À Márcia Pereira Cabral, por lição contínua da extraordinária capacidade de trabalho, fidelidade, transparência e direção à vida. Pela confiança, identidade e encantamento indizível, compartilhados por espaços, lugares, territórios e paisagens.

À Universidade Federal Fluminense, à Escola de Serviço Social e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social por acolher e promover a formação de profissionais qualificados em ambiente institucional republicano, democrático e plural.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, aos servidores Sérgio Pedini, Marcelo Bregagnoli e Luiz Carlos Machado Rodrigues, pela política transparente de estímulos reais às iniciativas de formação e capacitação docente, permitindo a manutenção da esperança de se alcançar, ainda que em algum dia no futuro, uma educação republicana, democrática e plural para o país.

À Universidade de São Paulo, pela Faculdade de Educação, pelo Professor Dr. Leandro de Lajonquière, *un hermano inteligente y acogedor*, por me aceitar e desafiar na disciplina Psicanálise e Educação, no primeiro semestre de 2014 em experiência instigante, acolhedora, desconcertante e marcante para sempre.

Aos colegas de serviço e amigos de coração que me ajudaram a cuidar com todo zelo e responsabilidade de que dispúnhamos das mil coisas, maravilhosas, complexas e desafiantes da Fazenda do *Campus* Muzambinho, nos anos de mestrado e doutorado, até 2014, Alysson José Sandy, Altieres Paulo Ruela, Genercy Dias Lopes, Greimar Alves de Jesus, Marcelo Moraes, Sebastião Marcos Vilela.

Com a mesma gratidão: aos agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras do café locais e migrantes, que me permitiram que lhes acompanhassem em seus dias de trabalho, concederam entrevistas, contaram suas histórias, abriram as portas de suas casas, as porteiras de suas propriedades e o acesso a seus locais de lazer, convivência e religiosidade,

viabilizando este estudo. Acredito que abriram também seus corações e, entre tantas coisas, me ensinaram que a solidariedade e alegria no trabalho duro e intenso no campo são possíveis e que a percepção de drama e tragédia na vida das pessoas pode também advir de um olhar viciado do pesquisador.

As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas (PERROT, 2007, p. 16).

Em todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de seu tamanho natural (WOOLF, 1994, p. 43).

Tenho um fascínio pela vida dos trabalhadores, porque representam onde a sociedade se move (AMIS, 2014, p. 10).

[...] não existem territórios homogêneos. Atualmente, todas as sociedades são uma coleção de diásporas. (BAUMAN, 2016, p.1) Tradução nossa¹

¹ No original: [...] no existen territorios homogéneos. Hoy toda sociedad es una colección de diásporas (BAUMAN, 2016, p.1).

RESUMO

Esta tese analisa as experiências de homens e mulheres que migram na busca de trabalho temporário nas lavouras de café de montanha do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, interagindo com outros trabalhadores e trabalhadoras locais nos espaços da propriedade da agricultura familiar. Procura também compreender as singularidades das formas familiares de produção de café como local de absorção destes trabalhadores e trabalhadoras. Analisa a recorrência e as condições da presença e inserção das mulheres neste lugar de trabalho. Busca ainda apreender como estes atores sociais se relacionam com as políticas públicas implementadas pelo Estado nestes espaços. A pesquisa de campo elegeu como informantes os trabalhadores, trabalhadoras, agricultores e agricultoras familiares em propriedades rurais produtoras de café nos municípios de Guaraniésia, Guaxupé, São Pedro da União, Jacuí, Muzambinho e Cabo Verde. Utilizou-se o recurso da história oral como a escuta e a interpretação do discurso social, na forma de entrevistas, histórias de vida e observação local participante, que permitiram acompanhar as práticas cotidianas na experiência direta de trabalho destes sujeitos. Utilizou-se ainda de dados de diversos registros das propriedades e estatísticas oficiais desta atividade. As análises da pesquisa indicam a intensa recorrência da migração de homens e mulheres para ocupações temporárias na lavoura de café de montanha. Autorizam também afirmar que essa modalidade laboral, inserida no cenário tão atual da flexibilização e reestruturação produtiva que degrada as relações de trabalho, de forma ambivalente, tem viabilizado tanto a reprodução social destes sujeitos em suas regiões de origem, como a própria sobrevivência desta forma de produção. Os trabalhos na lavoura de café apontam um lugar de homens e mulheres em que seus protagonismos têm construído relações de gênero formalmente mais igualitárias, ainda que, ao mesmo tempo, reatualizem e promovam relações, tradicionalmente, mais assimétricas. Os resultados do estudo também permitem afirmar que as políticas públicas para a agricultura implementadas pelo Estado brasileiro têm contribuído para delinear as feições do campo nestas regiões

Palavras-chave: Cafezais de montanha. Agricultura familiar. Trabalho feminino. Trabalho temporário. Migração.

ABSTRACT

This thesis analyzes the experiences of men and women who migrate in search of temporary work in mountain coffee plantations in the South / Southwest of Minas Gerais, interacting with other local workers in the spaces of family agriculture. It also seeks to understand the peculiarities of the familiar forms of coffee production as a place of absorption of these workers. It analyzes the recurrence and the conditions of presence and insertion of women in this workplace. It also seeks to understand how these social actors relate to the public policies implemented by the State in these spaces. The field research chose as informers the workers, farmers, and family farmers on rural coffee producing properties in the municipalities of Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Jacuí, Muzambinho and Cabo Verde. The oral history resource was used as listening and interpreting social discourse, in the form of interviews, life stories and participant local observation, which allowed following the daily practices in the direct experience of these subjects. Data from several annotation of the properties and official statistics of this activity were also used. The analysis of the research indicates the intense recurrence of the migration of men and women to temporary occupations in mountain coffee plantations. They also authorize to affirm that this labor modality, inserted in the current scenario of flexibilization and productive restructuring that degrades labor relations, ambivalently, has enabled both the social reproduction of these subjects in their regions of origin, and the very survival of this form of production. The work on coffee plantations points to a place of men and women in which their protagonisms have built formally more egalitarian gender relations, although at the same time, they reattach and promote traditionally more asymmetric relations. The results of the study also allow to affirm that the public policies for agriculture implemented by the Brazilian State have contributed to delineate the features of the field in these regions.

Key-words: Mountain coffee plantations. Family farming. Female work. Seasonal work. Migration.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-. Minas Gerais – Localização dos municípios da pesquisa	76
Mapa 2 - Mesorregião Região Sul/Sudoeste de Minas Gerai.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura fundiária brasileira.....	49
Tabela 2 - Queima de estoques de café nos anos 30 e início dos 40.....	57
Tabela 3 - Área ocupada, número de estabelecimentos e cesso a terra, conforme a condição do produtor nos diversos municípios.....	97
Tabela 4 - Número de migrantes no Brasil e relação entre o número de migrantes e a população rural em cada período.....	112
Tabela 5 - Cultura do milho no Brasil e Minas Gerais - Série histórica de área plantada, produção e produtividade.....	121
Tabela 6 - Cultura do feijão no Brasil e Minas Gerais- Série histórica de área plantada, produção e produtividade	113
Tabela 7- Cultura do arroz no Brasil e Minas Gerais- Série histórica de área plantada, produção e produtividade (médias por período).....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CA - Cadastro da Agricultura Familiar

CECAFÉ - Conselho de Exportadores de Café

CNC - Conselho Nacional do Café

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPDOC- FGV - Centro de Pesquisa e Documentação - Fundação Getúlio Vargas

DAP - Declaração de aptidão de produtor

DEC - Departamento da Economia Cafeeira

DNC - Departamento Nacional do Café

ECE - Empresas Comerciais Exportadoras

FAEMG - Federação da Agricultura de Minas Gerais

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICE FUT - Bolsa de Mercadorias e Futuros de Londres

IFSULDEMINAS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

INAES - Instituto Antonio Ernesto de Salvo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério da Indústria e do Comércio

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NYBOT - Bolsa de Mercadorias e Futuros de Nova York

NPK - Nitrogênio, Fósforo e Potássio

OGM - Organismo Geneticamente Modificado

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAP - Plano Agrícola e Pecuário

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

OIC - Organização Internacional do Café

ONU - Organização das Nações Unidas

SEPLAN MG - Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais

SNA - Sociedade Nacional da Agricultura

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPA - Unidade Familiar de Produção Agropecuária

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNESP - Universidade Estadual Paulista

USAID - United State Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

CAPÍTULO 1

1 NOS CAFEZAIS DE MONTANHA DE MINAS GERAIS: TRANSITANDO ENTRE AS TRADIÇÕES E A PRODUÇÃO MODERNA.....	26
--	----

1.1 Formas familiares de produção: permanência e funcionalidade.....	28
--	----

1.2 Legitimação da agricultura familiar na sociedade e nas políticas públicas.....	35
--	----

1.3 Política pública, ainda que tardia, no entanto	44
--	----

CAPÍTULO 2

2 SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO.....	49
---	----

2.1 Terras desiguais: tanta terra para poucos, pouca terra para muitos.....	50
---	----

2.2 Café e Estado no Brasil: relação de fidelidade e tensões.....	52
---	----

2.3 Leis para trabalhador ver.....	66
------------------------------------	----

2.3.1 Sistema Nacional de Crédito Rural.....	67
--	----

2.3.2 Estatuto da Terra.....	69
------------------------------	----

2.3.3 Estatuto do Trabalhador Rural.....	71
--	----

2.4 Outras políticas mais atuais delimitadoras das feições contemporâneas do campo.....	73
---	----

CAPÍTULO 3

3 O ESPAÇO E OS LIMITES DA CAFEICULTURA DE MONTANHA.....	76
--	----

3.1 Cartografia da cafeicultura de montanha.....	77
--	----

3.2 O espaço, o lugar, o território, a paisagem: uma visão humanista.....	79
---	----

3.3 Cafeicultores tradicionalistas, inovadores e empreendedores.....	87
--	----

CAPÍTULO 4

4 MIGRAÇÕES RURAIS: ENTRE O REAL E REFERÊNCIAS TEÓRICAS DE ANÁLISE.....	94
---	----

4.1 Um quadro teórico para compreensão das migrações.....	95
4.1.1 Trabalhadores livres e limitados e trabalhadores sem trabalho.....	98
4.1.2 Trabalhadores sujeitados pela estrutura.....	101
4.1.3 Trabalhadores tão móveis como as mercadorias.....	102
4.2 Outro quadro teórico para compreensão das migrações.....	103
4.2.1 Por explicações econômicas e sociológicas.....	104
4.2.2 Novos destinos para os movimentos de sempre.....	106
4.2.3 Migrantes que não se autodenominam migrantes.....	109

CAPÍTULO 5

5 GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: VIDAS EM TRÂNSITO PELAS LAVOURAS DE CAFÉ DO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS.....	114
5.1 Grandes plantações modernas e agricultores sem produção.....	114
5.2 Os espaços que expulsam e os espaços que atraem.....	120
5.3 A migração das mulheres.....	122
5.4 Viúvas, cafezais e família: donas de terras e de seus destinos.....	135
5.5 Viuvez: compulsoriedade, oportunidade e desafio para atuação no espaço público...	138
5.6 Vivências femininas: terras, cafezais e família.....	140
5.7 Três famílias entre a terra o trabalho e modos de vida	142
5.8 A lavoura de café no Sul/Sudoeste de Minas: sobrevivência e reprodução social do produtor e da plantação.....	146
5.9 A vida estruturada sob a ética do trabalho familiar intenso.....	149
5.10 A família que se estende para fora da casa.....	150
5.11 A terra como espaço de produção do que comer e da esperança de progredir.....	154
5.12 O trabalho com a terra e com a família estruturam as subjetividades.....	156
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161

INTRODUÇÃO

[...] é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho. Ao trabalho e à guerra são os dois imperativos do processo de modernização (HEIDEMANN, 2004, p. 27).

Na infância, ouvi do avô materno, em língua que não compreendia bem, referências constantes a vivências num país distante que outrora fora o seu, perdido no espaço, no tempo e já muito confuso na sua memória. Também migrante, a avó narrava seguidas histórias de gente muito sofrida na terra em que nasceu e outras histórias, igualmente de gente sofrida em terra em que não nasceu, em uma mistura mais inteligível de português e italiano. Minha mãe, a tia e o tio também contaram histórias de segunda mão de lugares distantes, que não foram suas, de gente que não conheceram, de experiências que nem viveram, mas que foram apropriadas por eles pelas lembranças e narrativas dos seus pais. Todos faziam referências a modos de vida e aos trabalhos do campo em uma terra longínqua, perdidos na memória, e ao que parece, quanto mais distante no tempo, mais estavam dispostos a narrá-los e mais pareciam-lhes pertencer. Dos outros avós, ouvi repetidas histórias melancólicas e ressentidas de tios, conhecidos e outros parentes, que acompanhados de suas famílias, abandonaram o lugar, nos idos anos 60 e foram plantar café no norte do Paraná sem nunca mais voltar. Desta avó ouvi histórias antigas, e também ressentidas, de outra região central de Minas que ela e família abandonaram para tentar nova vida em nova terra.

Na infância, na adolescência e na vida adulta, convivi com o movimento intenso de trabalhadores e trabalhadoras locais e dos que vinham de outras regiões do país, à época da colheita do café, para se empregarem nas fazendas da região, enchendo de dinamismo e barulho alegre os cafezais, mas causando desconfiança aos que lhes encontravam pelo caminho da roça e das pequenas cidades. Participar do drama humano da migração (muitas vezes próximo da tragédia!), estar envolvido com a lavoura de café como lugar de trabalho, de produção, modo de vida, e desejar compreendê-los muito além da sua valorização como um espaço produtor de mercadorias, negam-me a condição da indiferença, ao mesmo tempo

em que obrigam a me desfamiliarizar com o tema, evitar as primeiras evidências e buscar o que ainda possa se mostrar como estranho.

Os trabalhos de agricultor, de engenheiro agrônomo e de professor no campo das ciências agrárias e sociais puseram-me em forte envolvimento nas vivências com os que trabalham a terra, com os que a estudam e constroem narrativas sobre ela, em diferentes perspectivas e condições. Por tudo isso, ao engendrar um texto acadêmico sobre lugares, gênero, migração, trabalho, pequenos agricultores, trabalhadoras e trabalhadores do campo, este assumido pertencimento e a intensa aproximação me comprometem e também me privilegiam. Delinear a pesquisa, caminhar com ela e conduzir uma narrativa, sem demais confundir estas fronteiras, dá ânimo e acalanta este trabalho.

Posto isso, já no próximo parágrafo, passo a escrever esta tese de doutoramento na terceira pessoa, almejando fidelidade ao princípio exposto e assumido e para não abusar da clemência dos que devem zelar pelos cânones acadêmicos que devem prevalecer em textos desta natureza.

Nos meses de maio a setembro, as lavouras de café do Sul de Minas Gerais se enchem de enormes levas de trabalhadores temporários locais e migrantes, homens e mulheres, vindos de diversas partes, principalmente do Nordeste do Brasil, Norte e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, Norte do Paraná, estes em menor número nos últimos anos. Os migrantes empregam-se como safristas na colheita de café, por três a cinco meses, misturam-se neste tempo às trabalhadoras e trabalhadores locais, depois, muitos deles retornam às suas regiões de origem, alguns se fixam nas fazendas ou pequenas cidades e distritos, há os que partem em busca de trabalhos em atividades diferentes em outros lugares, porque nesta lavoura não há mais ocupação para todos eles até a próxima safra. Na região de Cabo Verde, Muzambinho, Guaxupé e Guaranésia, Jacuí e São Pedro da União, no ano de 2014, entre cinco mil e sete mil trabalhadores e trabalhadoras transitaram pelas lavouras, ocupados por quatro a cinco meses, com a colheita de café². Em grande número, estão presentes as mulheres, acompanhadas ou não de suas famílias.

² Informação verbal fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Guaranésia.

No Sul/Sudoeste de Minas, predominam lavouras de café em áreas de montanha, por enquanto, ainda demandadoras de intenso trabalho sazonal na fase de colheita, insuficientemente atendida por mão de obra local e limitada possibilidade de mecanização, o que em hipótese, pode explicar parte da racionalidade desta intensa mobilização de trabalhadores e trabalhadoras. Conquanto a cafeicultura desta região seja, predominantemente, desenvolvida em propriedades familiares que se caracterizam por utilizar o trabalho da própria família e parceiros, a intensa ocupação de mão de obra adicional nesta fase da produção é conhecimento amplamente reconhecido e vivenciado por trabalhadores e produtores. Estes buscam estratégias de enfrentamento das necessidades de operacionalização da colheita em condições técnicas e de tempo apropriadas e aqueles aproveitam a oportunidade de emprego, mesmo que temporário. No Sul/Sudoeste de Minas Gerais, mesmo os pequenos cafeicultores familiares contratam 59% da mão de obra necessária à colheita e 16% da ocupada nos tratos culturais da lavoura (CORDEIRO et al., 2012).

De fato, estabelece-se, assim, um intenso mercado de trabalho sazonal que confere dinamismo próprio à economia e produz feições sociais especiais na região nestes períodos, viabilizando a cafeicultura de montanha e constituindo-se em uma das últimas atividades agrícolas intensamente demandadoras de trabalhadores. Por isso, uma hipótese que orienta esta tese é a de que a migração destes trabalhadores e trabalhadoras temporários tem servido à sobrevivência da atividade cafeeira de montanha que não pode se mecanizar completamente, bem como, com os salários auferidos neste período do ano, viabilizam à sobrevivência do migrante nas suas regiões de origem. A lavoura de café na montanha, limitada na possibilidade de se inserir plenamente no imperativo moderno da produção poupadora de mão de obra, demanda o trabalho temporário. Estes homens e mulheres, que vivem em regiões de baixo dinamismo econômico e profundas desigualdades no campo, precisam migrar porque os ganhos na colheita de café, em alguns meses do ano, podem viabilizar, nos outros meses, as suas permanências e manutenção dos seus modos próprios de vida nas suas terras de origem.

Na agricultura, seguindo ordenamento da produção moderna, os empregos têm desaparecido do campo, a exemplo das culturas da cana, do algodão, da laranja, do milho, da soja e da pecuária de corte. A intensa mecanização de todas as etapas da produção destas

culturas, sobretudo o caso mais recente da cana, diminuiu drasticamente as possibilidades de empregos temporários na agricultura, historicamente inerentes a esta atividade. Como atividades densamente utilizadoras de trabalho humano restaram os polos de fruticultura em perímetros irrigados no nordeste e os cafezais de montanha, porque as grandes lavouras, em áreas apropriadas, estão em processo acelerado de mecanização, necessitando cada vez menos gente para produzir. Estas atividades agrícolas, exercidas na forma da grande produção, desabitaram o campo, moldaram uma paisagem rural sem gente.

Anima este texto a discussão das experiências destes homens e mulheres que buscam, em migrações repetidas a cada ano, trabalhos temporários nas lavouras de café das regiões de montanha do Sul de Minas Gerais, interagindo com outros trabalhadores locais, pequenos e médios agricultores familiares em outras dinâmicas territoriais e culturais. Para isso, o presente estudo examina condicionantes econômicos, sociais e culturais nos territórios de origem e destinos destes migrantes, na tentativa de compreensão da intensidade e recorrência da mobilidade destas pessoas e da presença da migração feminina para regiões tão distantes em ocupações temporárias e, por isso, presumivelmente, precárias.

O trabalho busca, ainda, associar o movimento de migração temporária e a produção familiar de café com as políticas sociais para o campo, especialmente aquelas destinadas aos agricultores familiares e para as mulheres rurais, produzidas pelo Estado, nos últimos anos.

Como se ordenam os territórios por onde transitam estes trabalhadores e trabalhadoras? Como a lavoura de café de montanha, praticada na forma predominante de pequenas e médias propriedades de características familiares, se insere nas dinâmicas tão heterogêneas da agricultura brasileira? Como esses agricultores e trabalhadores têm assimilado e resistido às mudanças de base econômica e técnica da produção e como têm incorporado a presença marcante da migração em seus modos de fazer e viver? Que razões objetivas nas suas regiões de origem e de destinos predisõem essas pessoas à mudança? Que razões subjetivas devem orientar estes sujeitos sociais nas suas decisões de permanecer ou migrar? Que efeitos ou sentidos esses migrantes temporários perseguem com suas vidas em trânsito? Como interagem com outros trabalhadores e trabalhadoras, com os padrões provisórios e as pessoas do lugar? Por que, neste ambiente rural de tradicional preponderância no recebimento da migração masculina, tem aumentado a mobilidade feminina? A inserção no mercado de trabalho, mesmo que temporário, pode significar a

busca de maior autonomia e liberdade para estes homens e mulheres e constituir uma reação à precariedade de suas condições de vida? Ainda que as perguntas excedam a capacidade de resposta da investigação neste campo de estudos de difícil apreensão de sua totalidade, elas devem servir de estímulo e guia para a reflexão teórica acerca da experiência da mobilidade atual de pessoas nesta região do território brasileiro, sobretudo as migrações temporárias rurais, e em especial as de mulheres.

Sem se demitir de um conquistado afastamento necessário à análise geral, prioriza-se, em parte deste estudo, o envolvimento direto nas condições dos sujeitos pesquisados – a “*experience-near*” contraposta à “*experience-distant*”- na proposição feita por Geertz (2008). Busca-se, numa pretensa postura etnográfica, praticar “o olhar de perto e de dentro” capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos daqueles enfoques “de fora e de longe”, para utilizar as metáforas de Magnani (2002, p. 7). Estes últimos constituem recorrentes estudos rurais hoje em dia. Orientam-se por abordagens estruturalistas, macroestruturais e quantitativas, produzindo análises apoiadas nas abundantes informações e riqueza de dados disponíveis em estatísticas oficiais e privadas.

A pesquisa de campo, utilizando ferramentas da história oral como escuta e leitura do discurso social, na forma de entrevistas, histórias de vida e observação participante, e obtenção de dados de diversos registros, permitiu acompanhar as práticas cotidianas de trabalhadores e trabalhadoras, cafeicultores e cafeicultoras familiares. O registro das falas, o acolhimento de depoimentos, a anotação das observações das práticas dessas pessoas erigiu o estudo, produzindo as formas canonicamente pesquisáveis, que são os dados de pesquisa (ALBERTI, 2004). “Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2001, p. 17). É necessário reaprender a ver o mundo (MERLEAU-PONTY, 1999). Pode-se reaprender a ver o lugar, as pessoas que nele vivem e as relações que estabelecem a partir das histórias que narram. O recolhimento, a análise e interpretação destes dados podem delinear especificidades, a nosso ver, mais complexas destes sujeitos sociais. Permitem a aproximação e descortinamento dessa realidade que nunca pode ser total, “visto que produzido na relação da pesquisa – em que se encontram subjetividades: a do sujeito do conhecimento e a dos sujeitos investigados” (TURRA NETO, 2015, p. 57)

Almejando uma *descrição densa*, como na proposição de Geertz (2008), considera-se a perspectiva de gênero, classe, raça/etnia, geração e utiliza-se a observação, na maioria das

vezes participante, em trabalhos nas lavouras de café, em especial, os de colheita em estabelecimentos rurais, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, de interpretação de entrevistas com trabalhadores locais e migrantes, o acolhimento dos relatos e dos depoimentos de histórias de vida, realizados com trabalhadoras e trabalhadores permanentes e temporários e de pequenos empregadores familiares, na safra de 2014, 2015 e 2016 nos municípios de Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Muzambinho e Cabo Verde e Jacuí, municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Foram acolhidas entrevistas de 43 trabalhadores/trabalhadoras rurais, histórias de vida de 3 agricultoras/cafeicultoras e 3 agricultores /cafeicultores. Foram realizadas 62 visitas e observações participantes a 28 propriedades produtoras de café na região do estudo: 11 sítios e fazendas no município de Guaranésia, 3 em Muzambinho, 2 em Jacuí, 1 em São Pedro da União, 2 em Cabo Verde, e 9 em Guaxupé.

O estudo se apoia, ainda, em documentos primários como os registros de trabalhadores e controles diários da colheita nas fazendas e sítios. Os achados da pesquisa são apresentados neste texto em narrativa que se orienta no diálogo com autores que têm focado suas pesquisas em estudos de mobilidade populacional, políticas públicas no campo, gênero e trabalho rural no Brasil e sobre desenvolvimento rural, espaços, paisagens, lugares, territórios como construções humanas.

Elege-se o cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores, pequenos produtores familiares, envolvidos na lavoura de café de montanha do Sul de Minas Gerais como fonte e caminho na tentativa de compreender os conflitos, as mudanças, os devires e as permanências, os ritmos e temporalidades, os avanços e recuos, os fazeres e refazer, as vozes e os silêncios, a intenção, os desejos, o inconsciente e as crenças que tecem as feições tão peculiares, expostas nas paisagens desta região do Brasil. Tomam-se como referência as contribuições da filosofia fenomenológica na busca de “voltar às coisas mesmas” no dizer de Husserl (1986, p. 22). Para melhor compreensão deste lugar, filia-se também aos conceitos da geografia humanista, na acepção de Yi-Fu Tuan (1983), que compreende os lugares, os espaços, territórios e paisagens muito além de um suporte físico, mas como criações humanas, carregadas de poder, portanto de conflito, de pertencimento, de afeto e de dor.

Buscando uma contribuição quantitativa para melhor compreensão desta realidade,

apoiar-se ainda em *Séries Históricas* de dados oficiais da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, e do último *Censo Agropecuário*, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006); no estudo *Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais* feito pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), através de seu Instituto de Pesquisa Antonio de Salvo (INAES); nas *Séries Históricas, nos Levantamentos de Safras e Conjuntura* da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Assim, neste estudo, procura-se pensar com mais sistematização, a relação visceral destas mulheres e homens neste lugar, nas condições de trabalhadoras e trabalhadores, proprietários de pequenas e médias lavouras de café, na categoria de agricultores familiares. Persegue-se lançar, o quanto puder, um olhar inquiridor, atento, lúcido e amoroso sobre os cafezais de montanha do Sul/Sudoeste de Minas e as mulheres e homens que, por motivações diversas, transitam por eles e que deles dependem para viver.

Defende-se, neste estudo, que os que querem compreender melhor os homens e mulheres que trabalham nesse lugar tão específico e denso - que é a lavoura de café de montanha do Sul/Sudoeste de Minas, dentro da enorme heterogeneidade em que se apresenta a agricultura brasileira atual - devem “mergulhar diretamente nas suas realidades sociais, culturais, econômicas e políticas”. O que não liberta da exigência de se fazer atenta e frequentemente “um teste de conceito”, ou seja, “voltar se sempre às raízes epistemológicas” (SHANIN, 2005, p.1).

Estes são os problemas enfrentados neste trabalho, expostos como se seguem nos capítulos que compõem esta tese, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, *Nos cafezais de montanha de Minas Gerais: transitando entre as tradições e a produção moderna*, discute a sobrevivência, permanência e viabilidade das formas familiares de produção ao mesmo tempo em que ocorre o avanço das forças capitalistas no campo. Aponta como as políticas públicas, a partir da década de 90, têm legitimado esta forma de produção no Brasil. Aborda, ainda, as seguintes questões: como, nesta modalidade de produção, o trabalho da família se complementa e interage com o trabalho contratado de terceiros e muitas vezes com o do migrante? Como compreender a sobrevivência e funcionalidade das formas de produção familiares na estrutura moderna de

produção cafeeira? Que legitimidade social, cultural, política, econômica abriga o conceito de agricultura familiar? Expõem-se os fundamentos que apoiam a utilização, neste texto, da categoria de agricultores familiares e não a de camponeses. São as questões postas e tratadas nesta seção deste trabalho.

O segundo capítulo, *Sobre o papel do Estado na constituição e transformação do campo* ressalta e analisa a constante presença do estado brasileiro na configuração da estrutura agrária e o desenvolvimento rural no Brasil, ao longo de sua história. Muito mais que relações de representação e influência, o Estado e o Campo no Brasil se constituíram um ao outro. O Estado brasileiro constituiu-se sob forte influência das classes dominantes rurais e interveio neste espaço e sociedade de diferentes formas e intensidade ao longo do tempo. Por isso, acredita-se contribuir para a compreensão das feições contemporâneas da realidade rural brasileira a observação e compreensão mais aprofundada destas relações. A discussão está focada nas políticas e legislação que contribuíram para delinear a heterogeneidade da agricultura que marca os espaços rurais na atualidade, dentre eles a cafeicultura de montanha.

O terceiro capítulo, *O espaço e os limites da cafeicultura de montanha*, utiliza os conceitos de espaço, lugar, território, territorialidades e paisagens na percepção da geografia humanista na busca de compreensão do mundo humano pelo estudo das relações entre as pessoas e com a natureza, do seu comportamento, ideias e sentimentos construídos neste modo de produzir e viver com a terra e o trabalho com o café. Muito mais que um espaço produtor de mercadorias, a cafeicultura de montanha é um lugar de vida, com identidades que expressam alteridade em relação a outras formas de produção agrícola. O aporte teórico que compreende os espaços como construção humana, e a metodologia de estudo que ele suscita, anima e acalanta o estudo da cafeicultura de montanha, no impulso de compreender a frenética experiência das pessoas nela envolvidas muito além das motivações estritamente econômicas. Como sobrevivem as tradições desses agricultores, trabalhadores e trabalhadoras do café com formas modernas de produção e comercialização, exigentes em comportamentos inovadores e empreendedores e plenamente inseridas no mercado nacional e internacional? São as questões postas e analisadas nesta seção.

No quarto capítulo, *Migrações rurais: entre o real e referências teóricas de análise*, busca-se analisar as concepções que procuram explicar a mobilidade das populações na

sociedade contemporânea. Como as migrações, expressão de diferentes ordenamentos sociais e configurações do mundo da produção e do trabalho, no espaço e no tempo, são interpretadas e compreendidas nestes enfoques teóricos? Que significados se apreendem e se conflitam a partir de diferentes concepções? Que contribuições estas abordagens trazem à compreensão das migrações rurais temporárias atuais, sobretudo as que se destinam aos trabalhos da colheita nas lavouras de café, com olhar atento à mobilidade das mulheres? São as questões que orientam esta parte do estudo.

No quinto capítulo, *Gênero, migração e trabalho: vidas em trânsito pelas lavouras de café do Sul/Sudoeste de Minas Gerais*, empreende-se a análise da migração de trabalhadores e trabalhadoras para a colheita de café nesta região do estado, vindos, principalmente, da região norte de Minas, Nordeste e norte do Paraná. Discutem-se as motivações, econômicas, sociais e culturais que orientam a mobilidade intensa e reiterada de homens e mulheres entre regiões rurais em trabalhos temporários que tem servido à sobrevivência da cafeicultura de montanha e a reprodução social destes trabalhadores. Orienta também esta seção a observação e relatos de trabalhadores e trabalhadoras em suas vivências numa perspectiva de gênero e a relação do tema com a análise de políticas sociais focadas nos agricultores familiares e nas mulheres rurais, implementadas pelo Estado brasileiro, nos últimos anos.

Na seção, *Viúvas, cafezais e família: donas de terras e de seus destinos nas lavouras de café*, procura-se construir um retrato de três mulheres, agricultoras familiares, pequenas proprietárias de terras e de lavouras de café nos municípios de Guaranésia, Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Demonstra-se como estas mulheres vivenciaram a experiência da viuvez muito cedo em suas vidas, criaram seus filhos, administraram seus negócios. Viveram e enfrentaram uma ordem patriarcal, ainda costumeiramente hostil às vivências femininas no campo, conquistando influência e prestígio nas comunidades em que viveram. Como herdaram e adquiriram bens, deixaram patrimônio, conquistaram influência e prestígio nas comunidades em que viveram, ainda que para isso tivessem que “desenvolver um coração de homem e uma têmpera varonil”. Seria esta a condição para serem reconhecidas num meio rural que costuma naturalizar como feminino somente o trabalho na casa e seus arredores? Agiram como se fosse necessário comportar-se como os homens para vencer num mundo comandado por eles?

Ainda neste capítulo, a seção *Entre terra, família, trabalho e modos de vida* resulta de estudo realizado com três agricultores familiares produtores de café nos municípios de Guaranésia e Jacuí, localizados na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Procura-se acompanhar a história de três famílias de trabalhadores de café que vivenciaram as experiências de colonos, trabalhadores assalariados, meeiros e proprietários. Foram estas ocupações que, ao longo de suas vidas, garantiram a sobrevivência, a emancipação econômica e o reconhecimento destes sujeitos nas comunidades em que vivem. Nos seus rastros, nas suas vozes, com um pouco de convivência com estes sujeitos, objetiva-se alguma ordenação para esta trama. Que orientações e sentidos estes sujeitos imprimiram às suas vidas e de suas famílias que permitiram a superação de condições originais de existência tão precárias? Que estratégias seguiram e que desafios enfrentaram? Como o Estado se apresenta em suas vidas com as políticas públicas que afetam suas atividades? Seus modos de vida e produção evidenciam, em nossa percepção, sistemas de produção que estão plenamente inseridos no mercado nacional e internacional, sem que isso signifique renúncia a formas tradicionais de produzir e viver. Desvelam a hipótese que nos seus modos de viver e produzir há permanências, resistências e inovações, em que subsistem a tradição e o moderno.

CAPÍTULO 1

NOS CAFEZAIS DE MONTANHA DE MINAS GERAIS: TRANSITANDO ENTRE AS TRADIÇÕES E A PRODUÇÃO MODERNA

Penso naquele jovem agricultor francês que em sua propriedade modernizada se definia como um camponês. “Isso gruda na pele”. E acrescentava: “Sou um camponês que infelizmente deve comportar-se como um empresário” (WANDERLEY 2011, p. 19).

Como o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca, o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite. (SHANIN 2005, p. 8).

Itinerante em diversas regiões do Brasil, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, a lavoura de café enraizou profundamente na paisagem e na cultura de grande parte dos seus agricultores, constituindo-se numa das atividades agrícolas mais robustas e longevas desta região do estado. Vigor que pode ser comprovado pela relevância econômica, social e cultural, expressos nos números de estabelecimentos agropecuários em que o café é a principal atividade dos agricultores, no volume produzido e quantidade de pessoal envolvido com a produção, armazenamento, comercialização e industrialização. Em 2016, de 51.369.200 sacas de 60 kg produzidas no Brasil, Minas Gerais contribuiu com 30.724.100 sacas, o que representou, neste ano, 59,8%, da produção de todo o país. Deste volume, a mesorregião Sul/Sudoeste - foco deste estudo - participou com 16.627.700 sacas, representando mais da metade, 54,11%, do total produzido no estado (CONAB, 2017). Esta produção se faz em 286.842 estabelecimentos agropecuários do país, 104.932 em Minas Gerais, envolvendo diretamente 1.896.924 pessoas em 1900 municípios, em 15 estados no Brasil. Destes estabelecimentos, 84% pertencem a produtores familiares (IBGE, 2009).

Ao longo do tempo, alternando períodos de preços remuneradores aos produtores e outros menos ou nada positivos, em oscilações cíclicas, típicas de produtos agrícolas³, o café

³ Entre as commodities agrícolas, o café apresenta alta volatilidade de preços nos mercados futuros das Bolsas de Mercadorias. (MICELI, 2004; MORAES e SILVA, 2011; ARARIPE, 2014). As Bolsas de São Paulo, BM&FBOVESPA, a partir de abril 2017, opera mudança institucional com denominação para B3. Nova York, (NYBOT) e de Londres, (ICE FUTURE EUROPE) são os principais mercados em que se negociam contratos futuros de café.

foi o único produto que, sem nunca ter saído da pauta do comércio exterior, sempre participou significativamente nas exportações brasileiras. Nos anos recentes, conquanto apresente menor importância relativa na lista de produtos e serviços do comércio exterior, de janeiro a dezembro de 2016, foram exportadas 34.259.516 sacas de 60 kg, representando 6,44% das exportações da agropecuária brasileira e o 5º produto mais exportado deste setor, com receita de US\$ 5.396.109 bilhões (CECAFÉ, 2017)⁴.

A relevância econômica, social e cultural da atividade cafeeira é conhecida, mensurada e razoavelmente reconhecida em nossa sociedade por ampla produção acadêmica, abundantes estatísticas, diversa literatura e produção artística ao longo de sua história. Entretanto, em vez de explorar ou reforçar esta dinâmica, o objetivo deste capítulo está em outro lugar e direção. Nele, a narrativa discute que a demonstrada viabilidade econômica e social, expressa na permanência ativa de pequenos e médios agricultores familiares no mercado contrariam previsões antigas e atuais de sua extinção, ao mesmo tempo em que também confirmam a possibilidade de coexistência de formas diferentes de produção dentro do sistema capitalista, mesmo aquelas com intensa densidade de trabalho humano, como é o caso da lavoura de café de montanha. Esta atividade, praticada predominantemente por pequenos e médios agricultores, continua utilizando intenso trabalho humano e empregando um contingente imenso de trabalhadores, ainda que muitos deles de forma temporária. Característica que tem mobilizado e viabilizado esse movimento de homens e mulheres, entre regiões rurais no Brasil.

Tomados como pressupostos a necessidade de rigor nos conceitos, bem como a inerente limitação que estes carregam em explicitar a complexidade da realidade, reconhece-se que na narrativa a adoção de uma categoria de análise deve deixar explícita a posição epistemológica a que este texto se filia. Por isso: como nele serão nomeados esses agricultores pequenos e médios produtores de café das regiões de montanha do Sul/Sudoeste de Minas Gerais? Camponeses ou agricultores familiares? Ciente do embate nas ciências sociais sobre o conceito de camponeses no Brasil, sem desconhecer a sua densidade na história da agricultura e procurando não aderir a um suposto espírito novidadeiro, assume-se

⁴ CECAFÉ – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil.

neste texto a filiação à corrente teórica e política que hoje os categorizam como agricultores familiares. A agricultura familiar – portanto, o reconhecimento de agricultores familiares - é categoria instituída recentemente pelo estado brasileiro em marco legal que tem ordenado as políticas públicas para esta forma de produção agropecuária. Como interessam a esta parte do estudo: a percepção da presença do Estado neste setor da economia na forma de políticas públicas, e a ilustração da resistência, sobrevivência e funcionalidade desta forma de produção, acredita-se ser esta a filiação apropriada. Não existe política pública para camponeses no Brasil, ao menos com esta denominação. Entretanto, existem diversas políticas para os agricultores familiares. Para Martins (1981), transplantar a concepção de camponês de outra realidade histórica, mais comumente, da realidade russa do final do século IX e do começo do século XX, é um procedimento que pouco contribui para a compreensão da complexa heterogeneidade e das tensões presentes no meio rural brasileiro.

Por isso, respeitadas as forças transformadoras da história, quando nos autores clássicos ou atuais citados, houver referência a camponeses ou campesinato, está aqui se adotando que são os pequenos e médios produtores, os que hoje são nomeados agricultores familiares, que praticam uma modalidade de atividade agropecuária reconhecida como agricultura familiar. De fato, em continuidade, no passado e no presente, o modo de funcionamento das suas unidades produtivas esteve sempre indissociavelmente ligado à família, a terra e ao trabalho, o que indica a validade da apropriação da equivalência relativa dos termos neste trabalho. No entanto, recorre-se novamente à ressalva de que os agricultores familiares de hoje não constituem uma mera reprodução do camponês tradicional.

1.1 Formas familiares de produção: permanência e funcionalidade

Em busca de uma perspectiva histórica, tentando escapar das tentações das aparências de novidade e renovação - o sempre novo, de novo, num ingênuo ou astuto espírito novidadeiro e tautológico - antes de abordar a institucionalização do conceito de agricultura familiar na política e da sua incorporação nos quadros teóricos das ciências sociais no Brasil, é prudente visitar instigantes estudos rurais mais antigos. Ensina Braudel (1992, p.43): “Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa

pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”.

Um dos pioneiros dos estudos agrários foi Karl Johann Kautsky, autor de inspiração marxista na virada do século XIX. Em seus estudos defende que a questão agrária (no seu caso, a da Alemanha de então) é o processo pelo qual “o capital está tomando conta da agricultura, revolucionando-a, fazendo insustentáveis as velhas formas de produção e de propriedade e criando a necessidade de novas formas”. Quanto mais as formas capitalistas avançam na agricultura, tanto mais diferenciam as pequenas e grandes explorações. Os agricultores de menor porte desaparecerão com o avanço das forças capitalistas no campo por incapacidade de eles “incorporarem as inovações tecnológicas, organizacionais e econômicas em igualdade de condições com a produção capitalista” (KAUTSKY, 1986, p. 12). O autor insiste na superioridade da grande exploração capitalista. Em sua análise, ela seria mais permeável às inovações técnicas que as pequenas propriedades familiares. Credita a sobrevivência e permanência dos pequenos produtores à tolerância que estes têm de serem explorados. Vendem a preços muito baixos seus produtos e vivem uma vida miserável, consumindo abaixo das suas necessidades vitais (KAUTSKY, 1986).

Entretanto, no estudo *A Questão Agrária*, em 1889, não obstante a veemente defesa que faz das inovações técnicas nos cultivos das plantas e na criação dos animais, e a crença “na superioridade técnica da grande exploração”, o seu próprio texto deixa vir à superfície e explícita a seguinte contradição:

Os meus esforços me levaram, contra qualquer previsão, ao resultado de que nenhuma delas se revestia de uma verdade geral, de que ***não deveríamos esperar, na agricultura, nem o fim da grande nem o da pequena exploração.*** Tínhamos aqui, num dos polos, a tendência universalmente justa para a proletarianização. No outro polo verificávamos uma ***oscilação constante entre os progressos da pequena e os da grande exploração*** (Kautsky, 1986. p. 6 - Destaques nosso).

Vladimir Ilyich Ulyanov, com o pseudônimo de Lênin, outro clássico dos estudos rurais, analisando as condições dos camponeses na Rússia, também no começo do século XX, afirma que o desenvolvimento da agricultura poderia seguir dois caminhos diferentes, conforme os heterogêneos estabelecimentos agrícolas de então. Um evoluiria em direção ao polo que ele chamou de capitalista, com inovações técnicas e aumento da produção e outro, que embora pudesse manter a posse da terra, progressivamente, se encaminhava para condições de proletarianização com a necessidade crescente da venda de sua força de trabalho.

Para Lênin, o capitalismo subjugará os camponeses, sem necessariamente eliminá-los (*apud* FAVARETO, 2014, p. 1114). Mesmo assim, Lênin se mostra cauteloso, afirmando que a eliminação da pequena pela grande exploração se daria na agricultura mercantil e não naquela que tem como base a produção para o autoconsumo. (LÊNIN, 1982)

Pelo lado oposto, Alexander Vasilievich Chayanov, contemporâneo e conterrâneo de Lênin, com o estudo *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas*, em 1924, defende “a agricultura camponesa como forma superior de produção”. Para ele, o testemunho de sua tese é que prevalece dominante, à época, na grande parte dos países, o tipo de exploração agrícola camponesa “cuja racionalidade extrapola a capacidade explicativa das teorias econômicas clássicas e neoclássicas” (1981, p. 134). Chayanov estava tão convencido da potencialidade do campesinato que defendeu a implantação da forma de produção camponesa na então criada URSS, com a revolução russa. Para ele, haveria permanência e funcionalidade do campesinato sob o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo (CHAYANOV, 1981).

Para este autor, o avanço das forças capitalistas na agricultura não seria necessariamente na direção de formar grandes empresas produtoras de mercadorias agrícolas. Manter-se-ia viável e mais eficiente o caráter disperso e relativamente independente dos pequenos e médios produtores agrícolas, até como medida de transferência dos altos riscos inerentes à atividade de produção para eles. Nas suas palavras: “[...] no sentido produtivo a concentração na agricultura se reflete escassamente na formação de novas empresas em grande escala”. Previu, no entanto, que a subordinação da agricultura ao capital se daria “pela concentração em uma série de grandes empresas controladas pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro” que atuariam antes e depois da produção (CHAYANOV, 1974, p. 312, *apud* WANDERLEY, 2008, p. 142).

Dá vigor atual à proposição de sobrevivência e funcionalidade da agricultura camponesa no sistema capitalista de produção, antecipada por Chayanov, o posicionamento de Wanderley (2008, p. 142). Para ela:

[...] a economia camponesa não constitui propriamente um modo de produção, no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo como **uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de modos de produção diversos**. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no

processo de reprodução global do capital, cujas formas concretas sabidamente, têm um caráter heterogêneo (Grifo nosso).

Há profunda atualidade na perspectiva em que Chayanov compreende a penetração das forças do capital na agricultura. Para comprovar esta afirmação, apresentam-se alguns exemplos de setores em que grandes corporações atuam fortemente na agricultura de hoje, prioritariamente, antes e pós-produção e não propriamente na produção.

Segundo Vegro (2010, p. 3), quase a metade do mercado mundial de café torrado concentra-se em poucas empresas torrefadoras. São elas: Nestlé - Suíça, (1905)⁵; Kraft Foods - EUA, (2015); Sara Lee - EUA, (1939) [hoje JDE] e Tchibo GmbH - Alemanha, (1949). São empresas de fundação e atuação muito antigas, o que evidencia a persistência deste domínio ao longo do tempo. A exceção poderia ser feita à Kraft Foods que foi fundada em 2015, mas esta empresa tem origem na aquisição da antiga Philips Morris, o que a coloca na mesma condição das outras.

Vegro (2010, p. 3) analisa assim a concentração que ocorre neste mercado:

[...] as quatro maiores torrefadoras congregam 45% do mercado mundial da bebida. Esse grau de concentração, possivelmente, já passa a prejudicar a formação de preços em condição de livre concorrência ainda que imperfeita, pois a baixa competição pelo limitado número de agentes conduz à criação de mecanismo de formação de preços menos transparentes, porém, melhor amoldados às pretensões de valorização acionária dessas companhias líderes.

De fato, o que ocorre é uma grande transferência de renda da produção para os níveis mais avançados da estrutura mundial de comercialização do café. Para exemplificar esta afirmação deve-se citar a empresa holandesa JDE- Jacobs Douwe Egberts, que em 1916 obteve um faturamento anual de € 5 bilhões (€ 500 milhões no Brasil). Para comparação, neste mesmo ano, a receita cambial com exportações de café do Brasil foi de US\$ 5,4 bilhões. Esta empresa tem, entre 9,5 e 12% do mercado mundial de café torrado e moído, está presente em mais de 100 países, detém 22% do mercado brasileiro (ROCHA, 2017).

O arranjo não é diferente no comércio de grãos. Analisando este comércio no Brasil, Frederico (2010) constata que cerca de 70% do total exportado no ano de 2005 concentrava-se no protagonismo de quatro grandes corporações: Archer Daniels Midland Company (conhecida apenas como ADM) - EUA, 1902; Bunge - Holanda, 1818; Cargill - EUA, 1865;

⁵ A data indica o ano de fundação da empresa.

e Louis Dreyfus - França, 1851. Novamente, note-se o destaque para o ano de fundação destas empresas centenárias.

No comércio mundial de grão são hegemônicas as seguintes empresas: Cargill - EUA; Archer Daniels Midland Company (ADM) - EUA; ConAgra - EUA; Bunge -EUA; Noble Group - Singapura; Marubeni – Japão (FREDERICO, 2010; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, grandes empresas também prevalecem na produção, importação e distribuição de fertilizantes:

No caso de fabricação de fertilizantes básicos e intermediários, o número de empresas produtoras varia de acordo com o tipo de fertilizante. Para os nitrogenados, existem somente três empresas responsáveis pela produção. São elas Petrobras, Vale e Proquigel, que produz sulfato de amônio. Na cadeia de fertilizantes fosfatados, o número de empresas produtoras já é maior, chegando a dez para o superfosfato simples. Quanto ao cloreto de potássio, o mercado é altamente concentrado, havendo somente a Vale como produtora. No setor de mistura, responsável pelas formulações finais de NPK⁶, estima-se que existam cerca de cem misturadores no Brasil. Por ser um processo mais simples e por causa da facilidade de importação de matérias-primas e fertilizantes intermediários, a concorrência no setor é maior. Contudo, deve-se ressaltar que grandes grupos, como Bunge, Mosaic, Heringer e Yara, têm grandes participações nas vendas, que chegam a 70%. (Costa; Silva, 2012, p. 32).

Os autores ainda lembram: “[...] há grupos da indústria de fertilizantes que também controlam ou são sócios das *Tradings Companies*⁷ que comercializam os grãos. Dessa forma, os produtores rurais ficam com pouca margem de manobra, já que são clientes nas duas pontas” (COSTA; OLIVEIRA e SILVA, 2012, p. 32).

A concentração de empresas também se repete no mercado mundial de sementes de grãos e hortaliças. Mais da metade deste mercado pertence a três empresas: Monsanto (26%); DuPont Pioneer (18,2%); Syngenta (9,2%). Considerando-se mais seis empresas, Vilmorin, WinField, KWS, Bayer Cropscience, Sakata e Takii, chega-se a 75% do mercado total. (GRAIN, 2015).

⁶ NPK – Fertilizante formulado com os nutrientes: Nitrogênio, Fósforo e Potássio.

⁷ No Brasil, há duas categorias de Empresas Comerciais Exportadoras (ECE), sem diferenciação com relação aos incentivos fiscais: i) as que possuem o Certificado de Registro Especial, denominadas “*trading companies*”, regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 com status de lei ordinária; e ii) as comerciais exportadoras que não possuem o Certificado de Registro Especial e são constituídas de acordo com Código Civil Brasileiro (MDIC, 2017)

Endossando ainda a tese da sobrevivência e funcionalidade da pequena e média agricultura nas formas capitalistas de produção, outro estudo instigante sobre os camponeses na Europa, já na segunda metade do século XX, foi realizado por Jerzy Tepicht. Autor de inspiração marxista que, sem sucesso, tentou implantar um sistema de cooperatização forçada dos pequenos e médios agricultores na Polônia comunista, na década de 70 do século passado. Para ele, o campesinato teria existido, “praticamente, em todas as formações sociais históricas”, dando mostras de que seria “capaz de se incrustar-se” em todas elas. A seu ver, “o campesinato tem algumas características que são universais, como: a indissociabilidade entre empreendimento agrícola e a família; uso intensivo do trabalho e natureza patriarcal da organização social” (*Apud* ABROMOVAY, 1992. p. 86). Acrescenta a estas características, a capacidade que a família camponesa tem de adiar os lucros da sua atividade em primazia da obtenção de renda que permita viabilizar a sobrevivência da sua própria família, ainda que na condição dos mínimos necessários. Sua capacidade de produzir para autoconsumo, adiar lucros e investimento, subconsumir, assumir e enfrentar os riscos e dificuldades inerentes à produção, recorrendo ao sobretrabalho com o uso intensivo da força de trabalho familiar, sem remuneração adicional dos diferentes membros da família, tudo isso permite a oferta de produtos mais baratos ao mercado do que ofertaria uma empresa tipicamente capitalista.

Sobre a natureza patriarcal da organização social destes agricultores, reconhece-se neste trabalho uma relação de gênero mais matizada entre os proprietários, trabalhadores e trabalhadoras do café, como se procura demonstrar em descrição e análise de relatos e histórias de vida coletados em campo, em capítulo à frente.

Tepicht chama de “forças marginais ou não transferíveis” o trabalho extra dos membros da família como os da mulher, dos velhos, das crianças em tempo parcial e não remunerado. Na sua leitura, com isso a sociedade se apropria desse “trabalho gratuito”, na forma de produtos agropecuários mais baratos, sobretudo os alimentícios. Este trabalho extra não tem custo de oportunidade⁸, portanto não é transferível, porque se ele não fosse

⁸ Custo de oportunidade – Conceito desenvolvido pelo economista austríaco Frederic Von Wieser (1851-1926). Quando uma decisão de investimento é tomada, devido a escassez dos recursos existentes, outra decisão é excluída, porque os recursos a serem consumidos são escassos e exigem a opção por uma delas (*Apud*

executado dentro da propriedade camponesa, não seria transferido para fora dela e se perderia para a família. Isto pode explicar, em parte, a piora das condições de reprodução social destes agricultores quando migram para as cidades e passam a depender de uma única renda ou salário. Para este autor, mais cedo ou mais tarde o camponês estaria também condenado a desaparecer (*Apud* ABRAMOVAY, 1992). Essa profecia reiterante nos estudos rurais, no mundo e no Brasil não se circunscreve apenas ao passado como se procura demonstrar a seguir.

No Brasil, escreveram, em tempos recentes Hazel et al. (2007, p. 2), citado por Helfand et al. (2014, p. 536) “[...] apesar de previsões recorrentes de que os pequenos produtores desaparecerão em breve, eles têm se mostrado notavelmente persistentes.”

Também afirma Costa (2013, p. 45): “O que se previu para o mundo não aconteceu [...], eis que a produção de base familiar na agricultura permaneceu relevante por toda a parte”.

Em constatação muito semelhante às profecias de outrora, analisando dados do Censo Agropecuário 2006, Buainain et al. (2013, p. 114) veem um movimento de concentração da produção agropecuária, de intensa diferenciação social, econômica e seletiva entre produtores e por isso afirmam: “Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização”. O processo de desenvolvimento da agropecuária moderna “tornara ‘redundantes’ (e rapidamente) a vasta maioria dos estabelecimentos rurais, de tamanho pequeno e até médio” (BUAINAIN et al., 2013, p. 115).

Diferente destas previsões, o que tem se mostrado mais comum é que aqueles agricultores familiares que participam de cadeias produtivas mais dinâmicas, em vez de serem suprimidos pelo avanço do capitalismo nas relações de produção no campo, incorporaram inovações tecnológicas, transformaram seus estabelecimentos camponeses em unidades de produção altamente produtivas e plenamente integradas aos mercados (ABROMOVAY, 1992).

NASCIMENTO, 1998). Aqui, claramente, utiliza-se o conceito de custo de oportunidade do trabalho emprestado da economia.

Na produção cafeeira, o predomínio da agricultura familiar também é atestado pelas estatísticas mais diferentes. Segundo IBGE (2009), 84% da cafeicultura brasileira tem base de produção familiar. Em Cooperativa da região do estudo, 96,2% dos cooperados são agricultores familiares (COOXUPÉ, 2017)⁹.

Não obstante, também é latente na tradição dos estudos rurais o reconhecimento da sobrevivência desta forma de produção dentro do sistema capitalista, ainda que para alguns autores na forma de um paradoxo, como algo que não se deveria esperar – por negligenciarem ou não compreenderem os processos internos de funcionamento da unidade familiar de produção. Que estudante de ensino médio não ouviu falar das grandes *plantations* na formação econômica do Brasil?

Utilizando o léxico mais apropriado da antropologia nas proposições de Magnani (2002) e Geertz (2008), sem “o olhar de perto e de dentro” deste mundo rural de pequenos e médios cafeicultores, as estatísticas podem não ser tão reveladoras. Ou, ainda que, olhando “de perto e de dentro”, em vez de uma “descrição do nativo”, “interpretam lhe”, apressada e insuficientemente, por ingenuidade ou astúcia. Para colaborar com esta hipótese, é relevante recorrer à afirmação de Costa (2013, p. 52-53): “Sobre esse universo rural de base camponesa, só acessível como realidades territorializadas, se sabe muito pouco e a manipulação de caricaturas estatísticas não supre as abissais lacunas.” É o que este trabalho busca compreender. A grande maioria dos pequenos e médios produtores de café participa e se viabiliza no mercado em condições de competirem com os grandes produtores, sem, no entanto, terem de abandonar formas mais tradicionais de viver com suas famílias nas suas comunidades.

1.2 Legitimação da agricultura familiar na sociedade e nas políticas públicas

No Brasil, a agricultura familiar não é categoria de análise dominante nas ciências sociais em período anterior à década de 90. Como conceito e categoria analítica, está ausente nas concepções teóricas das diferentes tradições sociológicas e antropológicas. Isso não significa que os estudos rurais tenham negligenciado essa forma de produção. Pelo contrário,

⁹ Informação pessoal obtida em Assembleia Geral Ordinária, em março de 2017.

sobretudo a partir dos anos 60 do século passado, são fartos e densos os trabalhos de base empírica sobre esse arranjo produtivo no Brasil em reação ao caráter ensaístico de períodos anteriores (GARCIA JR; GRZYNSZPAN, 2002). O que está se argumentando é que o termo agricultura familiar não é usual nestes estudos. Não aparece nos discursos políticos, no aparato jurídico, nem em políticas públicas para o campo. Por ser conceito de apropriação recente pela política e pela academia no Brasil, exceção deve ser registrada para uma referência feita, em 1964, no Estatuto da Terra. Já delineando o conceito que só reapareceria muito mais tarde, este documento, dentre outras definições estabelece o que caracterizaria uma propriedade familiar. Vale notar que não se fala em agricultura familiar, mas define, à época, o que se entende por propriedade familiar:

[...] o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, Lei Nº 4.504).

Esta conceituação, embora apontasse as condicionalidades que definiriam mais tarde a agricultura familiar, sob o aspecto legal, não tem desdobramentos imediatos, ficando apenas registrado um conceito.

Terminologias como camponês, campônio, sitiante, lavrador, caipira, caboclo, colono, meeiro, parceiro, posseiro, arrendatário, rendeiro, sertanejo, caçara, pequeno agricultor, agricultor de baixa renda, minifundiário, rurícola, tabaréu, beroso¹⁰ foram formas amplamente empregadas para substantivar, em matrizes teóricas, lugares e tempos diferentes, o universo heterogêneo de trabalhadores e proprietários de pequenos e médios estabelecimentos rurais no Brasil. Expressões que sempre estiveram em contraponto com o donatário, o sesmeiro, o latifundiário, o senhor de engenho, o estancieiro, o usineiro, o grande fazendeiro, o grande produtor, o latifundiário, enfim, os grandes proprietários de terras, dominantes no campo e onipresentes na historiografia do país. Tal riqueza de denominações indica a rica diversidade e tipologia de agricultores estabelecidos nas mais distintas condições pelo imenso território brasileiro, expressos em categorias ilustradas, em diferentes gradações, pela sociologia rural, geografia, história e antropologia. Reduzir toda a riqueza desta diversidade e complexidade a uma única categoria, a de agricultor familiar,

¹⁰ Beroso é nome encontrado por Sampaio (2003) em pesquisa entre agricultores de Porangatu (GO).

como se fosse um novo ator no cenário social, econômico, político e cultural do país, pode se constituir simplificação e equívoco. (GARCIA JR; GRZYNSZPAN, 2002). Sem desconhecer que tais taxonomias podem constituir categorias válidas de análise, é legítimo admitir e explicitar que a riqueza deste léxico evidencia disputa teórica e política neste campo de estudos em nomear, compreender, representar e vislumbrar projetos futuros para esses agricultores, porque, em grande parte, eles nem assim se reconhecem. “Quando tais formas de nominar são putativas, elas imprimem uma identidade postiça. O próprio sujeito representado não se reconhece como tal” (SANTOS JÚNIOR, 2014, p. 24). Esclarece com autoridade histórica a disputa neste campo semântico o posicionamento de Palmeira (1989, p.102):

Com a legislação, o problema da identidade, fundamental ao reconhecimento político, tornou-se mais complexo. Ao introduzir figuras jurídicas novas (parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), e fazer com que o trabalhador fosse obrigado a assumi-las para o exercício das novas práticas introduzidas em sua vida pela previdência, pelos tribunais, pelo próprio sindicato, a legislação contribuía para a ruptura das identidades "tradicionais" e abria a possibilidade de uma dispersão de identidades. O problema foi agravado pela censura governamental ao uso do termo "camponês". O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de, desvencilhando-se da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de *campônio a ruralista*, apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e o menos neutro (pela referência ao trabalho) — *trabalhador rural* — e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo "naturalmente" genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante.

No entanto, ainda que simplificadamente do ponto de vista conceitual, reconhecer a categoria de agricultores familiares significa alçá-la ao direito de participar de políticas públicas, que historicamente no Brasil, sempre foram lhes efetivamente negadas.

Para compreender a emergência do conceito de agricultura familiar nas ciências sociais e simultaneamente nas políticas públicas para esta categoria de agricultores, constituem textos seminais, no Brasil, os estudos de Kageyama e Bergamasco (1989); Veiga (1991); Abramovay (1992) e Lamarche (1993; 1998).

No artigo *A Estrutura da Produção no Campo em 1980*, publicado somente em 1989, Kageyama e Bergamasco, analisando dados do *Censo Agropecuário de 1980*, propõem uma classificação dos estabelecimentos agropecuários segundo a composição da força de trabalho utilizada, distinguindo trabalho familiar, por elas denominado não

remunerado, e trabalho contratado, tanto o permanente quanto o temporário. (KAGEYAMA, BERGAMASCO, 1989). Até então, no Brasil, os estabelecimentos agropecuários eram classificados de acordo com o tamanho de suas áreas e volume da produção ou renda, seguindo a forma utilizada na coleta e apresentação das estatísticas oficiais e a tradição corrente dos estudos em nosso país de se opor latifúndio e minifúndio, segundo as autoras. O resultado obtido com a nova metodologia foi a ordenação das unidades produtivas em duas categorias básicas a que denominaram “empresas capitalistas” e “conjunto de unidades familiares de produção”. As primeiras são as que não utilizam nenhum trabalho não remunerado de membros da família e são dirigidas por um administrador contratado; e a segunda são aquelas que utilizam mão de obra familiar e são dirigidas pelo próprio produtor ou chefe da família (KAGEYAMA, BERGAMASCO, 1989, p. 56).

Com agregação de outras variáveis, como utilização de máquinas e diferentes pesos relativos da mão de obra contratada e familiar no funcionamento do estabelecimento, Kageyama e Bergamasco (1989, p. 57) conseguem constatar a enorme heterogeneidade desta forma de produção e propõem decompor o “conjunto de unidades produtivas familiares” em:

- a) os estabelecimentos *familiares puros* que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor (não utilizam empregados permanentes, nem temporários, nem parceiros, nem outra condição, nem serviços de empreitadas) [...] Itálicos do autor;
- b) os estabelecimentos *familiares complementados por empregados temporários* que, além do trabalho da família, contratam algum tipo de empregado temporário mas não utilizam trabalho externo de forma permanente [...] Itálicos do autor;
- c) as *empresas familiares* que são os estabelecimentos familiares que contratam força de trabalho externa à família de forma permanente (empregados permanentes e/ou parceiros e/ou outra condição), podendo ou não usar empregados temporários (Itálicos do autor).

Os resultados obtidos são inovadores e significativos para compreensão da agricultura brasileira, à época. Da abordagem mais ou menos generalizada de interpretar e prover políticas públicas para o meio agropecuário, como se este fosse constituído de dois polos opostos entre agricultores atrasados, de baixa renda e agricultores modernos, conseguem as autoras expor outra realidade muito mais complexa. Nos dados tabulados, à época, utilizando os dados do *Censo Agropecuário de 1980*, “dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados, nada menos do que 3,7 milhões ocupam mão-de-obra familiar. Esses estabelecimentos ocupam mais de 150 milhões de hectares (42,3% da área total) e neles encontram-se 74% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira”. E a

maior parte da produção de alimentos nos países (KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1989, p. 62).

É interessante salientar que, neste estudo, o substantivo agricultura aparece 23 vezes no texto e na forma de adjetivo, a expressão familiar, ou sua forma no plural, é grafada 107 vezes, no entanto, não é utilizada em nenhum momento a expressão agricultura familiar, denotando indícios de que a categoria ainda não se instituíra neste campo no Brasil, nem nas estatísticas oficiais, nem na análise delas.

No livro *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica*, publicado em 1991, José Eli da Veiga faz um estudo comparado dos sistemas agrícolas de países como Estados Unidos, França, Japão, Coreia do Sul, México e Egito. Nele, o autor discute a agricultura familiar e a patronal nestes países em estratégias mais ou menos bem-sucedidas de políticas públicas de seus governos, em diferentes épocas, como regulação e estímulo de suas atividades para fins de exportação e segurança alimentar das suas populações. Em sua análise, defende que na moderna agricultura capitalista, ao contrário do profetizado, a agricultura familiar sobreviveu e manteve-se relevante, justificando a intervenção do Estado na forma de reforma agrária, financiamento e subsídio, controle de preços, remuneração dos agricultores, padrões tecnológicos, pesquisa e extensão rural. Feitas estas constatações na história destes países, Veiga faz a defesa da necessidade da presença do Estado brasileiro na agricultura, na forma de políticas que distingam agricultura familiar e patronal. Para ele, anterior à década de 90, ao contrário do que ocorreu em boa parte do mundo, no Brasil somente esta última foi foco da ação estatal, deixando aquela livre à própria sorte. Ele antecipa a contemplação da agricultura familiar nas primeiras políticas públicas específicas para este setor, a partir da metade dos anos 90. Vale a observação de que neste texto já é utilizada a expressão agricultura familiar.

Em *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Abramovay (1992, p. 23) afirma que “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas” E continua o autor:

De fato, quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente ao espírito é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas. Evidentemente, não é disso que se trata aqui. A natureza fundamentalmente empresarial dos mais importantes estabelecimentos agrícolas nos países centrais, sua capacidade de inovação técnica e de resposta aos apelos de mercado estão fora de dúvida. O que é paradoxal - e tem merecido pouca atenção - é justamente o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho nessas empresas e, portanto, as razões pelas quais a agricultura capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Citando Friedman (1980) e Ellis (1998), Abramovay (1992, p. 9) defende a ideia de que “são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos”, diferente dos “agricultores familiares modernos que estão plenamente inseridos neste mercado”, para o seu bem ou para o seu mal. E que “há na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas”.

Deriva daí a proposição deste autor para a mudança do paradigma nos quadros teóricos de interpretação da agricultura predominante até então. Para ele, a agricultura capitalista transformou intensamente sua base de produção material e social, exigindo assim um aporte teórico mais apropriado, de maior poder explicativo para sua compreensão e intervenção. Essa mudança de interpretação é que vai inaugurar e viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas mais focadas nas diferentes tipologias de produtores rurais no Brasil com a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em meados da década de 90, como se discute, à frente, neste estudo.

Em que pese uma legítima crítica pela abordagem que Abramovay faz de viés mais economista que sociológica ou antropológica desses agricultores, a percepção e documentação da mudança desta realidade no campo não pode ser negada. Na história e filosofia do conhecimento, um paradigma científico pressupõe que as teorias, os métodos, e mesmo os objetos de estudo, somente podem ser validados por uma crença coletiva mais ou menos compartilhada pela comunidade científica de determinado período (KUHN, 1998). A elaboração e legitimação do conceito de agricultura familiar é o que se percebe estar em curso com estes trabalhos.

Em adição, também, trabalho fundante para compreensão do conceito, características e funcionamento da agricultura familiar no Brasil é o estudo empírico coordenado por

Hughes Lamarche. O primeiro volume, *A agricultura familiar: comparação Internacional - uma realidade multiforme*, publicado 1993, diagnostica diferentes formas familiares de produção, generalizadas nos diferentes países do estudo (França, Canadá, Polônia, Tunísia e Brasil) e expõe assim a realidade encontrada:

Independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, p. 13)

Este autor reconhece, pois, as formas familiares de produção como um objeto de estudo multiforme no tempo e no espaço, mas persistente em todos os países, constituindo a seu ver, entretanto, uma mesma categoria de análise.

Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar. Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes (LAMARCHE, 1993, p. 13)

O estudo referenda a constatação histórica de alguns estudos rurais, (os de abordagem antropológica) que é a resistência, sobrevivência e adaptação desta forma de produção nos diferentes contextos econômicos, sociais e culturais. Bem antes, também estudando os pequenos agricultores em *Parceiros de Rio Bonito*, no ano de 1954, Antônio Cândido observa que “para enfrentar o mundo externo eles têm que realizar uma pluralidade de ajustamentos, que vão ao sentido do desenvolvimento das relações comerciais e da progressiva incorporação à esfera da cultura urbana” (CÂNDIDO, 1964, p. 174). “Estes agricultores carregam uma tradição familiar expressa em formas de produzir e viver muito entrelaçadas com as condições modernas, posto que, estão submetidos, em diferentes níveis, ao mercado de produção e consumo, por isso, se movem em duplo conflito entre ‘um modelo original’ de sua tradição e outro ‘modelo final’ que o mercado lhe impõe” (LAMARCHE, 1993).

Em estudo posterior, Lamarche (1998, p.68) propõe quatro modelos explicativos para as diferentes tipologias de exploração agrícola na atualidade, conforme o grau de inter-relação da unidade de produção e o meio externo nos quesitos dependência tecnológica, dependência do mercado e dependência financeira:

- a) Empresas: pouco familiares ou não familiares e fortemente dependentes do meio externo;
- b) Empresa familiar: importância primordial da família, muito dependente do meio externo;
- c) Agricultura camponesa ou de subsistência: modelo de subsistência da família, frágil relação com meio externo;
- d) Agricultura familiar moderna: menor papel da família e maior autonomia com meio externo.

Na mesma linha de argumentação, a distinção entre camponeses e agricultores familiares, também é assim defendida por Navarro (2010, p. 200), ao citar Ellis (1998, p. 13):

É isto também que distingue os camponeses dos agricultores familiares, os quais operam em mercados inteiramente desenvolvidos de produtos e fatores [...] Camponeses deixam de ser camponeses quando se tornam totalmente comprometidos com a produção em mercados completos; eles se tornam assim empresas rurais familiares.

A partir da análise de microdados¹¹ do Censo Agropecuário IBGE, 1995/96, Guanzioli e Cardim (2000), percebendo a significação e magnitude dos dados levantados, escreveram, sob o instigante título: *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Este trabalho é posterior aos citados, mas também seminal porque foi um dos primeiros a quantificar o tamanho desta agricultura e “jogou luz sobre o campo brasileiro”, na expressão usada mais tarde por um Ministro de Estado.¹² E também, porque foi produzido como resultado de Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, um estudo demandado pelo governo federal, serviu de referência para reforçar a implantação e ampliação de políticas públicas mais duradouras nos últimos anos, que objetivaram atender a estes produtores.

¹¹ Microdados - consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. Esta é a denominação utilizada pelo IBGE para designar os arquivos contendo os dados individualizados de cada estabelecimento agropecuário (GUANZIROLI, 2000).

¹² Ivo Cassel – Ministro de Estado do Ministério de Desenvolvimento Agrário de 2006 a 2010

Para muitos, constituiu surpresa o diagnóstico desta categoria de produtores rurais ao desvelar a complexidade, importância, o tamanho, a relevância social e econômica desta tipologia de agricultura de base familiar dentro da heterogeneidade histórica das agriculturas brasileiras, constatadas em diferentes estudos rurais. “Esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1999, p. 23). Contudo, de fato, constitui mais avanço que surpresa o reconhecimento pela sociedade da agricultura familiar.

No entanto, após duas décadas de políticas públicas mais apropriadas para esta classe de produtores, é necessário um aperfeiçoamento do conceito, das tipologias destes agricultores e das ações que permitam a distinção de enormes diferenças entre eles, que variam desde produtores altamente eficientes, plenamente inseridos no mercado e na sociedade, a produtores que mal conseguem sobreviver com a terra que cultivam.

Sobre a entrada e apropriação do conceito de agricultura familiar no campo político, no Brasil, Navarro (2010, p. 207) relata episódio que teria ocorrido no âmbito das negociações agrícolas entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai durante a implantação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em Seminário sobre política agrícola, organizado pela CONTAG, em Belo Horizonte, no primeiro semestre de 1993:

Consta que neste evento, uma técnica da extensão rural mineira foi quem, pela primeira vez, insistiu persuasivamente que a expressão que deveria designar aquele conjunto de produtores deveria ser agricultura familiar, deixando para trás o impreciso uso da expressão **pequenos produtores**. (Destaque do autor)

Ainda que defendendo a imprecisão do conceito e de sua subordinação fundante mais ao campo político e ideológico em detrimento de análise sociológica e antropológica, o autor reconhece a sua legitimidade:

[...] o aparecimento de tal expressão no Brasil resultou de um bem-sucedido movimento político sindical comandado pela Contag (**sempre salientando a legitimidade política desta ação**). Contudo, a noção não tem ancoragem conceitual na literatura, em especial à luz da quase infinita variabilidade empírica assumida pelas formas de produção de menor porte sob gestão familiar na agricultura brasileira (apressadamente intituladas de agricultura familiar). Ou seja, é expressão que demanda melhor refinamento, inclusive para aperfeiçoar a ação governamental a favor deste grande grupo de famílias rurais. (NAVARRO, 2010, p. 207. Destaque do autor.

Em argumentação semelhante, GARCIA JR (2003, p. 160) também entende que a enorme heterogeneidade do campo brasileiro está mais bem representada hoje no campo político, jurídico, ideológico:

As vias de transformação das relações sociais no campo não seguem itinerários inexoráveis, há caminhos alternativos, como demonstra o debate recente que salienta o desenvolvimento da ‘agricultura familiar’ em paralelo ao da ‘agricultura empresarial’, ou ao crescimento do ‘complexo agroindustrial’ ou de ‘agronegócio’. De qualquer forma, é fundamental observar que o ‘mundo agrícola’ hoje não é mais pensado como um bloco coeso, como uma única corporação implantada ao longo de um imenso território; a representação do mundo agrícola, a imagem de unicidade que se buscava no início do século são hoje atravessadas pela oposição dos agentes concebidos por categorias como ‘agricultura familiar’, ‘complexo agroindustrial’, ‘agricultura empresarial’, ‘agricultura tradicional’, ‘agronegócio’, a demonstrar a intensidade da competição por terra, por recursos financeiros, por força de trabalho e, sobretudo, pela legitimidade de designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo.

A agricultura familiar nasceu e cresceu à revelia do Estado brasileiro, à sombra da historiografia oficial e reconhecimento da sociedade, o que lhe atesta grande vigor.

1.3 Política pública, ainda que tardia, no entanto

De fato, nos últimos vinte anos, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), que se institui como uma série de políticas públicas para esta categoria de produtores, o conceito de agricultura familiar se materializa na legislação, nas ciências sociais, o que permite o seu reconhecimento social e o legitima politicamente na sociedade.

Pela primeira vez na história das políticas públicas de âmbito nacional foram destinados recursos públicos específicos do sistema nacional de crédito rural para a categoria de agricultores familiares, os quais, tradicionalmente, foram excluídos do sistema público de financiamento das suas atividades, embora constituam mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país. (MATTEI, 2014).

Sem desconhecer os intensos embates teóricos atuais sobre a sua pertinência, heterogeneidade de tipologia de agricultores, adota-se neste texto o conceito expresso nos seguintes marcos legais que instituem a categoria agricultores familiares:

a) Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (BRASIL, DECRETO, Nº 1.946, 1996);

b) A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, LEI Nº 11.326).

c) Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, DECRETO Nº 9.064, 2017):

Art. 1º As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais deverão considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele;

II - família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA¹³.

III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei;

IV - módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

V - imóvel agrário - área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária;

VI - empreendimento familiar rural - forma associativa ou individual da agricultura familiar instituída por pessoa jurídica, admitidos os seguintes arranjos:

a) empresa familiar rural - aquela constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formada exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;

b) cooperativa singular da agricultura familiar - aquela que comprove que, no mínimo, sessenta por cento de seus cooperados são agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;

c) cooperativa central da agricultura familiar - aquela constituída exclusivamente por cooperativas singulares da agricultura familiar com inscrição ativa no CAF; e

d) associação da agricultura familiar - aquela que comprove a totalidade dos associados com personalidade jurídica e com inscrição ativa no CAF e que possua o mínimo de sessenta por cento das pessoas físicas associadas com inscrição ativa no CAF ou demonstre ambas as situações no caso de composição mista.

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

¹³ Dando abertura para interpretar que estariam incluídas nesta interpretação igualmente as famílias monoparentais, como também as homoparentais.

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

§ 1º O disposto no inciso I do caput não se aplica à UFPA e ao empreendimento familiar rural compostos por extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais comunidades tradicionais.

§ 2º Na hipótese de pescadores artesanais, de aquicultores, de maricultores e de extrativistas que desenvolvam tais atividades não combinadas com produção agropecuária, para fins do cumprimento do inciso I do caput, a área do estabelecimento será considerada igual a zero.

§ 3º Ato da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário disporá sobre a composição da renda familiar para fins do disposto no inciso III do caput.

Art. 4º Fica instituído o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, destinado à identificação e à qualificação da UFPA e do empreendimento familiar rural.

[...]

Art. 6º O CAF substituirá a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e aos empreendimentos familiares rurais.

Parágrafo único. Até que se conclua a implementação do CAF, a Declaração de Aptidão ao Pronaf permanece como instrumento de identificação e de qualificação da UFPA e dos empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2017c)

Embora muito recentes na história da agricultura brasileira, é relevante destacar que estes determinantes legais são construídos e implementados em governos com diferentes matizes ideológicas, passando por Itamar Franco (1992- 1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-). A sua longevidade chega mesmo a indicar uma política de estado mais duradoura e, portanto, com maior potencial de impactar a estrutura produtiva, social e econômica da agricultura brasileira. Ainda que a lei, por si, não constitua uma política pública efetiva, sua existência evidencia que tensões no ordenamento da estrutura agrícola e agrária no país, atualmente, não puderam ser silenciadas ou ocultadas. O próprio fato de coexistirem duas instituições administrativas concorrentes no Governo Federal ocupadas com as questões agrícolas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário é um sintoma da interpenetração conflituosa entre a política e as classes dos produtores no Brasil. O primeiro é responsável pelas questões relacionadas à agricultura patronal, ou o que se tem chamado de agronegócio, e a segunda, voltada para a agricultura familiar.

Sobre a atuação do atual governo, com demonstrações escancaradas de desmonte de políticas públicas, ainda se mantém uma incógnita como poderá orientar de fato a posição do estado em relação às políticas destinadas aos agricultores familiares. Na publicação oficial

do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para o ano agrícola 2017/18, há o anúncio de que devem ser disponibilizados 200 bilhões e 30 bilhões de reais para estas categorias de agricultores, respectivamente (BRASIL, 2017a; 2017b), valores um pouco superiores aos praticados nas últimas safras.

O crédito rural tem forte impacto na agricultura, demonstrado pelos volumes de recursos aplicados e público atendido. Na categoria familiar, atualmente, em torno de 4.350.000 agricultores familiares têm Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e mais de 5.400 associações e cooperativas que congregam estes agricultores têm DAP Pessoa Jurídica (BRASIL, 2017b).

Analisando o documento acima transcrito, percebe-se uma delimitação mais restritiva para a categoria dos agricultores familiares e pode-se afirmar que há retrocesso na legislação aprovada, equiparando-a à primeira tentativa de tratamento legal do assunto no Brasil, para uma realidade rural de mais de 50 anos atrás. O inciso III do Artigo 3º do documento condiciona a qualificação de agricultor familiar àquele que:

auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”. (BRASIL, 2017c).

Compare-se com o inciso II do Artigo 4 do Estatuto da Terra (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964).

‘Propriedade Familiar’, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Se se considerar que a pluriatividade¹⁴ das famílias de agricultores brasileiros, amplamente difundidas no país é estratégia constante de enfrentamento das dificuldades econômicas, bem como a diversidade das próprias famílias, exclui-se da categoria de agricultor familiar, por exemplo, o migrante sazonal que obtenha renda com este trabalho

¹⁴ Pluriatividade é a ocupação dos agricultores em trabalhos não-agrícolas no meio rural ou urbano (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Famílias de agricultores com ocupação em atividades tradicionalmente agrícolas podem desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda por meio da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, ou de iniciativas internas a propriedade como o turismo rural, o artesanato, diversificação na produção e beneficiamentos de seus produtos. Essas estratégias representam características intrínsecas dos agricultores familiares e é uma característica histórica da agricultura brasileira (MACHADO, CAUME, 2008).

maior que o obtido em sua propriedade de subsistência na sua região de origem, casos comuns entre os trabalhadores temporários do café. Igualmente, são excluídos aqueles pequenos agricultores cujos membros familiares pluriativos obtenham renda em mesma proporção em outras ocupações exercidas como estratégia de segurança econômica diante das incertezas da renda agrícola, casos comuns dos pequenos e médios agricultores do café.

No entendimento de Navarro (2010), em que pese a enorme heterogeneidade das suas formas no território brasileiro e sua relevância social, a categorização da agricultura familiar na legislação deveria se ater apenas a sua principal e mais determinante característica que é a gestão do negócio por membro da própria família. Este é o critério prevalecente em outras partes do mundo, como na Europa e Estados Unidos. Todos os outros condicionantes soam desnecessários e arbitrários, servindo apenas para restringir o universo dos beneficiários das políticas públicas ao alcance da lei.

CAPÍTULO 2

SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO

Se o Estado é forte ele nos massacra, se ele é fraco, nós perecemos¹⁵.
(VALERY, 1938, p. 24). Tradução nossa.

A igualdade requerida na esfera pública é politicamente construída, já que na natureza humana o que encontramos é a diferença. (ARENDDT, 2007, p. 227).

O Estado brasileiro constituiu-se, desde as suas origens, sob forte influência das classes dominantes rurais e foi instado a intervir no campo de diferentes formas e intensidade ao longo do tempo, por isso, contribui para a compreensão das feições contemporâneas do campo no Brasil o desvelamento mais acurado destas relações. No país, o mundo rural sempre foi palco de forças conflituosas nas formas de posse e uso do vasto território, na predominância da produção destinada aos mercados externos em detrimento do consumo interno, na diversidade e desigualdade social e econômica das diferentes regiões e nas conflituosas forças políticas geradas, sob estas condições.

O Estado e a sociedade brasileira se fundaram e cresceram sob a égide de uma economia essencialmente agrícola e exportadora. Muito tardiamente essa economia se torna diversa e complexa, sem que a agropecuária, contudo, deixe de delinear densamente as feições econômicas, sociais e culturais do país. Se se ativer, a indicadores econômicos apenas, constata-se que, em 2016, o campo no Brasil participou com 14% do PIB total, levando-se em conta a produção agropecuária. Se somados à participação da agroindústria de transformação e máquinas, esta participação representou 23,1%, 48% das exportações totais e 38% dos empregos gerados no país estão ligados a este setor (IBGE, 2017, PNAD, 2016).

¹⁵ *Si l'État est fort, il nous écrase ; s'il est faible, nous périssons* (Valéry, 1938, p. 24). Tradução nossa.

2.1 Terras desiguais: tanta terra para poucos, pouca terra para muitos

De início, no extenso e escassamente habitado território da colônia brasileira, a aplicação da legislação fundiária colonial, de origem portuguesa, na forma da lei das sesmarias¹⁶ comandou a distribuição de terras no país, por mais de três séculos, até 1822. Não obstante a determinação expressa no documento legal de que não fossem concedidas terras em dimensão excedente a que cada recebedor fosse capaz de cultivá-la em prazo estipulado, tal dispositivo legal resultou no predomínio de grandes propriedades e estimulou o uso generalizado da posse como forma de acesso a terra, criando entre nós “o espírito do latifúndio”, marca dominante e permanente da estrutura fundiária do país (LIMA, 1988).

Em adição, outro marco legal subsequente de impacto duradouro na estrutura fundiária brasileira foi a Lei de Terras, de 1850¹⁷. Com ela, foram proibidas a aquisições de terras devolutas¹⁸ por outro título que não fosse o de “compra a dinheiro e à vista”, invalidando legalmente a posse e uso como meios de apropriação da terra. Tal lei transforma a terra em mercadoria, limitando o seu acesso àqueles que tinham condições de adquiri-la por compra, que não eram as condições da grande maioria dos que a trabalhavam, dos potenciais e iminentes escravos libertos e seus descendentes, pequenos agricultores nas periferias das grandes propriedades existentes, ou os empurrados para regiões de fronteira, quase todos envolvidos com a produção de gêneros alimentícios e matérias primas de subsistência. A lei contribui, assim, para a continuidade da concentração fundiária no país,

¹⁶ Sesmaria – Instituto jurídico estabelecido pelo Rei Fernando I de Portugal, em 1375 que permitia, na forma de doação, a transferência de terras públicas a quem se dispusesse cultivá-las. Com modificações posteriores, foi vigente no Brasil de 1548 a 1822 (LIMA, 1988).

¹⁷ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, Lei nº 601, 1850)

¹⁸ Terras devolutas – Segundo a Lei de Terras, Lei nº 601, de 18/09/1850 nos parágrafos do artigo 3º, são terras devolutas: 1º- As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. 2º- As que não se acharem no domínio particular ou qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias, ou concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comissão por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. 3º- As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comissão, forem revalidadas por essa lei. 4º - As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, Lei nº 601, 1850).

colocando à margem a grande maioria das pequenas e médias propriedades. De fato, ocorre o que, no dizer de Martins, (1981) significa, para os que não tivessem renda, “a interdição da propriedade”. Sobre este aspecto, encontra-se argumento semelhante em Nozoe (2006, p. 19):

Contudo, o fim do sistema sesmial – nossa primeira forma de ordenamento jurídico da propriedade fundiária, mediante a qual se ocupou menos de 20% do território nacional – decidido no bojo das preocupações com a modernização das relações de produção, não conseguiu estancar o apossamento. Tendo originado nos primórdios de nossa colonização, processo de apropriação das terras públicas, associado aos interesses rurais dominantes, sobreviveu à nova lei, bem como a outras que se seguiram, e dá sinais que não chegou ao seu término nos dias correntes.

A apropriação de pequenas a grandes áreas de terras pelo sistema de apossamento, “em posses mansas e pacíficas”, constitui forma predominante, mesmo sob a vigência da Lei de Terras (CARVALHO, 2008).

A dificuldade que o Estado teve em promover e mediar o sistema de posse da terra no Brasil é uma característica constante ao longo da nossa história. A concentração da estrutura fundiária do país se impôs, resistiu ao tempo, aos governos e mais recentemente, aos movimentos sociais. Observem-se os dados recentes expostos na Tabela 1.

Tabela 1- Estrutura fundiária brasileira, segundo dados cadastrais INCRA 2009.

Tamanho da propriedade (em ha)	Imóveis		Área total	
	Nº de imóveis	%	Em ha	%
0 -10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4
10 – 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7
25 – 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0
50 – 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0
100 – 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3
500-1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4
1000- 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5
Total	5.181.645	100	571.740.919	100

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural (2011). Adaptação nossa.

Nela, constata-se que os estratos das propriedades menores, com imóveis rurais de tamanho de área até 100 ha, perfazem 4.453.698 imóveis, constituindo 86 % do número total de propriedades, mas possuem apenas 17,1% da área total. Em consequência, os outros 82,9% da área das propriedades maiores concentram-se em 14% delas. Se se ativer às propriedades de grande porte, com mais de 2000 ha, comprova-se que representam apenas 0,8% do total, no entanto, detêm 42% da área agrícola total. No extremo, observando apenas as pequenas propriedades, as do primeiro estrato, aquelas com área de até 10 ha, constata-se que constituem 33,7% do número de todos os imóveis rurais, contudo, ocupam apenas 1,4% da área total. Estes números demonstram quanto as terras agrícolas no Brasil, ainda hoje, estão desigualmente distribuídas entre os que a possuem e nela trabalham.

O tamanho da propriedade rural de produção no mundo moderno está associado aos diferentes tipos de exploração econômica que se desenvolve nela. Para viabilizar a produção moderna de grãos, por exemplo, são necessárias áreas maiores. Para cultivos intensivos, em sistemas protegidos ou criações intensivas, por exemplo, mesmo áreas pequenas já são viáveis economicamente. No entanto, a concentração da estrutura fundiária no Brasil não se deu pela adequação de áreas aos imperativos da produção, não é disso que se trata: na constituição do país o poder político também foi um legado da propriedade da terra. A gênese da concentração da propriedade da terra nasce e cresce com o Brasil. É um passivo histórico que se reforçou ao longo do tempo com apoio do Estado e não se ousou enfrentar efetivamente até os dias atuais.

2.2 Café e Estado no Brasil: relação de fidelidade e tensões

Também é bem conhecida na historiografia a forte presença normativa do Estado nos ciclos econômicos exportadores da mineração, da cana, do algodão, do café. Menos conhecida, mas não menos incisiva na história da agricultura brasileira é sua importância no processo de diversificação da economia interna. As necessidades de abastecimento interno garantiram a ascensão de grupos regionais das províncias mais próximas do Rio de Janeiro, como comerciantes nativos e atravessadores, ligados ao abastecimento da Corte na primeira metade do século XIX, cujos interesses econômicos e sociais envolvidos em torno deste comércio desempenharam decisivo papel político na construção do Estado nacional (LENHARO, 1988).

A região Sul de Minas é um exemplo deste fenômeno. A diversificação na produção de alimentos, já experimentada com o suprimento das áreas de mineração e pela relativa proximidade e ligação com a Corte, permite à região tornar-se centro de comércio e abastecimento interno importante durante o Império. Característica que vai perder força somente pela ascensão do café, a partir da segunda metade do século. Em parte, isto explica a lenta adesão desta região ao cultivo e exportação do café, sem ter abandonado a produção alimentar. Interesses ligados a este comércio de abastecimento condicionam o surgimento de lideranças desta região que vão desempenhar importante papel no processo de centralização do poder político e administrativo da Corte no Brasil (LENHARO, 1988).

É conveniente observar que a presença do café na economia e política brasileira já é significativa logo após a independência. Na época, representa importante fonte de receitas ao país e o uso intensivo de mão de obra despendido na sua produção vai se refletir nas discussões e encaminhamentos sobre a questão escravocrata. O açúcar passara à hegemonia Cubana (de 20 mil toneladas/ano no final do século XIX, alcançou 300 mil toneladas/ano no meio do século XX, mais de três vezes a produção do Brasil), o algodão foi produzido com eficiência nos Estados Unidos, seu maior consumidor; tornou-se, desde então, também seu maior produtor mundial. A oportunidade no mercado de exportação que se delineava para o país era o café. Os preços iniciais atrativos, as disponibilidades de terras e mão de obra viabilizariam a atividade. E foi o que se encaminhou. Na constatação de Furtado (2013, p.115):

No primeiro decênio da independência o café já contribuía com dezoito por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. [...] todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café.

Mais tarde, com a consolidação da cultura do café como produto de exportação, são as lideranças ligadas a esta atividade que vão fazer parte das decisões políticas e econômicas do país. É recorrente na historiografia a presença política proeminente de agentes oriundos da aristocracia cafeeira, sobretudo no Segundo Reinado¹⁹ e na Primeira República²⁰,

¹⁹ Segundo Reinado: período compreendido ente 23 de junho de 1840 e 15 de novembro de 1889, que corresponde ao reinado de D. Pedro II (FAUSTO, 2015).

produzindo políticas de sobrevivência ao sistema escravista, o patrocínio estatal à imigração estrangeira, o investimento em infraestrutura como portos, estradas, armazéns, intervenções estatais na produção, na oferta de crédito e no mercado de café.

Uma indicação da forte presença e atuação política da aristocracia rural do café é que nenhuma outra região do Brasil, ao longo do Segundo Reinado, obteve tantos títulos nobiliárquicos concedidos pelo Imperador quanto o Vale do Paraíba. Sobre esta influência, afirmam Muaze e Salles (2015, p. 14):

A região do Vale do Paraíba e de suas áreas adjacentes nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, organizadas em torno da escravidão, da grande propriedade rural, da produção e exportação do café, foram centrais na conformação socioeconômica, política e cultural do Império do Brasil. A ideia não é nova e na época mesmo já circulava o dito de que ‘o Império é o café. E o café é o Vale’.

Contudo, uma análise mais acurada das políticas empreendidas pelo Império e das suas relações com os barões do café permite uma compreensão mais nuançada desta interação. Relativiza esta influência, Carvalho (2008). Para ele, o Estado imperial estabeleceu uma “dialética da ambiguidade” com a classe agrária de exportação e de base escravista. Se não podia se sustentar sem essa agricultura que lhe rendia em torno de 70% das receitas estatais com impostos de exportação e importação, foi lhe permeável às suas demandas, entretanto, sem deixar de “exercer maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários” (CARVALHO, 2008, p. 42).

Também colabora com esta posição Hollanda (1972, p. 283). Para ele, o período de maior capilaridade do Estado às demandas agrárias é a Primeira República. Afirma ele: “O império dos fazendeiros [...] começa no Brasil com a queda do Império”. De fato, excetuados os dois primeiros presidentes republicanos militares, alagoanos, Marechal Deodoro (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), Hermes da Fonseca (1910-1914), gaúcho; Epitácio Pessoa (1919-1922), paraibano, que ainda assim não podem ser considerados refratários aos interesses do café; todos os outros provinham das oligarquias agrárias paulistas e mineiras por origem ou pertencimento. Como no caso de Washington

²⁰ Primeira República ou República Velha ou República Oligárquica: período compreendido entre 15 de novembro de 1889 e 24 de outubro de 1930 (FAUSTO, 2015).

Luís (1926-1930), que nascera em Macaé-RJ, mas fez carreira política na província de São Paulo. A hegemonia paulista e mineira foi assim exercida, no período, com 70% dos 13 presidentes eleitos (VISCARDI, 2001). Se no Império a aristocracia cafeeira centrava-se no Rio de Janeiro, migra com a plantação para São Paulo e Minas, com a República.

Como o café é o produto responsável pela maior parte das receitas e exportações brasileiras, à época, compreende-se a presença, protagonismo e hegemonia das elites ligadas a este negócio na estrutura de poder do Estado. Durante o período, as receitas cambiais do país obtidas com a exportação de café estavam em torno de 70%. Em 1929, foram 71% (PELAEZ, 1971). De fato, mantinha igual importância que representava ao final do Império, demonstrando a duradoura dependência do estado brasileiro à economia ligada ao café.

Na nascente República brasileira, a oligarquia cafeeira ascende ao poder executivo nacional e provincial após um período em que transitara apenas no legislativo. Esta ascensão permite influência sobre ações governamentais, traduzidas em políticas de valorização do café (Convênio de Taubaté, 1906)²¹, repetidas tentativas legislativas de contenção da expansão da implantação descontrolada de novos plantios, propaganda oficial do produto, visando aumento do consumo, construção de armazéns reguladores, oferta de crédito, garantia de empréstimos externos para estados produtores, ampliação de linhas férreas e estradas na região, valorização ou desvalorização da moeda, criação de instâncias representativas dos interesses cafeeiros no aparato burocrático estatal e estratégias audaciosas de sustentação de preços.

Como política de defesa permanente do café na década de 20, são exemplos, no âmbito federal, a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café (BRASIL, Decreto nº 4.548 de 19 de junho de 1922) e seus congêneres provinciais. Em São Paulo, o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, em 1924; o Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, em 1926, no Espírito Santo, o Serviço de Defesa do Café, em 1927.

²¹ Convênio de Taubaté: Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906. Acordo firmado em 1906, no último ano do governo Rodrigues Alves (1902-1906), pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na cidade e Taubaté (SP), com a finalidade de valorização do café, garantindo se preço ao produtor, por meio da compra pelo governo federal do excedente da produção.

No entanto, as políticas de grande impacto nos negócios do café foram as de valorização artificial de seu preço que, apoiadas na condição de semi-monopólio da produção, e sob diferentes estratégias, funcionaram por quase todo o período da Primeira República. Estas políticas, ainda que proibissem novos plantios no Brasil, acabaram por estimular a implantação de novas lavouras no país e em países concorrentes, o que gerou repetidos ciclos de produção com excedentes, muito além do consumo mundial.

A despeito disso, este importante período da história da agricultura brasileira tem sido objeto de revisões historiográficas importantes, cujos estudos têm propiciado releituras da tese dominante da aliança entre as elites agrárias paulista e mineira que teriam tomado o Estado Republicano como refém dos interesses dos cafeicultores, configurada na tão propalada “política do café com leite”. As tensões entre os interesses dos estados cafeeiros, São Paulo e Minas Gerais, e resto do país foram mais complexas. Para Viscardi (2001, p.73):

A partir das contribuições de economistas e historiadores da economia, foi possível relativizar o caráter explicativo desta tese, ao perceber-se que, na maior parte do período, as elites políticas brasileiras estabeleceram políticas monetária, creditícia e cambial que não vinham necessariamente ao encontro das expectativas dos setores cafeeiros. Ao contrário, a opção pela ortodoxia financeira ou pelo atrelamento da moeda nacional ao padrão-ouro foram medidas muitas vezes prejudiciais aos cafeicultores, contando, em alguns momentos, com sua forte oposição.

Para a autora, oligarquias que ela chama de “segunda ou terceira grandeza” de outros estados, como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Pará, constituíram-se em importantes atores nas decisões políticas em alianças com Minas Gerais ou São Paulo e representaram alternativas de poder fora da órbita dos interesses da elite cafeeira (VISCARDI, 2012). Para ela, a estabilidade política deste período do regime republicano se funda no poder das oligarquias regionais, nas do café e “secundárias”, onde os atores políticos são desiguais e hierarquizados entre si e se orientam por interesses do seu grupo e de coalizões, em detrimento de uma visão mais geral do país. Ademais, políticas econômicas restritivas com fins de estabilidade das finanças públicas, atendimento de interesses de credores internacionais contrariaram muitas vezes os interesses corporativos dos cafeicultores.

Outro estudo que comprova a diferenciação dos interesses agrários do país, no fim do século XIX e nas primeiras décadas seguintes é a pesquisa de Sônia Regina Mendonça,

publicada no livro: *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, derivado de sua tese: *Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. Nela, a autora discute “o movimento ruralista” no Brasil, como um movimento que se institucionaliza na estrutura do Estado e na sociedade civil, carregado de difusa ideologia das ciências positivistas.

O ruralismo, nascido de setores externos ao complexo cafeeiro, representa-se, sobretudo, por burocratas e técnicos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio²² (“a sede estatal do ruralismo”, na expressão da autora) e associados da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)²³ (MENDONÇA, 1990). O movimento, sob assumida influência da ciência positivista, tem como temas dominantes as discussões e propostas de enfrentamento, pelas mãos do Estado, da questão da mão de obra rural, do crédito, do ensino agrícola, da modernização e diversificação da estrutura produtiva do campo no Brasil, como alternativa à hegemonia agrícola e comercial do café, representada pelos estados cafeeiros (MENDONÇA, 1997). Os associados da Sociedade Nacional da Agricultura, em sua maioria, “lecionavam ou eram formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, reduto do pensamento positivista no Brasil, início do século XX. [...] consideravam-se como cruzados de uma nova era de regeneração agrícola do país” (BHERING; MAIO, 2011, p. 699).

Os braços científicos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio são representados por institutos de pesquisa recém-criados pelo país, a própria Sociedade Nacional da Agricultura, pelo Jardim Botânico e o Museu Nacional do Rio de Janeiro que “assumiram uma orientação utilitária, para o desenvolvimento e modernização da agricultura nacional” (BHERING; MAIO, 2011, p. 699). A criação de escolas técnicas de agricultura pelo país é exemplo de política que resulta de demandas deste período. Os valores do progresso e da ciência aplicada transitavam entre o Ministério da Indústria e Comércio e a Sociedade Nacional de Agricultura, embora representassem forças secundárias diante da

²² Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC): criado pelo Decreto Legislativo n. 1.606 de 29 de dezembro de 1906.

²³ Sociedade Nacional da Agricultura (SNA): fundada em 1897 no Rio de Janeiro, era composta por membros das elites regionais (Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro, etc.) e dos setores cafeeiros exportadores que vislumbravam a possibilidade de redirecionar seus capitais diante da instabilidade da economia do café (BHERING; MAIO, 2011, p. 699).

hegemonia dominante dos negócios cafeeiros. Para Mendonça (1997), a hegemonia cafeeira, num processo de cooptação, também procurou integrar estes “interesses secundários” como estratégia de dominação do Estado.

Não é descabido admitir que os interesses do complexo cafeeiro, embora magnificados pela sua densidade econômica e social, de fato, se restringiam apenas a uma região do país e não podiam representar todas as demandas existentes no amplo território nacional. A evidência desta proposição é que o eixo Sul-Norte-Nordeste representou os “interesses secundários que manifestaram no movimento ruralista certa eficácia de sua ação, mostrando-se capaz de interferir na dinâmica de funcionamento e construção do Estado republicano, ainda que como força secundária” (MENDONÇA, 1997, p. 39).

O fio condutor que se procura estender nesta análise é o que tenta demonstrar que, pelo seu prolongado significado na economia brasileira, os negócios do café, ainda que de forma não monolítica, mantiveram seus interesses de classe sempre presentes no aparato burocrático e na política do país ao longo de sua história.

Se no Segundo Reinado, os interesses do café estiveram tão próximos do Imperador (e foram tão caros a ele); na Primeira República confundiram-se com os Presidentes do país e vão estar presentes na nova ordenação política com a Revolução de 30²⁴, aí repactuados com novos interesses e atores.

O excesso de produção, estimulado pelas prolongadas políticas de valorização e potencializado com a crise mundial de 1929, demanda do novo governo que se impõe, a partir de 1930, outra política audaciosa e *sui generis* no mundo: a destruição de estoques nos anos seguintes. De 1931 a 1944, sob a batuta do Estado, na tentativa de ajustamento da produção ao consumo, é destruído, depois de colhido e preparado, na forma de incineração, o equivalente a três grandes safras brasileiras da época, conforme se apresenta na Tabela 2, a seguir.

²⁴ Movimento armado, ocorrido no Brasil em 3 de outubro de 1930, que tirou do poder, através de um Golpe de Estado, o presidente Washington Luiz. Getúlio Vargas assume a presidência da República, apoiado por chefes militares; governa de forma provisória entre 1930 e 1934, quando se elege pela Assembleia Constituinte como presidente do Brasil, com mandato até 1937. Porém, neste ano, através de um golpe com apoio de setores militares, permaneceu ditatorialmente no poder até 1945, período conhecido como Estado Novo. O período se caracteriza pela centralização do poder, forte intervenção no domínio econômico, subordinação e intermediação das oligarquias regionais e classes urbanas dentro do Estado (Fausto, 1987).

Tabela 2 - Queima de estoques de café nos anos 30 e início dos 40

Ano	Nº sacas 60 kg queimadas
1931	2 825 784
1932	9 329 633
1933	13 687 012
1934	8 265 791
1935	1 693 112
1936	3 731 154
1937	17 196 428
1938	8 004 000
1939	3 519 874
1940	2 816 063
1941	3 422 835
1942	2 312 805
1943	1 274 318
1944	135 444
Total	78 214 253

Fonte: Superintendência dos Serviços do Café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo: Anuário Estatístico 1946. São Paulo, p. 55. Adaptação nossa.

À primeira vista, parece absurdo colher a produção para em seguida, destruí-la, continuamente, por tantos anos seguidos. Todavia, deve se ter em conta que em economias de mercado, não é incomum produtores agrícolas perderem as suas produções porque os preços vigentes em situações de grandes safras não pagam sequer os trabalhos e outros custos da colheita. Em tais condições, os produtores assumem, individualmente, os prejuízos e suas consequências. Os agricultores conhecem bem a experiência repetida do excesso de produção e aviltamento dos preços.

No caso em questão, a disponibilidade de café na década de 30, constituía volume muito além da capacidade de absorção do mercado mundial, e certamente, pressionaria os preços a níveis catastróficos para os cafeicultores, ocasionando suas ruínas, com encadeamento para toda a sociedade, posto que este produto representava o principal produto de exportação do país. Entre 1925 e 1929, o café contribuiu com 71,7% do valor das exportações totais brasileiras. Na década de 30, este valor oscila ao redor de 50%. Diante de condição de extrema gravidade, “a alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social” (PELAÉZ, 1971, p. 177).

Seguindo o pensamento que reconhece a interdependência entre Estado e agricultura no Brasil, não raro na forma de conluio, contata-se que outra vez mais se repete a intervenção no mercado, agora com o nome de política de sustentação de preços, desta vez, porém, sem a hegemonia absoluta da oligarquia cafeeira dos estados.

Em clara estratégia de centralização administrativa, sob o controle do governo federal, ligado ao Ministério da Fazenda, em 16 de maio de 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC), passa a ser o órgão central para exercer a gestão da política cafeeira (DECRETO Nº 20.002, 1931). No entanto, esta instituição tem curta duração: a aguda crise que se abate sobre o setor cafeeiro e a gravidade que representa, considerando “a influência que exerce na vida econômica e financeira do país e pela salvaguarda do interesse nacional” obriga o governo Vargas a substituí-la, em 10 de fevereiro de 1933, por outra instituição, o Departamento Nacional do Café (DNC), com funções mais abrangentes e centralizadas. Este é o órgão público, no âmbito do governo federal, que vai gerir a audaciosa política de sustentação de preços do café durante o período Vargas, até 1945 (DECRETO nº 22.452, 1933).

Embora voltado para o café, a nova orientação política evidencia um movimento irreversível de diversificação da economia porque está alicerçada em complexas estratégias de retenção e destruição programada de estoques; imposto em espécie e moeda sobre a produção; desvalorização da moeda; incremento de exportação, mesmo a preços menores; proibição de novos plantios de café; estímulo à adoção de outras culturas como algodão, cana, laranja, culturas alimentares destinadas ao crescente mercado interno e a criação e ampliação das bases para a industrialização do país. E de fato, com a Revolução de 30, “pulularam vários institutos protecionistas (do Mate, do Açúcar e do Alcool, do Algodão etc.)” (PERISSONOTTO, 1999 p. 155). O que indica a nova participação de interesses econômicos agrícolas diversos, represados ou sub-representados politicamente na Primeira República.

Sobre as consequências positivas de tal política de sustentação de preços, manifesta-se Furtado (2013, p.189):

Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Como a produção de café

creceu nos anos da depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933, é evidente que a renda global dos produtores agrícolas se reduziu menos que os preços pagos a esses produtores. Dessa forma, ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto. É fácil que o abandono nas árvores de, digamos; um terço dessa produção, que-foi o que aproximadamente se destruiu entre 1931 e 1939, teria significado enorme redução da renda do agricultor.

Em sentido contrário, um olhar mais liberal, cuja fé no poder autorregulatório das forças de mercado e arrepio a qualquer iniciativa estatal na economia, faz racionalização diferente da política de sustentação de preços do café no governo Vargas. Veja-se na tese defendida por Pelaéz (1971, p. 166): “o programa (**a política de destruição de estoques**) não melhorou nem os preços do café nem as relações de troca, [...] foi um total fracasso. No máximo, poderia ter impedido uma maior deterioração dos preços que, numa conjuntura de livre mercado, teriam sido provavelmente baixos”. Para ele, “o Estado Liberal fora levado a ampliar suas funções diante de uma grave situação econômica e social, relativa ao seu principal produto de exportação”. Ainda assim, reconhece que a percepção dominante à época foi que: “A alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social” (PELAÉZ, 1971, p. 135, Acréscimo nosso).

No entanto, Celso Furtado, embora, reconheça a socialização dos custos da intervenção para toda a sociedade, é veemente em defender a audácia da política de sustentação de preços implementada de forma centralizada pelo governo federal, à época:

No Brasil, [...] se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 2013, p. 189).

Pode-se inferir que as características estruturais essencialmente agrárias da sociedade e economia que atravessam o Império, a Primeira República e adentram o período Vargas têm relevante poder explicativo para a compreensão da presença intervencionista do Estado brasileiro nos negócios do campo numa intensidade muito maior que a desejada pelos seus atores políticos.

Nos períodos em que a produção de café esteve mais ajustada ao consumo, os preços se tornavam compensadores aos produtores e a pressão por interferências governamentais no mercado arrefeciam. O poderoso Departamento Nacional do Café foi extinto pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946, criando em seu lugar a Divisão da Economia Cafeeira, ligada ao Ministério da Fazenda, à qual competia “a direção e a superintendência da política econômica do café” (Decreto-Lei nº 9.784, 1946), mas que na prática vai exercer função reguladora mais burocrática que política. Num período em que os preços internacionais do café haviam subido, devido às secas sequentes nas regiões cafeeiras do Brasil, no período 1939-1945, uma forte geada em 1942 e a contínua destruição de estoques, tudo indica já desnecessária, em 1943 e 1944, diminui a pressão dos negócios do café sobre o Estado.

Excetuadas as safras afetadas por problemas climáticos, como severas geadas e secas recorrentes no Brasil, a produção de café, ao longo de sua história, esteve mais do lado do excesso que da escassez, impactando negativamente seus preços, e em decorrência, o rendimento da atividade. Os produtores foram, assim frequentemente, penalizados pela sua capacidade de produzir. Auferiram preços baixos por produzirem além das necessidades do mercado. Num período em que os fatores de produção aqui abundantes, como terra e mão de obra, aliados à ausência de um mercado nacional e internacional robusto e atrativo para outros produtos agrícolas e as repetidas políticas estatais protecionistas de valorização ou sustentação de preços do café foram os ingredientes principais para gerar crises cíclicas na atividade cafeeira (DELFIM NETO, 1966). Não se pode dizer, portanto, que o café foi uma mercadoria que atravessou o século passado sob o regime das leis do mercado. “Pelo contrário, a história do comércio do café, no século XX, é fundamentalmente a história de diversas modalidades de intervenção e controle deste produto no mercado internacional” (LAFER, 1972, p. 287). E também no nacional. Intervenções que podem ser assim sumariamente descritas:

- (i) intervenção unilateral de um país para estabilizar o preço internacional do café, como a iniciada pelo Brasil com o Convênio de Taubaté, em 1906;
- (ii) acordos regionais entre produtores e consumidores, como o Convênio Interamericano do Café, firmado em Washington a 28 de novembro de 1940;
- (iii) acordos entre produtores, como o Acordo da Cidade do México, de outubro de 1957, entre o Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua, o Convênio Latino-Americano do Café, de outubro de 1958 e o Acordo Internacional do Café, de outubro de 1959;
- (iv), o Acordo Internacional do Café (AIC), de 1962, com o patrocínio da ONU e gerenciado pela Organização Internacional do Café, criada para este fim. Chegou a

ter 67 membros: 42 exportadores e 25 importadores, que representavam 99,8% das exportações mundiais de café e 96,2% das importações (LAFER, 1972, p. 287).

A iniciativa de intervenção nos preços mais ampla e duradoura foi o Acordo Internacional do Café, com início em 1962, sob a égide da Organização Internacional do Café (OIC)²⁵. Vigorou até julho de 1989, quando não mais foi renovado nos mesmos termos pelos países signatários, abrindo, desde então, a era atual de livre concorrência para o mercado mundial de café. Com o objetivo de regular a oferta, a estratégia central deste acordo centrou-se no estabelecimento de cotas de exportação para os países produtores. Em quase 30 anos de sua vigência, enquanto o consumo mundial e a produção mais que dobraram, em valores relativos, o Brasil passou de cerca de 50% da produção mundial para médias em torno de 30%, indicando que o país perdeu mercado para outros produtores de café (MELO, 1993).

Como política interna, em resposta às cíclicas superproduções e suas consequências no mercado, é criado, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas (1951-1954), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) como uma autarquia do governo federal com função executiva, sede no Rio de Janeiro e jurisdição em todo o território nacional. Instituído pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, em substituição à Divisão de Economia Cafeeira (DEC), que exercera funções modestas, de natureza mais burocrática que política, desde setembro de 1946. Seu objetivo era “executar a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro” (BRASIL, LEI Nº 1,799, 1952). Será extinto em 1990, pelo presidente Fernando Collor (1990-1992), quase simultaneamente a revogação do Acordo Internacional do Café dentro da onda liberalizante dos anos 90.

O sugestivo nesta ação é que o IBC foi vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio e não ao Ministério da Agricultura, indicando sua orientação no âmbito de política comercial. No entanto, diferente de outras políticas de defesa da cafeicultura, até então implementadas no Brasil, o IBC foi capaz de redesenhar a geografia do café no território brasileiro. Como órgão de política pública de existência longa (quase 40 anos) e seguindo

²⁵ Organização Internacional do Café (OIC) organismo internacional, com sede em Londres. Tem função consultiva, constituição intergovernamental, congrega governos exportadores e importadores. Seus Governos-Membros representam 98% da produção mundial de café e mais de 83% do consumo mundial (Organização Internacional do CAFÉ, 2017)

diretrizes abrangentes e com intensa atuação na questão cafeeira e agrícola nacional, atravessou vários governos de matizes ideológicas diferentes e pode-se afirmar que ajudou desenvolver a atual cafeicultura praticada no país. Foram as seguintes diretrizes estabelecidas por lei e perseguidas em maior ou menor intensidade pelo IBC:

- a) promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e de tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto;
- b) difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeicultores;
- c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e a obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras que já produziram café e o estudo de variedades às mesmas adaptáveis;
- d) defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo;
- e) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição ao consumo, inclusive transportes;
- f) organização e identificação da propaganda, objetivando o aumento do consumo nos mercados interno e externo;
- g) realização de pesquisas e estudos econômicos para perfeito conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados;
- h) fomento do cooperativismo de produção, do crédito e da distribuição de mudas entre os cafeicultores.

Não sem controversa, a análise de tais diretrizes e a atuação deste órgão indica uma abordagem mais sistêmica da cafeicultura. Não se trata da defesa da atividade cafeeira defendendo apenas os seus preços imediatos. Isto será perseguido, com resultado ambíguo e controverso, mas muda-se o foco para políticas que vão impactar a estrutura da cafeicultura nacional, tais como: apoio efetivo à pesquisa agrônômica e industrial, estímulo à redistribuição geográfica da cultura no território nacional, extensão rural com impacto entre os pequenos cafeicultores, devido a grande capilaridade do órgão presente nas regiões cafeeiras, erradicação de cafezais de baixa produtividade e degradados, estímulo à implantação de lavouras mais tecnificadas e sustentáveis, diversificação de cultivos, estímulo ao cooperativismo. As ações tiveram como suporte uma ampla política de crédito subsidiado aos cafeicultores e outros segmentos da cadeia produtiva do café, razão maior de sua capilaridade e efetividade.

Na década de 60, utilizando-se de subsídios, os agricultores erradicaram cerca de 2,0 bilhões de cafeeiros, diminuindo a área cultivada na ordem de 2,7 milhões de hectares. Tudo indica que foi um dos ajustes mais drásticos e necessários ao ajuste da produção de café já

realizados no Brasil. Na época, o café chegou a ocupar uma área cultivada de 4,5 milhões de ha. Para dispor de um parâmetro de comparação da magnitude desta operação, basta relacionar esses dados com os da Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB), que indicam uma área cultivada com café de cerca de 2,21 milhões de ha, atualmente. (CONAB, 2017). É necessário destacar que a redução da área plantada não significou ao longo do tempo, diminuição da produção, pelo contrário, ela aumentou neste período, evidenciando ganhos expressivos de produtividade. Não se pode creditar os ganhos de produtividade a uma única política, mas certamente, a cafeicultura foi fortalecida com a atuação do IBC em tantas frentes de atuação, por tanto tempo e tão perto dos cafeicultores, sobretudo, na forma da extensão rural, inclusive aos pequenos e médios produtores nacionais (MATIELLO, 1980).

A revogação do sistema de cotas de exportações do Acordo Internacional do Café, em 1989, e a extinção do IBC, em 1990, lançam a cafeicultura brasileira no sistema de livre mercado, em consonância com a voga liberalizante dos anos 90, no Brasil e no mundo. Desde então, contrariando a tendência histórica predominante, não houve nenhuma política de defesa de preços, nas formas de intervenção no mercado, tradicionalmente aplicadas. Num período de pouco mais de vinte anos, pela primeira vez, desde o início de século, os cafeicultores ficaram sem um órgão oficial estatal específico que representasse seus interesses. Somente em 2003, no âmbito do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, MAPA, foi criado o Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), que é um órgão deliberativo, composto por um colegiado híbrido entre governo e representantes da cadeia produtiva da cafeicultura, englobando indústria e exportadores. Este conselho tem a prerrogativa de “formular as políticas públicas para o setor cafeeiro, concernentes à pesquisa, produção, comercialização, exportação e marketing, propiciando suporte técnico e comercial ao desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café no Brasil” (BRASIL, DECRETO nº 4.623, 2003).

No entanto, no âmbito privado, em 1981, é criado o Conselho Nacional do Café (CNC) uma organização nacional que congrega produtores, cooperativas, associações de cafeicultores e federações de agricultura de estados produtores de café junto ao poder executivo e legislativo. O CNC representa, atualmente, os cafeicultores no Conselho

Deliberativo de Política do Café e Organização Internacional do Café. Ficam claras as funções que devem desempenhar o CNC nos termos de sua fundação:

Representar o setor junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – em níveis federal, estadual e municipal –, aos demais segmentos da cadeia produtiva do agronegócio café e à sociedade, propondo e participando ativamente da gestão da política de interesse do setor, fazendo a necessária mobilização política para fortalecer a representação do setor no Legislativo e no Executivo (CNC, 1981, p. 2)

Outra política duradoura e de impacto no setor cafeeiro foi a criação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), em 1986 (Decreto-lei nº 2.295, 1986). Este fundo foi constituído com recursos financeiros específicos que devem ser usados para financiar atividades ligadas às diferentes etapas da cadeia produtiva do café. Desta forma, parte dos financiamentos do setor é realizada com recursos próprios deste fundo que tem gestão participativa do governo e representantes do setor cafeeiro (BRASIL, DECRETO nº 94.874, 1987).

Tendo em vista que o setor cafeeiro desempenhou importância estratégica para o país, materializada na sua longa dependência econômica em relação ao café como seu principal bem de exportação “a defesa deste produto tornou-se uma questão de sobrevivência do próprio aparelho estatal”. Não se deve minimizar, no entanto, que durante o longo processo de intervenção do Estado no mercado de café, “a regulamentação assumiu um caráter funcional ao [procurar] harmonizar as demandas do setor cafeeiro com as políticas de coordenação e planejamento sob a perspectiva macroeconômica” (SAES, 1995, p. 2). É pertinente lembrar aqui a expressão de Paul Valéry, anteposta na epígrafe deste capítulo: “se o estado é forte, ele nos massacra; se ele é fraco, nós perecemos”. Para o café, o Estado brasileiro foi forte, ainda que não lhe tenha protegido de forma tão eficaz. No entanto, não foi necessariamente fraco para interesses de outros setores da economia. Sempre houve uma correlação forte entre Estado e café no Brasil, nunca houve uma relação unívoca entre eles. A primeira interpretação histórica é mais consensual, a segunda foi, muitas vezes, secundarizada.

2.3. Leis para trabalhador ver

Uma lei não define necessariamente uma política pública. Uma e outra nascem dos conflitos sociais, de outra forma seriam desnecessárias. Em contexto democrático, a lei é a institucionalização de um processo histórico numa arena de lutas, tensões e percepções

políticas diferenciadas. A necessidade e a criação da lei e da política pública se dão a partir do reconhecimento de uma situação concreta, visando à construção futura de valores ainda não dominantes ou não existentes (DERANI, 2004). Em um país cuja agricultura foi, reiteradamente, muito significativa na economia, as tensões advindas do processo de sua modernização, sob a batuta estatal forjaram suas marcas próprias. As análises da intervenção governamental na agricultura brasileira, notadamente, a partir da década de 60 do século passado, indicam como as ações do Estado: “visavam a um projeto mais geral de modernização da economia e revelam ainda como disso resultou um processo desigual que favoreceu os grandes produtores, as regiões mais desenvolvidas e as culturas de exportação” (GONÇALVES NETO, 1997). Sobretudo dois aparatos jurídicos do período, o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, contribuem para a extinção de relações de trabalho prevalentes nas regiões produtoras de café como o colonato e a parceria, expulsando em grande massa os trabalhadores e pequenos agricultores para as cidades e generalizando o trabalho temporário no campo (STOLKLE, 1983; SILVA, 1999; SOUZA, 2012). Se no passado, com a abolição da escravatura houve a passagem da senzala à colônia, a partir desse período, a passagem se faz da colônia para a cidade, com forte consequência para os trabalhadores. No período, se foi possível haver a sobrevivência, o crescimento e a diversificação da pequena e média agricultura, da produção de abastecimento interno, isso decorreu mais por resultado indireto, não operado pela política pública. O crescimento do país e a sua modernização criaram as condições de um mercado interno mais robusto que propiciaram a viabilidade desta modalidade da agricultura

2.3.1 Sistema Nacional de Crédito Rural

A institucionalização do crédito rural no país somente veio ocorrer com a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 que prevê: “O crédito rural, sistematizado nos termos (sic) desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País (sic) e tendo em vista o bem-estar do povo” (BRASIL, LEI Nº 4.829, 1965).

Embora apregoe em seus objetivos: “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios”, o crédito rural no Brasil constituiu-se numa das mais poderosas ferramentas da “modernização conservadora”²⁶. Na prática, ao contrário, atendeu, preponderantemente, os grandes estabelecimentos rurais, atrelando o crédito subsidiado ao uso de adoção de tecnologia produtivas modernas, em atividades agrícolas, pecuárias e florestais selecionadas, sob a orientação de assistência técnica e extensão rural oficial. Tal política de caráter seletivo manteve pequenos e médios produtores majoritariamente excluídos por questões culturais, de exigências burocráticas, operacionalização e acesso à rede bancária.

Para Delgado (2012), os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”²⁷, sinônimos de modernidade, permitiram a integração técnica entre agricultura e indústria (de insumos, de transformação, de máquinas e equipamentos) e foram movidos, sob forte política de créditos subsidiados. Na percepção de Gonçalves Neto (1977, p. 153): “a distribuição deste subsídio não ocorreu de forma homogênea entre os agricultores”. Seletivamente tiveram acesso ao crédito aqueles agricultores mais capacitados e envolvidos no processo de modernização, que, majoritariamente, constituíam os grandes produtores com produtos voltados ao mercado externo. As políticas modernizadoras da agricultura, sobretudo a partir da década de 60, instituídas com a principal ferramenta do crédito subsidiado, tiveram caráter economicista, setorial e produtivista, e foram capazes de alimentar um novo modelo de agricultura, sem, no entanto, alterar a enorme heterogeneidade do campo no Brasil.

²⁶ Modernização conservadora – O termo foi utilizado primeiramente por Moore Junior (1975) ao se referir as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais (PIRES; RAMOS, 2009). No Brasil, consta que foi Alberto Passos Guimarães que pela primeira vez utilizou a expressão. Segundo ele, na seguinte acepção: “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque [...] tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

²⁷ Revolução Verde é a expressão usada para se referir aos elevados ganhos de produtividade nas culturas agrícolas com o uso de novas tecnologias resultantes da aplicação na agricultura de conhecimentos da biologia, química e física. Termo usado pela primeira vez em 1968 por William Gaud, diretor da Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID): “*These and other developments in the field of agriculture contain the makings of a new revolution. It is not a violent Red Revolution like that of the Soviets, nor is it a White Revolution like that of the Shah of Iran. I call it the Green Revolution (GAUD, 1968)*” (“Estas e outras tecnologias aplicadas na agricultura contêm os ingredientes de uma nova revolução. Não é uma violenta Revolução Vermelha como a dos soviéticos, nem uma Revolução Branca como a do Xá do Irã. Eu chamo isso de Revolução Verde” – Tradução livre).

Aplicado de forma intensa e seletiva, sempre condicionada a tecnologias modernizadoras, muito provavelmente, o crédito rural tenha sido, durante toda a sua execução, a forma mais impactante na transformação da agricultura no Brasil, ajudando a conferir-lhe a heterogeneidade que tem hoje.

2.3.2 Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra pode ser definido como uma lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola, elaborada no governo Castelo Branco (1964-1967). É um amplo documento legal instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que explicita duas finalidades, assim definidas: “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Com ele, passou a existir no Brasil, pela primeira vez, desde a Lei de Terras de 1850, uma legislação agrária abrangente que regulamentava novas categorias e políticas fundiárias, na tentativa de resposta do Estado aos conflitos em torno da terra e da produção agrícola exacerbados no período (PALMEIRA, LEITE, 1997).

A lei foi instituída logo no primeiro ano do governo militar, em resposta à mobilização nacional pelas Reformas de Base²⁸ do Governo de João Goulart, de movimentos sociais da cidade e do campo liderados, à época, pelas Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), causalidade dominante do Golpe Militar de 1964. O Estatuto da Terra incorporou reivindicações destes movimentos, potencializados no período pré-golpe militar, como estratégia de regular e limitar a luta pela terra, esvaziando-a de seu conteúdo político ao legitimar condicionantes técnicos à reforma agrária. (MARTINS, 1984)

²⁸ Sob essa ampla denominação de Reformas de Base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior (FERREIRA, 2017).

Para o propósito deste comentário, é legítimo transcrever o artigo 2º desta lei. Suas proposições lembram uma profissão de fé, prevendo a criação de uma espécie de paraíso no campo. São tão atuais e de potencial tão transformador que se fossem implementadas, seguramente, poderiam ter mudado a estrutura agrária do país. São elas:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, LEI Nº 4.504, 1964):

Dentre outras finalidades, deveria “promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil”. Nisso, o Estatuto da Terra não logrou resultado, despolitizou a luta pela terra, trazendo a reforma agrária para o campo técnico e jurídico, esvaziando os movimentos sociais por longo tempo. Para se ter uma indicação de sua baixa eficácia, pode-se analisar os seguintes dados: de 1964 até 1994, foram assentadas apenas 58.317 famílias; estendendo-se a análise até 2016, foram assentadas no Brasil 1.348.484 famílias, destas permaneceram na terra 920.412 e outras 318.090 mil desistiram dos lotes de terra. (BRASIL, INCRA, 2016).

A despeito disso, a concentração da terra no Brasil permaneceu elevada, apontada pelo seu índice de Gini²⁹ de 0,85. Somente na década de 90, 450.000 pequenas propriedades rurais com menos de 10 ha deixaram de existir, acrescidas da migração rural-urbana que continuou a expulsar trabalhadores e pequenos agricultores do campo (MATTEI, 2012, p. 317). Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), hoje, existem 120.000 famílias acampadas no Brasil, à espera por assentamento. De fato, a concentração da estrutura fundiária no Brasil tem sido resistente às políticas e ao tempo; muitas vezes se beneficiado dos dois.

²⁹ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade da distribuição da renda ou de outros recursos, variando de zero a 1(um). Quanto mais próximo de zero, melhor a distribuição daquele recurso e quanto mais próximo de 1 (um), maior é a desigualdade do recurso medido.

O mesmo não se pode afirmar da segunda finalidade do Estatuto da Terra que previa a promoção da política agrícola no país. Se a aplicação da lei permitiu que a reforma agrária fosse secundarizada e se aplicasse a pontos isolados do país em áreas mais conflagradas, as políticas modernizadoras foram mais bem sucedidas, se se leva em conta que privilegiaram maciça inserção de novas tecnologias no campo, transformando as suas bases técnicas e formas de produção. Políticas, como as de crédito subsidiado, assistência técnica e extensão rural, atrelado a tecnologias modernizantes, produzirão a modernização conservadora, ou “modernização dolorosa”, no dizer de Graziano da Silva (1982). Contudo, o avanço da tecnificação do campo, da diversificação da produtiva e o aumento da produção e da produtividade mantiveram a concentração da estrutura fundiária brasileira, praticamente intocada.

É necessário reconhecer, no entanto, que o Estatuto da Terra, ao traduzir para as normas da lei, princípios e definições como latifúndio, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar, módulo rural, arrendamento, parceria colonização, financiamento, “o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo em que tornou possível a sua intervenção, sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais” (PALMEIRA, 1989, p. 5). Sem atingir plenamente suas finalidades, e profundamente alterado, vigora até hoje.

2.3.3 Estatuto do Trabalhador Rural

É o nome dado à Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. “É o primeiro texto legal que reconheceu os trabalhadores como sujeitos de direitos trabalhistas, fruto da demanda articulada pelo movimento sindical que nascia e se fortalecia, na mesma ocasião” (WANDERLEY, 2014). Tal lei pretendeu estender aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas já estabelecidos aos trabalhadores urbanos, vinte anos antes. Sem levar em conta as profundas diferenças existentes entre as relações do trabalho rural e urbano, à época, ajudou a promover um profundo esvaziamento do campo no período. Orientada pela tentativa de modernização das relações trabalhistas no campo, não reconheceu nem o colonato, sistema dominante na cafeicultura, até então, e nem o trabalho temporário. Acabou ajudando a promover a extinção do primeiro e generalizando a utilização do segundo. O colonato, porque não reconhecia os rendimentos e ganhos indiretos que sustentavam o

sistema, monetarizando os contratos de trabalho. E o trabalho temporário, por estar excluído da normatização da lei se tornou-se mais barato e apropriado para o sistema de produção que se “moderniza”. A intensidade de mecanização diferenciada entre os cultivos e nas diversas fases da produção determina a utilização do trabalho humano também em diferentes intensidades ao longo do ano. Estão postas as condições para generalização do trabalho sazonal e temporário no campo. A modernização do campo demanda menos trabalho humano para produzir e em apenas em períodos específicos.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, tal qual o Estatuto da Terra, deve ser apreendida tendo-se em conta a forte mobilização política e social no Brasil, nos anos iniciais dos anos 60. Eles surgiram como resposta política aos movimentos do período: o Estatuto do Trabalhador Rural como parte das Reformas de Base do Governo João Goulart (1961- 1964), na tentativa de modernização do país; o Estatuto da Terra como estratégia de “concessão comedida” do primeiro governo militar para acirramento destes movimentos. Ambos indicaram uma política de modernização das relações de trabalho no campo e um horizonte para alteração das condições sempre precárias de acesso a terra aos que, de fato, trabalham nela no Brasil.

Todavia, a secular estrutura fundiária brasileira resiste. A legislação pode indicar intenções, mas não determinam uma política. A modernização do campo seguiu outro itinerário. Reforça esta argumentação a análise de Palmeira (1989, p.96):

Nas suas ambiguidades, [o estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural] abrem a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

Os instrumentos legais do período não modernizaram as relações de trabalho no campo, nem produziram alteração consistente das formas de acesso a terra. Contribuíram para generalizar a figura do trabalhador temporário, o boia fria, o volante, o clandestino. Condição que será acentuada com a Lei nº 5.889/73 que revoga o Estatuto e define claramente: “empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza **não eventual** a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, LEI Nº 5.889, 1973. Grifo nosso.). Se o Estatuto do Trabalhador Rural foi omissivo ao não tratar especificamente do trabalho temporário, agora a

lei é explícita: somente considera “empregado rural” aquele que presta serviço não eventual. É sugestivo que o defina pelo que ele não é, pela negação. Estavam legitimadas as condições que a modernização da agricultura ampliou para a generalização do trabalho temporário, sazonal no campo. O trabalhador temporário foi banido da lei pela própria lei (SOUZA, 2012). Somente a partir da Constituição de 1988, os direitos de trabalhadores urbanos e rurais são unificados. O trabalho temporário, no entanto, é regulamentado somente bem mais tarde. Alteração incluída pela Lei nº 11.718, de 2008 prevê: “o produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária”. Por esta lei, aos trabalhadores temporários são garantidos os mesmos direitos dos trabalhadores permanentes (BRASIL, LEI Nº 11.718, 2008).

O trabalho temporário na agricultura é intrínseco a atividade agrícola que o demanda diferentemente nas diversas etapas da produção (TESSARI, 2010). A modernização da agricultura acentuou esta característica da produção. No Brasil, o trabalho temporário se generaliza no campo, a partir da década de 60, aproximadamente nos últimos 50 anos. Considerando que a legitimação do contrato de trabalho temporário é garantia de direitos dos trabalhadores e segurança jurídica para os contratantes, pode-se afirmar que a regulamentação só ocorreu, então, muito tardiamente.

2.4 Outras políticas mais atuais delineadoras das feições contemporâneas do campo

O Estado desempenhou um papel central no desenvolvimento agrícola brasileiro, acionado sempre pela relevância deste setor na sua economia. A modernização agrícola do país ocorreu sob a batuta da ação estatal. Esse é um processo que já foi longamente estudado e registrado pela literatura especializada (MATTEI, 2014). A observação das interferências do Estado na agricultura, nos últimos anos, no Brasil, indica que os agentes privados não são os únicos atores responsáveis pelo desenvolvimento agrícola do país, como faz crer uma visão liberal que sempre retorna.

Na década de 90, deve-se registrar que a ação do estado brasileiro nas questões da agricultura é concertada com a ordem econômica mundial liberalizante dos mercados que domina este período. Ainda que numa análise ligeira de tais iniciativas, encontram-se

regulamentações muito importantes de efetivo impacto na economia agrícola, tais como: Lei de Patentes, Lei de Proteção de Cultivares, Lei que dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica industrial e agrícola, adesão às regras internacionais de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Todas estas intervenções regulamentadoras dão cunho modernizante à agricultura; algumas se traduzem em intervenção do Estado em favor do capital produtivo nacional e internacional, representado por grandes empresas da indústria química de insumos e conglomerados do mercado de sementes e do comércio de produtos agrícolas mundiais (DELGADO, 2013; MATTEI, 2014; OLIVEIRA, 2016). São as garantias institucionais e jurídicas que tais agentes, nacionais e internacionais, condicionam para que sejam feitos seus investimentos no país.

Também no início dos anos 90, são regulamentados os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes fundos foram previstos na Constituição de 1988 como estratégia de desenvolvimento destas regiões. Embora estes fundos não constituam recursos destinados especificamente à agricultura, boa parte deles foi investida neste setor, nestas regiões.

O crédito rural, com juros subsidiados, ainda que em menores volumes no período, continuou sendo disponibilizado anualmente, segundo legislação, no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e no PRONAF (este a partir de 1996). Em adição, desde 1995, vêm sendo repactuadas dívidas de agricultores junto a bancos credores, exigindo aportes de recursos significativos de recursos públicos. Deve-se registrar que a grande maioria dessas dívidas advém de operações de crédito da agricultura patronal e empresarial.

Por outro lado, deve ser registrada a criação de uma política que tem potencial para exercer forte impacto na configuração das forças produtivas do campo, desde então. Em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, pela primeira vez na história, destinou recursos públicos específicos do sistema de crédito para os agricultores familiares, tradicionalmente excluídos do sistema público de financiamento das suas atividades, embora representem mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país (MATTEI, 2014).

Na primeira década do século XXI, com um governo de orientação política mais receptiva à presença reguladora do Estado na sociedade, manteve-se o que se pode chamar

de duplo movimento do governo Lula (1993- 1996; 1997-2010): a recomposição do apoio do estado brasileiro ao setor agropecuário em duas frentes, à agricultura patronal ou empresarial e à agricultura familiar, em diferentes medidas. Pode-se enumerar: o marco legal que regulamenta os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); o Programa Terra Legal; obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as dos sistemas de transporte e energia; renúncia fiscal a empresas agropecuárias, como estímulo ao crescimento e geração de empregos. E merece registro especial, os estímulos dados na forma de crédito e participação acionária à consolidação de empresas brasileiras do agronegócio, as do sistema sucroalcooleiro e a de carnes, com capacidade de competir no mercado internacional, sob gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O vigor de grande parte da agropecuária brasileira resulta da capacidade técnica de seus agentes, adquirida em décadas de pesquisa e extensão, da continuada conjuntura externa favorável, demandadora de produtos agrícolas e do arcabouço jurídico-institucional produzido pelo Estado. A mão visível do Estado tem regido esse concerto.

CAPÍTULO 3

O ESPAÇO E OS LIMITES DA CAFEICULTURA DE MONTANHA

A imensidão é uma dimensão íntima. (BACHELARD, 2008, p. 189).

Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem (WILLIAMS, 1990, p.167).

Não consigo nem imaginar viver longe desse lugar. (MAURINHO, filho de agricultor)³⁰.

Quando se busca compreender a região cafeeira do Sul/Sudoeste de Minas uma questão inicial se impõe e diz respeito à delimitação e a cartografia do que vem a ser essa região. Qual sua dimensão e como se distribui e pode ser representada neste espaço? Mas também afluem questões tão importantes de outra natureza. Que limites territoriais e que territorialidade lhes circunscrevem? Que espaço é este em que interagem os homens e mulheres, locais e migrantes, trabalhadores, pequenos, médios e grandes produtores em diferentes sociabilidades que lidam com a cultura do café, há tanto tempo e de tantas formas, constituindo a paisagem dominante nesta região? Como se inter-relacionam o campo e as pequenas e médias cidades dependentes em grande parte desta atividade? Para abordar essas questões localiza-se a atividade produção de café na cartografia do estado de Minas Gerais e apoia-se nos conceitos de espaço, lugar, território e paisagem da geografia humana na busca de uma melhor compreensão das inter-relações e experiências de vida de trabalhadores e trabalhadoras, migrantes e locais, pequenos e médios produtores de café.

3.1 Cartografia da cafeicultura de montanha

No Brasil, a cafeicultura de montanha extravasa os limites de municípios e de estados. Ela ocupa, atualmente, em torno de 600 mil ha de área plantada, (aproximadamente ¼ da cafeicultura nacional), abrange áreas de quase todo o Sul/Sudoeste e Zona da Mata de Minas, da zona serrana do Espírito Santo, pequena porção do Estado do Rio de Janeiro, e áreas serranas em São Paulo na divisa com Minas. Em Minas Gerais, é a forma dominante, onde 50% das plantações estão localizadas nas encostas dos terrenos, 14% nos topos de

³⁰ Fala de filho pequeno cafeicultor familiar. Guaraniésia - Setembro, 2017.

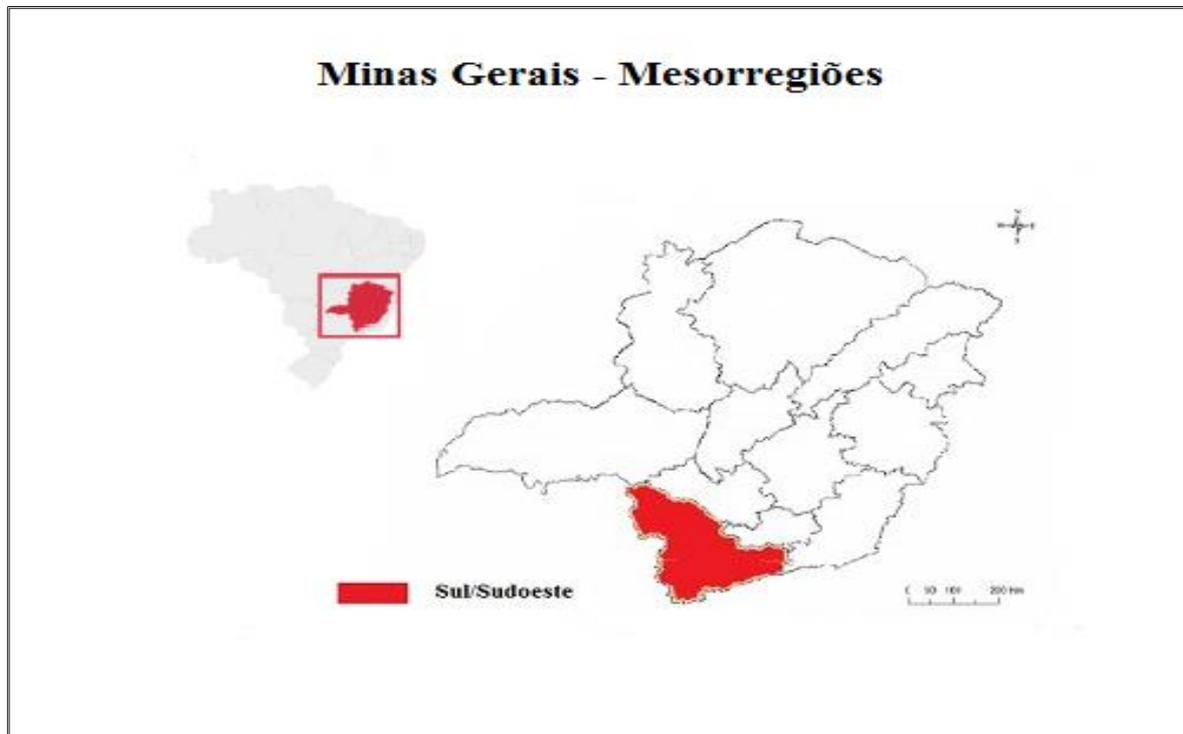
morros, restando 36% de lavoras em áreas planas. É exercida preponderantemente por pequenos e médios produtores, grande parte nas formas da agricultura familiar (SOUZA, 2012). O recorte espacial deste estudo se situa em propriedades de cinco municípios contíguos que pertencem à mesorregião³¹ Sul/Sudoeste de Minas Gerais³², seguindo critério de regionalização elaborada pelo IBGE (1990). São eles: Guaranésia, Guaxupé, Jacuí, São Pedro da União, Muzambinho e Cabo Verde, apontados nos Mapas 1e 2, logo em seguida.

Sobre a relevância representativa destes municípios na cafeicultura de montanha é preciso apresentar as seguintes proposições. Não se pretende que este espaço constitua uma amostra que represente a totalidade de pessoas e esta forma de produção de café. Para isso, encontra-se apoio em Gomes (2002, p. 292): “[...] os objetos de investigação são construídos pelo tipo de questões a eles endereçadas, sendo estas questões que os conformam, os limitam, os criam, e não o inverso, como, por vezes, tendemos a imaginar”. O que se considera válido é que, embora seja pontualmente datado e localizado, este estudo se constitui em um recorte concreto da cafeicultura de montanha, com seus lugares, homens e mulheres e formas de produção definidos, “cujas identidades podem ser analisadas e descritas, todavia, não devem ser generalizadas” (THOMPSON, 1981). Em uma preocupação mais histórica do saber, o problema não reside no geral, nem no particular, mas em sua conexão (LORIGA, 1998). Por isso, apoia-se no valor da construção de uma narrativa identitária de grupos, pessoas e lugares que costumeiramente são tratados numa visão econômica e produtivista, mas pouco ou quase nada cultural. Os fatos singulares podem conter os elementos que estruturam a sociedade. Se não os tiver, valem pela singularidade que representam.

31 Entende-se por Mesorregião uma área individualizada em uma unidade da federação que apresente formas de organização do espaço geográfico definida pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação como elemento de articulação espacial. É uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE para ser utilizada com fins estatísticos e não constitui entidade política ou administrativa. (IBGE, 1990, p. 10).

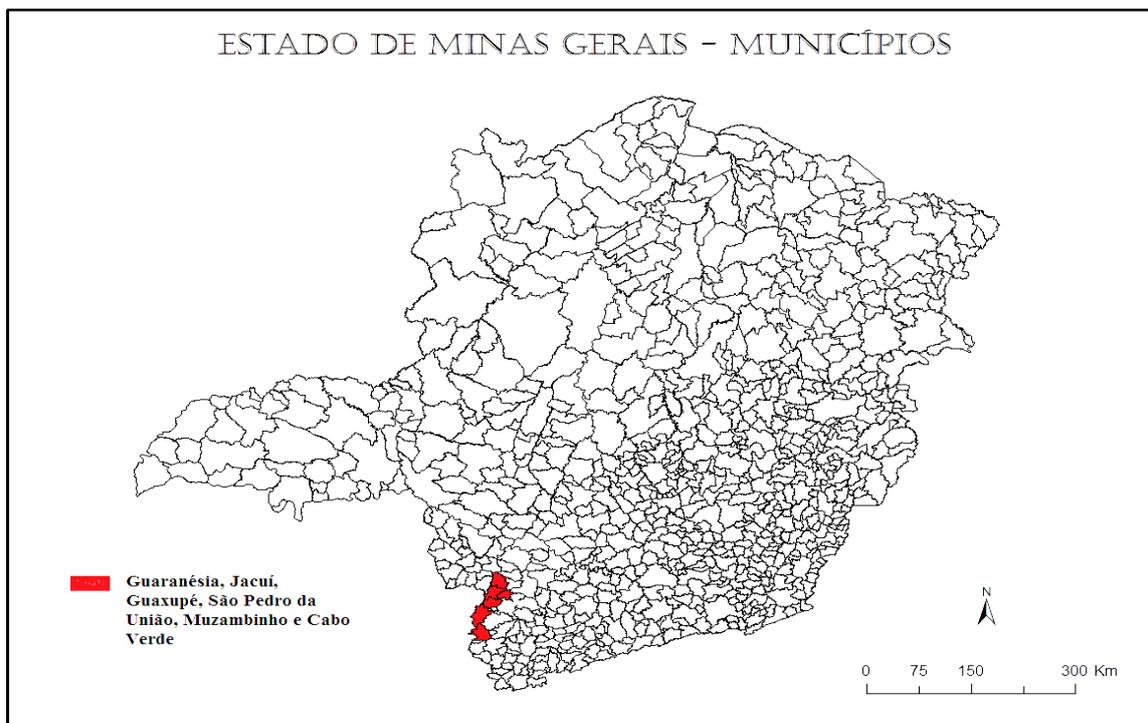
32 É prudente e oportuno expor que o estado de Minas Gerais dispõe de outra regionalização do seu território feita, em 1992, pela Fundação João Pinheiro, autarquia estadual vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais (SEPLAN). Nesta, a divisão do território mineiro apresenta, para fins administrativos e de políticas públicas, 10 mesorregiões e não 12, como na definição do IBGE e a mesorregião Sul/Sudoeste é chamada Sul de Minas Gerais. Os municípios deste estudo pertencem, nesta divisão, à mesorregião Sul de Minas Gerais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1992).

Mapa 1- Minas Gerais – Localização dos municípios da pesquisa.



Fonte: IBGE (2008). Elaboração própria.

Mapa 2 - Mesorregião Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, segundo IBGE (1990).



Fonte: IBGE (2008). Elaboração própria

Contudo, mais que a representação na cartografia, os espaços têm significados e relevâncias diferentes para cada grupo social. São experimentados de modo diverso e propiciam oportunidades ou negações de acesso, inclusões ou exclusões para as pessoas que ali vivem. É que se aborda em seguida.

3.2 O espaço, o lugar, o território, a paisagem: uma visão humanista

Na intenção de se fazer, neste trabalho, a apropriação mais adequada das categorias geográficas de análise espacial, expõe-se em seguida os conceitos correntes na geografia humanista de espaço, lugar, território e paisagem, na tentativa de melhor compreensão da realidade que nomeiam.

Para Lopes (2012), a enorme utilização das categorias espaciais da geografia e seus conceitos, nos mais diferentes estudos, nos últimos anos, tem propiciado seu uso sem muito rigor, comprometendo os seus melhores significados. Também é o que inquieta Turra Neto (2015, p. 53). Este autor, tomando, por exemplo, o conceito de território, afirma “foi tão usado, abusado, forçado e estendido, que parece ter se esvaziado” que precisa ser “trazido a sua dimensão justa”.

Da concepção dominante do seu ofício de localizar, descrever e representar os espaços naturais ao longo da superfície da Terra e enfatizar, sobremaneira, sua produção econômica, a ciência geográfica expandiu radicalmente esse seu objeto de estudo, incorporando e reconhecendo nele a intervenção humana. Pela compreensão desta nova geografia, o espaço natural também é humano, demasiadamente humano. Sendo assim, o espaço não se resume à materialidade. Ele “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). A incorporação da perspectiva da cultura na interpretação dos espaços é uma mudança de paradigma que faz surgir uma nova Geografia, chamada Cultural ou Fenomenológica, Humanista ou Humanística (OLIVEIRA, 2001). Essa geografia busca compreender o mundo humano pelo estudo das relações entre as pessoas e com a natureza, do seu comportamento, ideias e sentimentos na relação com o espaço (Tuan, 1983). Com este novo olhar, a geografia identificou outros caminhos que poderiam fazer uma leitura mais atualizada e apropriada de “movimentos sociais, grupos sociais excluídos,

manifestações culturais, ‘tribos urbanas’ e tantos outros sujeitos sociais” de nosso tempo (TURRA NETO, 2015, p. 56). É este aporte teórico, e a metodologia que ele suscita, que encorajam o estudo da cafeicultura de montanha, buscando compreender a frenética experiência de seus agentes muito além das motivações estritamente econômicas.

A percepção de que a mudança social não pode ser explicitada satisfatoriamente sem uma reconceitualização das categorias relativas ao componente espacial da vida social foi uma virada conceitual (*spatial turn*)³³ que a geografia humanista desenvolveu, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, apontando para uma epistemologia, e até, uma militância da resistência. De fato, o reconhecimento da ação humana na constituição do espaço físico ampliou imensamente o poder de compreensão das desigualdades econômicas e sociais.

De início, é preciso ter em mente que, ao se referir a lugar, território e paisagem está se referindo sempre a espaço. Todos estes conceitos fundantes da geografia são formas específicas de se compreender o espaço. Espaço é o conceito mais amplo de todos (SUERTEGARAY, 2000; TURRA NETO, 2015). Por isso, deve-se dizer: o espaço pode conter o lugar, o território, a paisagem. Ainda que carregue grande obviedade, deve-se registrar: nenhum destes conceitos se sustenta sem a noção de espaço.

Em adição, e diferente da concepção de substrato natural, “o espaço não é apenas um contêiner ou uma realidade apriorística da natureza; diferentemente, ele precisa ser pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais” (LÖW, 2013, p. 17). Por este princípio, a percepção do espaço exige que se que possa vê-lo além do domínio da materialidade física, fora do estático, do fixo, como se existisse indiferente às ações humanas, sem história. Deve-se percebê-lo como dotado de movimento, por isso, sempre inacabado, em construção, como produto das relações entre sociedade e natureza que nele se desenvolvem. O espaço resulta das ações que produzem e colocam a materialidade e os seres humanos em inter-relação. Na concepção da geografia cultural, a materialidade é apenas uma parte do espaço, não o constituindo por si.. A outra parte é a ação humana sobre ele, que o funda, o produz e lhe dá forma.

³³ *Spatial turn*- virada espacial, termo usado para se referir à virada conceitual da geografia na interpretação dos espaços, ocorrida na segunda metade do século passado (LÖW, 2013).

Assim também ocorre com o conceito de território. Tal qual no conceito de espaço, ele não se confunde com a materialidade, pois, a sua existência tem como base a ação e relação social de sujeitos que se interagem na espacialização do mundo, determinando sua apropriação e uso. Portanto, para a compreensão do espaço e do território também, se parte das relações entre objetos e sujeitos sociais em interação. Então, se o espaço contém o território, por que e quando ele se transforma em território? Como especificar território, que tipo de espaço o constitui?

Procura esta distinção Turra Neto (2015, p.56):

Território seria um tipo particular de ação, que articula a materialidade e sujeitos sociais em relação, tanto com esta materialidade, quanto entre si e com os outros. Território existe porque existe coexistência da diversidade num mesmo lugar, o que demanda negociação, diálogos, conflitos, forçando os diferentes grupos a se relacionarem com os outros pela demarcação de pedaços com sua identidade e, a partir destes, estabelecer uma relação com a alteridade. A especificidade do conceito de território está no ‘campo de forças’[...], nas negociações entre os diferentes grupos, que desenham limites e alteridades, nas disputas por uma mesma materialidade, articulada na formação de espaço de ambos, pelas suas ações e práticas.

Nessa percepção, na constituição de um território são necessárias forças, representadas nas ações e relações sociais de agentes coletivos, que consigam demarcar diferenças de outras relações possíveis, existentes em negociação e disputa na formação deste espaço. Sendo assim, para se constituir um território, as forças e a materialidade, como recurso, devem portar vigor suficiente para imprimir neste espaço suas diferenças e impor sua presença, em detrimento de outras forças de formações espaciais concorrentes.

Se tomarmos o lugar com espaço vivido pelos grupos sociais, como se discute em seguida, um mesmo lugar pode ser palco de diferentes formações espaciais porque as ações sobre ele variam segundo a classe social, as forças econômicas e sociais, o gênero, a etnia, a geração, as diferentes intensidades da presença do Estado. Por isso podem se erigir territórios, em lugares onde identidade e diferenças de interesses dos sujeitos que interagem neste espaço se confrontam em práticas coletivas demarcadoras de alteridade, projeção e visibilidade impondo sua primazia e domínio. Por isso, das forças constitutivas do lugar, pode emergir o território (TURRA NETO, 2015).

A constituição de um território pressupõe, então, um domínio espacial em que vigora determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da materialidade que se impõe entre outros projetos em disputas. Portanto, o território é um conceito espacial

inserido no campo da política. Nele, está em jogo o poder de forças concorrentes em disputas por hegemonia no espaço. Para Haesbaert (2004), o território é um conceito de espaço fundamentalmente político pois se contrói no exercício do poder. As sociedades humanas estão enraizadas em territórios específicos, embora a pregação dominante de que vivemos numa sociedade globalizada tente expressar o contrário. De certa forma, a conquista do conceito de território faz parte de uma reação à ideologia da desterritorialização que a globalização faz crer que seja a característica hegemônica da sociedade atual (HAESBAERT, 2004). Conseguem as forças atuantes neste espaço, o que está se denominando aqui de cafeicultura de montanha, constituir-se num território como acima exposto? Com esse sentido existe um território da cafeicultura de montanha ? Discute-se isso, logo à frente neste texto.

Retorna-se aqui para outra especificidade de espaço que é o conceito de lugar. Quando um espaço se transforma em lugar? Como especificar lugar, que tipo de espaço o constitui?

Para refletir sobre o conceito de espaço e lugar na geografia humana, um “lugar consagrado” é a obra de Yi-Fu Tuan, *Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência*, traduzida por Livia de Oliveira. Para este autor, espaço e lugar resultam da experiência. Lugar advém de uma experiência captada pelos sentidos, percebida e carregada de sentido e significção. O espaço se filia à experiência mais relacionada à imaginação, à liberdade ao fugidio, convidando a mente a preenchê-lo com substância e ilusão (TUAN, 1983). O lugar é a apropriação do espaço pela perspectiva das pessoas que lhe dão significados. Por isso o lugar se funda na experiência e pela aspiração das pessoas. É o espaço vivido.

“Viver em um lugar é experienciá-lo, estar consciente dele nos ossos, assim como na cabeça. Lugar em todas as escalas, da poltrona à nação, é um constructo da experiência; ele não é sustentado por madeira, concreto e estradas, mas também pela qualidade da consciência humana” (TUAN, 1983, p.165).

Parece enriquecedor e oportuno lembrar a preocupação do poeta Carlos Drummond de Andrade com o espaço desabitado, destituído das marcas do humano, posta no seguinte fragmento do poema *A suposta existência*, em 1980. Seguindo a intuição, escreveu:

Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
Existem as coisas
sem ser vistas?

O interior do apartamento desabitado,
 a pinça esquecida na gaveta,
 os eucaliptos à noite no caminho
 três vezes deserto,
 a formiga sob a terra no domingo,
 os mortos, um minuto
 depois de sepultados,
 nós, sozinhos
 no quarto sem espelho?

Que fazem, que são
 as coisas não testadas como coisas,
 minerais não descobertos - e algum dia
 o serão?

Estrela não pensada,
 palavra rascunhada no papel
 que nunca ninguém leu?
 Existe, existe o mundo
 apenas pelo olhar
 que o cria e lhe confere
 espacialidade?

Concretitude das coisas: falácia
 de olhar enganador, ouvido falso, mão que brinca de pegar o não
 e pegando concede-lhe
 a ilusão da forma
 e, ilusão maior, a de sentido?
 [...] (ANDRADE, 2014, p. 12).

Ainda que por fidelidade ao tempo e aos conceitos, um geógrafo humanista seja tentado a trocar no poema a palavra lugar por espaço, nada invalidaria a precisão do sentido. Só o poeta tem a acuidade que extrapola e dispensa o pretenso rigor dos conceitos e as muitas, as excessivas, e tantas vezes desnecessárias, palavras da ciência!

A conquista do conceito de espaço, aqui, deve ser entendida como a construção resultante da relação entre a base material física e as práticas sociais. Relação que, por ser construída, guarda a força da modificação, da reconstrução, da desconstrução: o espaço nunca é permanente. Seu ordenamento provisório deve ser interpretado historicamente. Fundado num tempo passado, representa no tempo presente ‘o que é mais característico do sistema de objetos e de práticas vigentes (SANTOS, 1999, p. 63). O que significa dizer que sua construção é essencialmente conflituosa.

O espaço é uma extensão material, morfológica que se constitui na interação com as práticas sociais dos sujeitos que o ocupam. Para Gomes, (2002, p. 290): “a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou

comportamentos”. Existe um determinante relacional na constituição do espaço. Não existe o espaço em si, o lugar em si, o território em si, a paisagem em si. Por mais que os termos remetam a uma materialidade física, substantiva, concreta e real, eles somente se constituem na relação com experiências sociais. Suas formas apontam “significados e sentidos, um composto que resulta de forma e conteúdo” (GOMES, 2002).

Na perspectiva da Geografia Humanista, o lugar existe porque é construído pela ação da experiência humana sobre determinado espaço. Por isso, “o lugar tem espírito e personalidade. Espírito, porque carrega emoções que têm sentido para quem o ocupa. Personalidade, porque os lugares são o contexto físico e as modificações forjadas pelas pessoas que ali viveram e a que ainda vivem” (TUAN, 1983, p. 152). Nesta concepção, o lugar e o espaço não podem se constituir apenas na materialidade física, também resultam da experiência humana. O lugar ganha significado pela experiência direta e é percebido pelos sentidos humanos e o espaço, pela experiência exercitada pela imaginação. “Assim países, bairros, e até casas são espaços até que o tempo, a experiência e a apropriação deles os transformem em lugares” (PÁDUA, 2013, p. 48). Na experiência do mundo, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. (TUAN, 1983, p 83).

“O lugar é segurança, e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN 1983, p. 3). Os sentidos humanos espacializam o mundo, apontam sua capacidade de geometrizar-lo: “a visão, a cinestesia, o tato indicam a noção de espaço; o olfato, o paladar, a audição estão associados ao sentido de lugar porque envolvem e o torna familiar, conhecido” (TUAN, 1983, p. 14).

No lugar advém o viver, o trabalho, o entretenimento, o prazer, o afeto, o sofrimento, o morar, todos os eventos da vida. Isso ocorre da escala da plantação, do bairro rural ou urbano, do quarto da casa, da casa, da rua, à cidade inteira, ao país e ao mundo. Por ser referência de significados compartilhados pela experiência humana, o conceito de lugar, assim expresso, pode ser ferramenta útil à compreensão das singularidades de pessoas, grupos, comunidades.

Em um esforço de síntese, com o propósito de relacionar os conceitos espaço, lugar e território, numa abordagem da geografia humanista, assim se posiciona Turra Neto (2015, p. 56):

Entre espaço e território, há o lugar, como conceito intermediário. Espaço como categoria mais ampla, lugar como conceito mais empírico, que permite particularizar e circunscrever o espaço para a pesquisa, tornando-o apreensível para o trabalho do sujeito do conhecimento. Território como o conceito que nos permitirá apreender o espaço, no lugar, pelo estudo de certos tipos de ações e práticas dos sujeitos sociais, em negociação com outros sujeitos, [política e poder] com os quais são obrigados a coexistir, numa extensão comum. (Turra Neto, 2015. p. 56. Acréscimo nosso).

Outra conceito importante na análise e compreensão do espaço é o de paisagem. Convém reconhecer a contribuição do poeta Carlos Drummond de Andrade, novamente.

PAISAGEM: COMO SE FAZ?

Esta paisagem? Não existe.
Existe espaço vacante,
A semear de paisagem retrospectiva
A presença das serras, das imbaúbas,
das fontes, que presença?
Tudo é mais tarde.
Vinte anos depois, como nos dramas.

Por enquanto o ver não vê; o ver recolhe
fibrilhas de caminho, de horizonte,
e nem percebe que as recolhe
para um dia tecer tapeçarias
que são fotografias
de impercebida terra visitada.
Senão o som-porteira, a vaca silenciosa.
A paisagem vai ser. Agora é um branco
a tingir-se de verde, marrom, cinza,
mas a cor não se prende a superfícies,
não modela. A pedra só é pedra
no amadurecer longínquo.
E a água deste riacho
não molha o corpo nu:
molha mais tarde.
A água é um projeto de viver.

Abrir porteira. Range. Indiferente.
Uma vaca-silêncio. Nem a olho.
Um dia este silêncio vaca, este ranger
baterão em mim, perfeitos,
existentes de frente,
de costas, de perfil,
tangibilíssimos. Alguém pergunta ao lado:
O que há com você?
E não há nada
Paisagem, país
feito de pensamento da paisagem,

na criativa distância espacitempo,
 à margem de gravuras, documentos,
 quando as coisas existem com violência
 mais do que existimos: nos povoam
 e nos olham, nos fixam. Contemplados,
 submissos, delas somos pasto
 somos a paisagem da paisagem.
 (ANDRADE, 2012, p.47).

Na geográfica tradicional, a noção de paisagem advém da arte. O Renascimento introduziu a noção de perspectiva e profundidade na obra de arte e o deslocamento de temas centrais da figura humana para paisagens. Estas surgem com delimitação precisa ao que abrange o campo visual e devem conter características estéticas distintivas do seu entorno (PÁDUA, 2012, p. 76). Nesta percepção de paisagem, vigora a noção de excepcional, de panorama, do que a visão alcança, de expressão material de um modo de vida, de formas visíveis do espaço.

Na geografia humanista este conceito se expande. Para ela, a paisagem não é um espaço que está no mundo, independente do olhar e sentimento de quem observa. A paisagem incorpora ao natural uma construção da mente, carregada de sentimentos. “(...) qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente dos nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG, 2002, P. 35). Por esta acepção, paisagem contempla natureza e cultura, havendo de incorporar a infinidade de variações que estas carregam.

Paisagem é mais que observação e experiência porque demanda construção mental para construí-la:

A paisagem é mais que natureza superposta pelas expressões materiais da vida humana. Ela significa para nós mais do que a soma de fatos materiais como montanhas e vales, campos, estradas, pontes, igrejas, casas; porque além da apreciação econômica e científica, imputamos à paisagem conteúdos que podem ser descritos apenas como psicológico, religioso, estética e moral (TUAN, 1966, p. 3, citado por PÁDUA, 2013, p. 77).

Na entrada deste texto, há uma referência de Raymond Willinas: “raramente um campo em que se trabalha é uma paisagem”. De fato, um visão do horizonte a partir de topo de uma montanha pode ser uma “paisagem de tirar o fôlego”. Contudo, provavelmente não é para quem deve subir a montanha todos os dias para trabalhar em condições penosas. Ouvi isto de Sebastião, cafeicultor familiar, meeiro, quando debilitado pela doença: “Não vão me ver mais subir estes morros pra trabalhar, fiz isso com gosto por muito tempo, agora não

aguento mais, acabou esse tempo, acabou esse gosto”. A paisagem se transforma, se contrói, recontrói.

É esse o aporte teórico, com os conceitos de espaço, lugar, território e paisagem, que fornece um olhar mais instrumentalizado para a compreensão de grande parte deste estudo. A cafeicultura de montanha deixa profundas marcas na terra e nas pessoas que trabalham com ela. Observar, reconhecer, identificar e analisar essas relações, no cotidiano e nas narrativas das pessoas que vivenciam o café, pode contribuir para a compreensão deste espaço na sua dimensão humana, muito além de um duradouro e mero produtor de mercadoria global, faceta em que se funda a maior parte de seus estudos. Ainda que se constitua um espaço intimamente ligado ao global, condição experimentada pela produção de café, segundo ditames externos, ele mantém, e muitas vezes, reforça especificidades locais, o que autoriza a referência a esses agricultores como cafeicultores tradicionalistas e ao mesmo tempo, inovadores e empreendedores.

Destarte a integração a este mercado, para estes agricultores, neste lugar, a tradição parece ser uma estratégia de resistência e reação ao enfrentamento da imposição global de mesmos valores, da cultura do consumo exacerbado, da funcionalidade produtivista do trabalho e da idolatria desmedida da técnica. A tradição reage a esta racionalidade homogeneizante.

3.3 Cafeicultores tradicionalistas, inovadores e empreendedores

Como capturar e aprender as práticas corriqueiras da experiência cotidiana que, para os sujeitos sociais, são as ações que constroem espaços, lugares, territórios e paisagens? Têm esses sujeitos sociais do café, em suas práticas cotidianas, neste espaço de interação formatado lugares, territórios e paisagens específicos do café?

Atente-se ao relato de Vitor trabalhador/produtor de café, próximo ao Distrito de Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia (MG).

Trabalhei de técnico (*técnico em agropecuária*) quase três anos - fui seu aluno, lembra? Depois, fui tocar uma meia de café com o Pedro, meu irmão, achei que

dava mais. Eu e Marisa tocamos meia 10 anos³⁴. Ela sempre junto comigo. Deu certo, meu irmão não tem dó de gastar com lavoura não, faz cuidar direito: põe calcário, adubo, pulveriza, poda, desbrota, cuida bem. Aprendi com ele. Nós fazemos questão de ver tudo bonito. Quase todo café nosso dá bebida boa. Para exportação. Com o dinheiro que juntamos lá, depois, consegui comprar um alqueire e uma quarta de terra com café que foi da mulher do Tião, meu primo, essa aqui no alto da serra. Essa lavoura que estamos vendo tem 4500 pés. Compramos com dinheiro daqui depois uma lavoura de 5000 pés nos Carneiros. Agora foi esta de dois alqueires da antiga fazenda do Lazinho, comprei do Otávio, filho dele. Tudo com muita dificuldade, tem vez que o preço do café está ruim, mas a gente trabalha muito, gasta pouco, a mulher sempre está junto, nunca passamos fome. Os sítios não ficam longe um do outro. De moto, é num instantinho. Este eu comprei por causa do meu menino (*o filho de 15 anos*) que está gostando de mexer agora, está levando jeito. Se fosse só pra mim e a Marisa, não comprava mais não. A gente está satisfeito. Conseguimos muito coisa. Também trabalhamos tanto que nem viu o tempo passar. Já estamos ficando velhos [risos]. Mas vamos deixar um pega melhor pra ele, eu não tive nada pra começar, só a coragem, meu irmão me deu o estudo, porque o pai, coitado, esse não deixou foi nada. (Vitor, 35 anos, técnico em agropecuária, produtor casado com Marisa, filho de um migrante que veio para a região na década de 60.)³⁵.

Zenilda “é viúva casada de novo” Tem duas filhas no primeiro casamento e um filho no segundo. “Uma moça e um moço foram para a cidade grande (Campinas e São Paulo); a outra filha ficou na roça, está casada e continua trabalhando na roça”. Zenilda é proprietária de “dois pedaços de terra, 4 alqueires, comprados ajuda de Deus e com meu suor mesmo”. Mantém os sítios com café, separados dos negócios do marido. “Ele toca uma meia com o pai dele”. O café é separado “ele tem o dele e eu o meu”. “Quando aperta um ajuda o outro, troco dia com ele” Contrata serviços de terceiros para completar a mão de obra familiar, na colheita. Ela e o marido não são da região. Vieram de outro município, há 20 anos e ficaram aqui. Vieram colher café e não voltaram mais, porque “aqui ganha mais”. “Hoje quase não dá pra trabalhar pra fora mais, não sobra tempo, meu serviço aumentou muito”. Às vezes “dá pra pegar uma empreita”. Tem orgulho de dizer que seu café é “muito bem cuidado”. “Não

³⁴ Durante a entrevista Marisa participa ao lado de Vitor, confirmando partes de seu depoimento, com expressões não verbais. No entanto, não fala. Vitor fala todo o tempo, buscando aprovação no semblante de Marisa. Sem registrar essa cumplicidade entre eles, a entrevista não tem a mesma significação.

³⁵ Na transcrição, as falas dos entrevistados, foram “aliviadas” de algumas incorreções de concordância verbal e nominal, muito básicas, mas foram mantidas muitas delas. Foram suprimidas expressões fáticas como “uai”, “né”, “pois é”, “tá bom”, “tá entendendo” e outros termos da língua falada. Foram transpostos “ocê”, “nóis”, “trabaiá”, “tamém” “tá bão” “tava”, “muié”, e muitos outros para a língua escrita, sem que alterassem o sentido ou mudassem os termos do que foi dito pelo entrevistado. Em todas as falas transcritas cuidou-se de preservar o sentido original. Evitar um certo efeito de espetacularização e demonstração com a fala regional dos entrevistados é a justificativa por este procedimento.

passo vergonha perto de ninguém”. Trabalha muito “mas compensa” Outro orgulho tem em dizer que o sítio “é lugar de muita fartura”. “Planta tudo que pode” nas bordas dos cafezais: “milho, abóbora, caxi, mogango, pepino, quiabo, banana, amendoim”.³⁶

Na fala de Vítor e Zenilda, uma das referências a espaço é o “sítio” e “pedaço de terra”. Ambos podem ser compreendidos como pequena propriedade. Eles dizem com isso que a sua propriedade não é uma fazenda, eles não são grandes produtores. Essa denominação é muito usada na região e tem significado imenso para esses agricultores. É o lugar de vida para eles. Também é o lugar da geografia humanista, carregado de significado (seriam também o sítio da arqueologia, da fitossociologia, todos carregados de riqueza?).

A produção e a vida para o agricultor familiar estão intimamente associadas à terra em que trabalha, à família, e ao trabalho. Com a terra mantém uma relação cotidiana mais próxima do valor de uso do que do valor de troca, ela é lugar de trabalho, que perpassa as gerações. Deseja que o filho continue. O filho deve herdar a terra e os valores da família, o modo de vida (MOURA, 1978). No depoimento, a referência e a presença da mulher parceira e dona nos negócios da família expõem indícios de que o espaço da lavoura de café do pequeno produtor abriga um lugar de homem e de mulher, como levado para o título deste trabalho.

Da terra, retira o sustento, como costuma e “gosta de dizer”. Para ele e para ela, isso significa mais que o lucro que a terra possa dar. É o lugar onde vive e como vive: por isso lhe atribui maior valor que um bem que possa ser trocado numa relação mercantil. Aprendeu que a produção é um processo técnico muito dependente dos tempos e ritmos da natureza, dos processos biológicos das plantas, dos animais, do solo, do clima, das interações e relações com outras pessoas. Também aprendeu que “a terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade”. (MARX, 1986, p.65). Em geral na rusticidade, tanto conhece as dificuldades no trabalho duro como percebe o mistério e a poesia que a terra contém. Os ritmos da natureza, também, lhes ensinam ritmos sociais. Não que estas características constituam uma essência inerente aos agricultores familiares do café, mas por ofício, costumam lhes moldar

³⁶ Zenilda é agricultora/trabalhadora/cafeicultora, segundo sua própria percepção. Entrevista: Sítio da Mata – distrito de Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia (MG).

o caráter. Caráter no sentido que lhe empresta Sennett (1998, p. 13): “são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”. Trabalhar duro na terra e sobreviver dela com sua família, enfrentar os riscos do mercado, do clima, das pragas, das doenças os tornam autores de suas vidas, o que costuma lhe conferir respeito próprio. Talvez por isso deseje dizer que “não passa vergonha perto de ninguém”.

Da estrada de terra empoeirada ou lamacenta, da rodovia, da janela da casa, da vista que se estende ao horizonte, os cafezais constituem a paisagem dominante nos municípios de Guaranésia, Guaxupé, Jacuí, São Pedro da União, Muzambinho e Cabo Verde. Não há como não vê-los. Os mais afeiçoados ao lugar, sabem que os lugares dos cafezais são as encostas e topos de morro, fugindo das baixadas frias das montanhas no outono e inverno. A geada lhe é fatal. Há uma linha divisória na encosta, é a “linha de geada”. Acima dela se planta café, abaixo não. A experiência vivida e a contada faz a demarcação.

Em 1878, Herbert Huntington. Smith, um naturalista e viajante americano, ao passar por Minas, descreve assim as plantações de café que encontrou pelo caminho:

Em ambos os lados da estrada há cafezais, que se estendem pelas encostas das colinas. Alguns são verde-escuro(sic), da tonalidade da murta trepadeira; são cafezais plantados em terras muito férteis, com cinco ou seis anos de idade. Outros, em terras cansadas, estão cheio de galhos secos, com apenas dois ou três rebentos em cada tronco. Outros ainda, de plantação recente, afloram no solo bem capinado, em longas filas. O ar está impregnado de um perfume semelhante ao do jasmim, que se desprende dos arbustos em plena floração. Os insetos, atraídos pelas flores, precipitam-se ruidosamente nos cafezais (SMITH, 1878, p. 225).

Esta bem poderia ser a descrição da paisagem das montanhas e encostas em que se plantam os cafezais de hoje. Mas qualquer paisagem é sempre uma visão comprometida com a subjetividade de quem vê. Pode haver delicada poesia num cafezal, no arranjo das plantas no espaço, nas suas cores que mudam ao longo do ano e mais beleza na brancura da floração da plantação que no lucro que possa se auferir dela (MARTINS, 2014). De qualquer forma, a paisagem é composta pelo que os nossos olhos alcançam, mas também pelo que se esconde em nossa mente. A lavoura de café é tanto uma paisagem como um lugar de trabalho frenético de produção de vida.

Na lavoura, ao mesmo tempo, Vítor, Zenilda e suas famílias são hoje os trabalhadores e proprietários. Esta constatação ainda é insuficiente para especificar o cafeicultor, cafeicultrora de base familiar. Por ser atividade de alta densidade no uso de

trabalho, a necessidade de mão de obra de terceiros fora da unidade familiar é quase sempre necessária. Ao utilizar mão de obra adicional à da sua família, ele se torna um trabalhador-empregador, incorporando interesses mais amplos que numa dinâmica do capital poderiam ser contraditórios. Não constituem uma classe com a consciência e a organização necessárias a sua constituição, como defende Thompson (1987). A identidade coletiva que portam não se traduz, nem na alteridade que pudesse lhe conferir primazia, nem no poder que pudesse ser exercido, e que permanece alheio. Na acepção jurídica-institucional, a cafeicultura de montanha não chega a constituir um território do café, com poder e políticas apropriadas para gerir um desenvolvimento territorial planejado (HAESBAERT, 2004). Em outra percepção, um vigoroso sistema de produção interdependente, interligando produtores de café, técnicos especializados, produtores de insumos, estabelecimentos comerciais, cooperativas de produtores, de crédito, de prestadores de serviço, infraestrutura, apontam para a constituição de um território na acepção econômica, expondo uma geografia de oportunidades. Demonstram essa condição, a migração de trabalhadores e trabalhadoras na colheita e o crescimento do número de pequenos produtores que se viabilizam na atividade.

Igualmente pertinente, se apresenta o reconhecimento de um território do café na sua acepção cultural. A longa história do café neste espaço forjou uma cultura de forte identidade que tem se apropriado e também resistido às mudanças impositivas de uma racionalidade global modernizante, de valores, de consumo, de trabalho e de técnica. “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade e, cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”, todavia, existem razões culturais locais que resistem, permanecem e dão vida própria a eles. (SANTOS, 2002, p. 63).

De fato, não é incomum que os pequenos e médios produtores de café expressem rica e complexa relação entre o mais tradicional e o mais moderno, percebida na perspicaz observação de Martins (2014, p. 28): “uma comunidade tradicionalista na forma social de sua organização, inovadora na economia, criativa e empreendedora no modo de buscar soluções e de superar adversidades”. Ainda que tenham que produzir café segundo os ditames de um subordinado e assimétrico mercado mundial, conseguem manter seus modos de vida mais tradicionais, sem abdicar de valores de referência mantidos na sua cultura. Endossa-se isso, novamente, com o dizer de Martins (2014, p. 29):

O fato de que um grupo social, uma comunidade, um bairro rural permaneça organizado com base em valores comunitários e tradicionais não o torna avesso necessariamente a tecnologia moderna nem o torna personagem do passado, avesso aos deslumbramentos do futuro. Torna-o, sim, crítico em relação às imensas irracionalidades que podem atravessar o uso dessa tecnologia. A tradição é a grande referência social de pensamento crítico das populações rústicas em relação aos riscos corrosivos da modernização antagônica aos costumes, e até socialmente destrutiva.

Longe de se tornar um território homogêneo e ordenado sob as forças capitalistas modernizadoras do campo, do mundo rural emergem diversos arranjos de produção, em diferentes condições ambientais, econômicas e sociais, validando e fortalecendo, em muitos casos, culturas locais em vez de suprimi-las.

Em 1944, no livro *A Grande Transformação: as Origens de Nossa Época*, Karl Polanyi demonstrou como na sociedade moderna, conduzidos pela mão do Estado, os indivíduos foram submetidos às tiranias do mercado livre, instituição abstrata, defendida e divinizada pelo pensamento liberal como autorregulável. Para esse autor, neste sistema, as pessoas tornaram-se “átomos dispensáveis [...]”, “condenadas a servir a um moinho satânico em que as relações sociais tenderiam à destruição, se deixadas sem impedimentos e regulações” (POLANYI, 2000, p. 65). Em seus estudos antropológicos, no entanto, indo além de fundamentação meramente econômica, encontra uma espécie de contraponto e constante resistência à tirania do econômico sobre a vida das pessoas, o que chamou de “não-modificação do homem como ser social”. A seu ver, isto demonstra que, em todos os tempos e lugares, a economia do homem, como regra, está completamente envolvida com suas relações sociais. À ditadura do econômico, as pessoas reagem, expressando isso nos seus modos de vida. “[...] numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade, [...] tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas” (2000, p. 65). Assim, completando com suas palavras:

Seus dotes naturais reaparecem com uma constância marcante nas sociedades de todos os tempos e lugares e as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade humana parecem ser as mesmas, sem mutações. A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (POLANYI, 2000, p. 65)

No trabalho com a lavoura de café de montanha há profunda ligação das pessoas com a terra e com outras pessoas. Ainda que seja, hoje, uma atividade muito técnica, a produção ainda envolve intenso trabalho humano durante todo processo, extensas etapas, algumas de caráter quase artesanal, que exigem destrezas e são adquiridas e transferidas em aprendizagem comum entre os que a praticam. É comum que os agricultores familiares que produzem café não tirem férias, os trabalhos são continuados ao longo do ano. A intensa dedicação exigida cria laços fortes, de afeto e de dor, com as pessoas, com a terra. A lavoura de café é um lugar de trabalho frenético, de produção e de vida. Mais que um valor de troca, esse lugar tem um imenso valor de uso, que se torna determinante no processo de organização social deste espaço.

De um filho de produtor de café no município de Guaranésia, ouvi e registrei o seguinte: “eu não consigo me enxergar fazendo outra coisa, ou morando noutra lugar, minha vida tem que ser aqui trabalhando com a lavoura e com essa terra”. (Maurinho, filho de agricultor). Usou de firme entonação e repetiu a frase. Com isto pode dizer, que quando homens e mulheres “falam de seu lugar, não se referem a um objeto, a uma área, a uma porção da terra, mas se referem ao lugar enquanto parte de uma existência, “pedaço” de mundo que é concreto e pessoal, percebido e vivido, modelado pela experiência” (NOGUEIRA, 2013, p. 86).

Seguindo Merleau-Ponty (1999), nos aventuramos a dizer que o lugar é o mundo da vida, nele se entrecruzam experiências vividas, percebidas de vários outros lugares que podem imprimir sentidos à vida.

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÕES RURAIS: ENTRE O REAL E REFERÊNCIAS TEÓRICAS DE ANÁLISE

Não é preciso engenho
Pra conhecer esta arte
Da gente mudar de vida
Mudando p'ra alguma parte
(FERREIRA 1984, p. 4).

Aos sertanejos 'sábios e sabidos'.
Aos que partem de onde estão quando é
preciso. Aos que esperam os que se foram.
Aos que voltam, quando podem voltar.
(PAULA 2009, p. 5).

O vocábulo migração é incorporado aos dicionários contemporaneamente aos primeiros grandes movimentos de populações que cruzaram o Oceano Atlântico em direção à recém-descoberta América, no final do século IV. Não exclusivo da Era Moderna, mas potencializado por ela, a intensa mobilidade de pessoas pelo mundo, postas em marcha pelas mais variadas motivações, têm modelado as feições das sociedades neste período. Fortalece esta asserção o posicionamento de Heidemann sobre os motivos deste movimento:

Para falar das migrações e dos refugiados de hoje não podemos confundir os deslocamentos populacionais com qualquer deslocamento na história pré-moderna. Ser migrante não é nenhuma condição humana ontológica de um suposto *Homo sapiens*. É comum o nosso olhar viciado transferir anacronicamente qualquer fenômeno da história moderna como se fosse válido para toda a história da humanidade. Mas é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho. Ao trabalho e à guerra são os dois imperativos do processo de modernização (2004, p. 27).

As migrações constituem tema candente e desafiador porque vidas migrantes parece ser a experiência dominante em nosso tempo. Milhões de pessoas no mundo são postas em marcha por diferentes processos sociais e a compreensão destes movimentos constituem um campo polêmico de estudos em que se debatem, não raro em posições pouco interdisciplinares, demógrafos, geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos,

formuladores de políticas, dentre outros. Na atualidade, pela abrangência, magnitude e implicações em todas as partes do mundo, as migrações têm produzido, não raro, reações conflituosas, discriminações, xenofobias, controles legais e ilegais, determinando tensas configurações sociais e geopolíticas em todos os continentes.

No caso brasileiro, as migrações constituíram esta sociedade. Numa enumeração, sem preocupações mais sistematizadas, apontam-se; primeiro veio o colonizador, que era um migrante; em grande número, vieram os escravos numa migração forçada; o imigrante europeu, pobres que foram subsidiados pelo Estado e depois, os que aportaram por conta própria, fugindo de guerras, perseguições e miséria em seus países; os migrantes asiáticos no século XX e tantos outros que aqui chegaram, mesmo sem participar de fluxos migratórios mais conhecidos. E dentro do território nacional: as massivas migrações rurais-urbanas, a partir da segunda metade do século XX, as migrações para as constantes fronteiras agrícolas, as das cidades menores para as maiores e seu inverso mais moderno; as migrações inter e intra-regionais para o trabalho, para os negócios, para o estudo. Cada uma e todas elas, com suas marcas, participaram da constituição da identidade nacional.

Em nosso caso de estudo, a lavoura de café como atrativa de trabalhadores, foi ela mesma uma migrante, deslocando-se, desde o século XVIII, pelos estados, regiões e microrregiões brasileiras e mobilizando sempre em sua execução, em cada época, o intenso trabalho de migrantes. A movimentação destes trabalhadores e trabalhadoras do café não constitui fato novo, portanto. Parecem novo o caráter temporário e sua ocorrência em grandes proporções.

Numa tentativa de “compreender a mobilidade espacial da população no Brasil”, Brito afirma: “Pela importância que têm para a sociedade brasileira, as migrações não podem ser compreendidas independentemente dela” (2009, p. 2). Discutir isto é o propósito deste capítulo.

4.1 Um quadro teórico para compreensão das migrações

Um dos primeiros estudiosos a abordar sistematicamente o tema das migrações, na tentativa de sua compreensão teórica, foi Ernest George Ravenstein. Em trabalho apresentado à Real Sociedade de Estatística, na Inglaterra, em 1885, erigido sobre os dados dos censos demográficos de 1871 e 1881, no Reino Unido (Inglaterra, Irlanda e Escócia),

este autor consegue identificar alguns aspectos recorrentes nos fluxos migratórios. Desafiado pela observação de um amigo “de que a migração parece ocorrer sem qualquer lei definida”, formula, a partir do estudo realizado, sete princípios ordenadores dos processos migratórios observados a que chamou de “As Leis da Migração”. Mesmo que tentando compreender dinâmicas sociais dos fins do século XIX, alguns destes princípios se constituem, ainda hoje, em categorias analíticas recorrentemente utilizadas nos estudos de mobilidade de populações. São sete as “leis” proposta por ele: (i) nos fluxos migratórios predominam deslocamentos de curta distância; (ii) os deslocamentos se dão por etapas, (iii) cada corrente migratória principal produz uma contracorrente inversa; (iv) a migração é maior entre a população rural (v) as mulheres predominam nas migrações de curta distância (vi) o incremento dos meios de locomoção e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuem para aumentar a migração (vii) predominam nas migrações as motivações econômicas (RAVENSTEIN, 1980, p. 66).

Indica o seu estudo que as diferenças estruturais entre o setor rural e o setor industrial na Inglaterra da época constituía o fator determinante do deslocamento da população, dando origem ao que esse autor designou “condados de absorção” e “condados de dispersão”, conforme as regiões comportem-se como receptivas ou expulsivas para seus habitantes (RAVENSTEIN, 1980, p. 43). Segundo ele, à época, no Reino Unido “os condados de absorção correspondem aos principais centros comerciais e industriais e os de dispersão, quase todos são agrícolas” (RAVENSTEIN, 1980, p. 51). É o que mais tarde, Lee (1980) vai reconhecer como teoria da atração-expulsão. Embora se refira a uma “gama variada” de motivos para a migração, Ravenstein assume o predomínio do motivo econômico na decisão de migrar, demonstrado nos diversos trechos de seu trabalho:

E se inquirirmos sobre os motivos que os levaram a abandonar o lar, encontraremos também gama muito variada. Na maior parte dos casos, porém a resposta está associada à busca de trabalhos mais remuneradores e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento (1980, p. 43).

[...] muitos migram por obrigação e não por vocação (1980, p. 46).

Os deslocamentos dos migrantes são regidos frequentemente por razões de negócios (1980, p. 51).

A procura de mão de obra em nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias [...] Portanto, se aludirmos um tanto presunçosamente às “leis da migração”, estaremos apenas tratando do modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante (1980, p. 65).

As explicações utilizadas por Ravenstein, na tentativa de compreensão dos processos migratórios, coloca o autor entre aqueles que fazem uma interpretação macroestrutural das migrações. Para ele, as migrações têm motivações, sobretudo, de natureza econômica.

Embora estude as migrações rurais-urbanas e das pequenas para as grandes cidades da Inglaterra ainda na Primeira Revolução Industrial, o estudo de Ravenstein colabora de modo especial com esse estudo sobre a migração temporária de trabalhadores entre regiões rurais, estimulada pela demanda sazonal das colheitas e a de mulheres trabalhadoras do café, quando constata e registra, já à sua época, a relevância desta tipologia de migrantes:

Também pertencem a esta categoria (os migrantes temporários) os colhedores de lúpulo, que anualmente deixam Londres para Kente e Surrey, e os trabalhadores agrícolas do oeste da Irlanda, que ajudam, na época apropriada, na colheita do Norte da Inglaterra (RAVENSTEIN, 1980, p. 46).

A mulher migra mais que o homem. Esta afirmação pode surpreender aos que associam a mulher à vida doméstica, embora os dados do censo provem-na claramente. Também é verdade que as mulheres não deixam os distritos rurais para as cidades em busca apenas de serviços domésticos, mas sim que migram com bastante frequência para distritos manufatureiros onde a oficina passa a constituir rival importantíssimo da copa e da cozinha (RAVENSTEIN, 1980, p. 63).

O que indica que as migrações entre regiões rurais não é um fenômeno novo, supostamente sucessor do esgotamento das migrações rurais-urbanas, aceito como um dos processos estruturantes da industrialização, da urbanização e metropolização nas sociedades modernas. E que as migrações sazonais ou temporárias, as femininas, ainda que com outros destinos dos encontrados em nosso trabalho, são recorrentes na história moderna, talvez apenas menos visíveis em análises mais superficiais.

Sobre “as variadas e distintas modalidades migratórias observadas no período recente”, Pacheco e Patarra reconhecem que:

[...] nas formulações teóricas sobre os movimentos migratórios são recorrentes diversas modalidades de deslocamentos, os quais de modo intermitente recrudescem ou acirram-se em determinados momentos. Desde as primeiras formulações [...] estão presentes os movimentos temporários, sazonais, de retorno, a formação de correntes e contracorrentes, diferenciadas por sexo, configuração de etapas migratórias [...]. Verifica-se a recorrência e concomitância de todos estes tipos de movimentos e outros mais. O que varia, e muito, são as condições históricas, culturais, econômicas e políticas que estiveram subjacentes à predominância de determinados tipos de deslocamento populacional (1997, p. 446).

Também perto de nós, no tempo e no espaço, Salim (1992, p. 122), embora reconhecendo “a dificuldade de se inventariar todas as definições e perspectivas teórico-metodológicas da literatura especializada sobre as migrações”, propõe a classificação das

diversas correntes interpretativas dos estudos migratórios em três “trancos teóricos” principais, assim nomeados: modelos neoclássicos contemporâneos, perspectiva histórico-estrutural e estudos sobre mobilidade da força de trabalho.

Para este autor, tronco teórico é a expressão apropriada para caracterizar “o substrato comum de múltiplas subdivisões e significações que nos permite falar em escolas, correntes e variantes dentro de um mesmo tronco” (SALIM, 1992, p. 122).

Para Salim, estes trancos teóricos têm em diagnóstico comum que “os fluxos migratórios originam-se do desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferenciais de renda e de emprego [...] entre áreas de origem e destino” (1992, p. 121).

Póvoa-Neto (1997) e Vainer (2005) também reconhecem que nestas teorias – a neoclássica, a histórico-estrutural e a mobilidade da força de trabalho – se enquadram grande parte dos autores com produção teórica que visa à compreensão dos processos migratórios.

4.1.1 Trabalhadores livres e limitados e trabalhadores sem trabalho

No primeiro tronco teórico proposto, o modelo neoclássico, os movimentos populacionais nascem do desequilíbrio de fatores de produção entre diferentes países e regiões. As regiões de economia mais dinâmica servem de atrativo para os trabalhadores de regiões mais atrasadas. Assim seria explicada a transferência das populações das regiões agrícolas com elevado contingente populacional, baixos salários e abundante oferta de trabalhadores para regiões urbanas e industriais (SALIM, 1992).

A decisão de migrar, para os autores neoclássicos, é um ato soberano do indivíduo e os fluxos migratórios, a soma de decisões individuais. Faz parte do paradigma neoclássico o pressuposto de que o indivíduo pauta sua vida por escolhas racionais que o orientam na busca de melhores empregos, salários, condições de vida.

O migrante detém sua força de trabalho que constitui fator de produção necessário ao processo de desenvolvimento econômico. A liberdade deste trabalhador é também um pressuposto da corrente neoclássica. Ele é um livre limitado, pois, é livre para vender sua força de trabalho no mercado, por princípio, em qualquer lugar do país ou do mundo. Ela lhe pertence como uma mercadoria especial, todavia, como qualquer mercadoria, necessita de alguém que esteja disposto a adquiri-la. Vale aqui lembrar Castel (1998), para quem “a

propriedade de si” sempre e somente foi um privilégio das camadas de cima no espaço social.

No entanto, ao mesmo tempo em que é livre, é também obrigado a vendê-la, porque esta é única mercadoria de que dispõe e a sua venda é a forma legítima no sistema capitalista que pode lhe assegurar a sua sobrevivência, portanto, sua reprodução social.

As migrações são vistas como positivas para este modelo: transferem o excedente de população de áreas estagnadas para setores mais dinâmicos da economia, reequilibrando, pelas próprias forças alocativas do mercado, a oferta de mão de obra nas regiões de origem e destino. Assim, às migrações são atribuídas a capacidade de reorganização produtiva no espaço geográfico e a busca pelo equilíbrio quantitativo da relação entre capital e trabalho, assim expressos, na proposição de Salim, (1992, p. 125):

Sendo consequência das diferenças regionais, a migração tem papel decisivo na eliminação dessas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômico no espaço. É o mecanismo que restaura o equilíbrio, e como tal, otimiza a oferta e a procura entre diferentes setores e subespaços, incidindo positivamente nos níveis de produtividade e, principalmente, nos diferenciais regionais quanto as condições de renda e emprego.

O mercado permite aos trabalhadores, que são tidos como dotados de racionalidade econômica, a possibilidade de locarem da maneira mais adequada o recurso de que dispõem – a mercadoria força de trabalho. E, como nesta teoria, o mercado é reconhecido como o mais eficaz mecanismo para otimização do uso de recursos, toma-se indesejável qualquer intervenção externa, “qualquer tentativa de bloquear o livre jogo de oferta e procura de localizações implicaria em um distanciamento em relação ao ponto ótimo para o equilíbrio espacial, ótimo para o capital e, por conseguinte, ótimo para toda a sociedade” (VAINER, 2005, p. 20).

Segundo Raczynski (1983), citado por Salim (1992, p. 123), as correntes neoclássicas apoiam-se em três fatores determinantes das migrações: (i) os diferenciais de salário e emprego entre regiões; (ii) a análise racional de custos e benefícios (os materiais e os subjetivos) da mudança ou da permanência; (iii) as correntes migratórias originam-se da somatória de decisões individuais de migrar.

As teorias neoclássicas são assim denominadas porque representam:

[...] a continuidade das preocupações dos economistas clássicos com a questão do equilíbrio econômico e da função do trabalho no mesmo. Para eles, a mobilidade do trabalho deveria ser perfeita, acompanhando a tendência geral da circulação de

mercadorias num espaço que tende a homogeneidade (PÓVOA-NETO, 1997, p. 16).

Como posicionamento crítico deve-se chamar a atenção de que, nesta concepção teórica sobre os movimentos migratórios, não passam pelas análises as imperfeições estruturais do mercado e suas variações conjunturais. Para as teorias neoclássicas, o mercado tem a inerente capacidade de regular a movimentação de pessoas livres sobre espaços geográficos homogêneos, que podem estar momentaneamente desequilibrados, mas que tendem sempre ao equilíbrio. Nega-se, assim, a complexidade da realidade social e econômica em seus inerentes conflitos e contradições.

Ademais, no mercado de trabalho capitalista, a venda da força de trabalho é apenas uma possibilidade, não há garantia da sua efetivação, mas há apenas a garantia de um abstrato direito do trabalhador em fazer uso dela. Pode ocorrer, como comumente ocorre nas crises cíclicas do capitalismo, que este vendedor potencial não encontre compradores para a sua mercadoria-força de trabalho e vá engrossar o contingente de “trabalhadores sem trabalho”, na expressão de Hanna Arendt (2007), “vulneráveis, novos inúteis ou desfiliaados”, nas expressões de Robert Castel (1998) ou dos “supérfluos”, ou “sem papéis”, ou dos “que simplesmente perambulam pelo mundo” nas de Dieter Heidemann (2004). Estes delineiam uma feição trágica e recorrente nas sociedades modernas atuais em todo o mundo, mas não são apropriadamente contemplados nas análises neoclássicas sobre as migrações.

Esse paradigma explicativo serviu para compreensão dos processos migratórios dominantes que foram as intensivas migrações rurais-urbanas no Brasil, prevalentes até a década de oitenta do século passado, responsáveis pela imensa transferência dos excedentes populacionais de regiões rurais para os centros urbanos mais dinâmicos do país (BRITO, 2002; 2009). Entre o início da década 1960 e o final da de 1980, migraram do campo para a cidade perto de 43 milhões de pessoas, como constataram Carvalho e Fernandes, (1996).

Contudo, para compreensão das migrações temporárias ou sazonais, das pendulares, de retorno, o modelo se mostra insuficiente, não conseguindo abarcar as dimensões culturais e novos arranjos estruturais das sociedades envolvidas no processo migratório. Os migrantes do café continuam se movendo por razões que as teorias neoclássicas enumeram para as migrações, no entanto, há motivações antigas e atuais que escapam a sua estrita racionalidade. É o que pretende abordar mais adiante.

4.1.2 Trabalhadores sujeitos pela estrutura

A concepção histórico-estrutural é segundo tronco teórico proposto por Salim (1992) e apoiado por Póvoa-Neto (1997) e Vainer (2005), cuja fundamentação se encontra na tradição marxista, no método do materialismo histórico. Nesta concepção, as migrações não se originam de “ato soberano do indivíduo ou somatória de decisões individuais”, mas de determinações estruturais das relações de produção, expressas em locais e tempo determinados. Para esta teoria, “a migração distribui a força de trabalho, segundo as necessidades específicas do processo de acumulação em contextos históricos concretos” (SALIM, 1992. p. 128). Assim, neste paradigma, deve recair sobre a organização social, econômica e política dos territórios, a análise das condições que alimentam os fluxos migratórios.

Para este autor, são características da abordagem histórico-estrutural: (i) caracterização das migrações segundo as propriedades estruturais da área em que ocorre, menosprezando aspectos micro sociais e culturais (ii) tendência predominante de buscar a compreensão do processo migratório pelos aspectos econômicos, menosprezando características subjetivas dos migrantes; (iii) tentativas recentes de analisar outras tipologias de migrações, além das tradicionais rurais-urbanas, tais como as migrações temporárias; pendulares, de retorno; (iv) concepção da estrutura de classes sociais como mecanismo de exploração que reparte desigualmente o produto social; (v) o indivíduo e o grupo social não decidem de forma autônoma, mas estão sempre submetidos aos influxos de causas estruturais (SALIM, 1992, p. 126).

Enquanto na concepção neoclássica, desconsidera-se a dimensão histórica das migrações, atribuindo aos deslocamentos de populações motivações de natureza individual, a concepção histórico-estrutural explica estas decisões como processo social, marcados pelo espaço e pelo tempo em que ocorrem. Colaboram com estas premissas Leite et al (2013, p. 7), quando afirmam que na perspectiva histórico-estrutural, as migrações são interpretadas:

Como relação produzida por estruturas sociais historicamente determinadas e geograficamente delimitadas. Seus determinantes, assim como suas consequências, remetem a processos sociais e de mudança em contextos determinados. Assim, essa abordagem concentraria seu foco numa observação da estrutura social como um todo, analisando suas condições de ordem social, econômica e política que contextualizam os movimentos migratórios.

A abordagem histórico-estrutural tem servido para interpretar migrações específicas, como a tipologia das migrações temporárias entre regiões rurais. Nesta modalidade de migração, como indicado por Baeninger (2008), os principais movimentos ocorrem dentro das próprias regiões, sugerindo deslocamentos a menores distâncias.

Está mal posto para esta teoria a relação entre os sujeitos e a estrutura. Esta última prevalece nas análises dos processos de mobilização populacional e os sujeitos migrantes aparecem em cena sujeitos como classe social como se fossem apenas engrenagens das estruturas sociais em que estão inseridos. Para a teoria histórico-estrutural, os movimentos populacionais coincidem com as necessidades e os movimentos do capital, negligenciando nas suas análises o protagonismo dos sujeitos que migram.

4.1.3 Trabalhadores tão móveis como as mercadorias

O terceiro tronco teórico proposto por Salim, (1992); Póvoa-Neto, (1997) e Vainer, (2005) compreende a migração como determinada pela mobilidade da força de trabalho. O conceito é tomado de Gaudemar, (1977), que se fundamenta na percepção marxista do princípio de subordinação formal da força de trabalho ao capital. Nesta teoria, a compreensão das migrações apoia-se na natureza que a força de trabalho adquiriu no sistema capitalista que é a sua capacidade de se mobilizar permanentemente como mercadoria, viabilizando a reprodução do capital nos diferentes espaços geográficos. Trabalhadores movimentam-se neste espaço porque este é estruturado para colocá-los em movimento: a mobilidade da força de trabalho, assim como a mobilidade de todas as mercadorias, é uma condição necessária para a constituição do mercado de trabalho capitalista

O conceito não tem sentido único: pode significar a movimentação de trabalhadores no espaço geográfico; entre atividades e setores de produção; e se referir a mudanças na dinâmica do trabalho, como aumento/redução de jornada, mudança de ritmo ou intensidade. Em todos os casos, a mobilidade serve ao mesmo fim: viabilizar a continuidade da produção capitalista, materializada em ambiente de competição e crises cíclicas. Assim, a mobilidade da força de trabalho é a condição e “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos

efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

O conceito mobilidade da força de trabalho fundamenta-se na transformação do trabalho em mercadoria, condição originária e necessária ao estabelecimento e funcionamento das relações capitalistas de produção, na percepção marxista/marxiana. Ao se transformar em mercadoria, o trabalho adquire propriedades de consumo, o que o torna sempre prontamente disponível e mobilizável, características inerentes a todas as outras mercadorias.

O direito à mobilidade do trabalhador resulta de ele não ser mais um escravo do sistema escravista, nem um servo da gleba ou um mestre, ou oficial ou aprendiz nas corporações de ofício do sistema feudal, nem um agregado, colono, camarada ou similar em formas de produção mais atuais. O trabalhador é livre no capitalismo para oferecer sua força de trabalho onde quiser, desde que encontre demanda para ela. Bem como, também é obrigado a vendê-la porque é a única mercadoria que lhe sobrou. Para isso, o migrante desloca-se no espaço geográfico seguindo a sua vontade, mas sempre submetida às forças do capital.

Contribui com esta asserção a proposição de Gaudemar (1977, p. 192):

Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade; não no sentido apologético que a teoria neoclássica reconheceu, do homem inteiramente livre do seu destino, actor (sic) de sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por essa procura de emprego.

Salim (1992, p. 134), considera que os estudos sobre a mobilidade do trabalho, no viés marxista, porta vigor “mais epistemológico que empírico”. No entanto, considera relevantes as contribuições das discussões sobre a mobilidade do trabalho porque elas enfrentam de maneira mais abrangente e totalizante os determinantes estruturais e subjetivos das teorias histórico-estrutural e neoclássicas, abordados, não raro, em separado.

Ainda relacionando as três abordagens teóricas que tentam explicar as migrações, Salim (1992, p. 125) propõe que:

Não é o fato de em certas regiões haver ou não boa oferta de trabalho ou condições de sobrevivência, o que as configuraria como zonas de atração ou repulsão de migrantes, ou ainda, de haver certa vontade a-histórica de o homem buscar melhorar sua reprodução mediante a obtenção de um trabalho melhor que mobiliza o sujeito neoclássico. Ao contrário, essa abordagem [*a mobilidade da*

força de trabalho] buscaria problematizar como o processo histórico tornou os homens mobilizáveis, justamente como uma condição de exploração de sua força de trabalho produzida como mercadoria.

Tal qual as mercadorias, a força de trabalho deve estar disponível à circulação. Isso não pode ser desconsiderado se se quer compreender as migrações.

4.2 Outro quadro teórico para compreensão das migrações

Em *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*, Brito (2009) defende que o padrão dos deslocamentos populacionais no território brasileiro entre os anos cinquenta e os oitenta são explicados por um paradigma teórico que tem pouco vigor para apreensão das mobilizações atuais. Deve-se reconhecer que as teorias utilizadas para compreensão das migrações internas no Brasil e nos países em desenvolvimento “foram elaboradas nos anos sessenta e setenta, ou até mesmo antes”. Serviram para a apreensão dos processos migratórios daquele período histórico do país, mas “já se distanciam da realidade atual em profunda transformação e necessitam ser revistas” (BRITO, 2009, p. 2).

Para este autor, foram duas grandes teorias que buscaram explicar as migrações internas ocorridas no Brasil, principalmente as de caráter rural-urbano, a partir dos anos cinquenta do século passado, que são as movimentações de maior ocorrência, amplitude e significação na sociedade brasileira. São, as que ele designa “as teorias econômicas”, por utilizarem “ênfase analítica maior na economia” e as teorias sociológicas, com “ênfase maior na sociologia” (BRITO, 2009, p. 3).

4.2.1 Por explicações econômicas e sociológicas

Nas teorias econômicas, interpretam-se as migrações como fenômeno capaz de transferir grande contingente populacional das regiões agrícolas mais atrasadas para os setores urbanos e industriais mais modernos da sociedade. Confere-se na expressão de Brito (2009, p. 6) a positividade destas migrações para o desenvolvimento da sociedade urbana e da economia industrial:

A racionalidade econômica da decisão de emigrar está dada pela possibilidade de transitar para o setor moderno da economia. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização.

E para as teorias sociais, a migração é um processo que reordena o mercado de trabalho e “produz mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva e são necessárias e funcionais para a modernização da sociedade dos países em desenvolvimento” (BRITO, 2009, p. 9). Para esta teoria, mobilizam os migrantes, tanto as condições de vida precárias nas regiões de origem, como a necessidade de melhoria social, acenada pela possibilidade de um emprego urbano de melhor qualidade. Faz parte da tradição cultural brasileira a mobilidade espacial como estratégia de mobilidade social e que a decisão de migrar apoia-se em rede de pessoas formada por parentes, amigos, vizinhos, conhecidos que dão suporte aos deslocamentos (DURHAM, 1984). Estas redes desempenham um papel relevante de suporte para a migração e inserção do migrante no novo espaço.

As análises destas teorias compreendem que as migrações no Brasil foram estratégias racionais que os migrantes puderam utilizar para a melhoria de suas vidas e de suas famílias, ainda que obstáculos econômicos, sociais e psicossociais sempre estivessem presentes. Reconhecem que as migrações foram necessárias e positivas para o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira, interferindo diretamente (com muita evidência, sem resolver) nos desequilíbrios regionais e nas desigualdades sociais, características históricas marcantes de nossa realidade.

De fato, as migrações internas no Brasil, dos anos cinquenta aos oitenta, redistribuíram a população do campo para outras regiões agrícolas, para as cidades - as grandes primeiramente, mais tarde as pequenas e médias - e entre regiões e estados. Ajudaram consolidar sobre o campo a supremacia populacional das grandes cidades e os modos de vida urbano ocidentais. Representaram e viabilizaram oportunidades de melhoria de vida para grande parte da população. “Nunca, como nesse período da história brasileira, as oportunidades foram tantas [...] Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade” (BRITO, 2009, p 14).

Esta foi a característica dominante do padrão migratório brasileiro prevalecente até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade podiam alimentar os sonhos de mobilidade social dos migrantes. “Mudar de residência com a família ou sozinho para outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida”

(BRITO, 2009. p.14). Se este itinerário foi o que muitos puderam seguir com sucesso, deve-se deixar também explícito que para outros tantos significou desenraizamento dos agricultores que se tornaram boias-frias, temporários, subocupados, favelizou as cidades, degradou suas vidas. Nas condições atuais, a modernização econômica e tecnológica continua produzindo no campo os migrantes potenciais, com a diferença que agora as cidades não se apresentam tão receptivas como outrora.

4.2.2 Novos destinos para os movimentos de sempre

Se nesse período a integração bem sucedida à vida urbana com a conseqüente melhoria de vida foi realidade para muitos migrantes, não se concretizou para grande parte deles também. O dinamismo heterogêneo da economia não disponibilizou nem garantiu oportunidades a todos. O desenvolvimento capitalista, inerentemente desigual, nas condições brasileiras tem persistido mais heterogêneo ainda, tendo produzido e sendo reproduzido, historicamente, por fortes desigualdades sociais, econômicas, educacionais, de infraestrutura, de políticas públicas entre campo e cidade, dentro das cidades e entre diferentes regiões do país.

Em seu estudo, Brito, (2009. p. 18) descreve mudanças estruturais na sociedade e na economia brasileira que ocorreram a partir dos anos oitenta que, a seu ver, alteraram o padrão migratório que prevaleceu até esse período. São elas: (i) a partir dos anos oitenta, há redução no ritmo da urbanização, pelo menos da metropolização, ainda que continuem a crescer as pequenas e médias cidades; (ii) a partir dos anos noventa, a economia brasileira acentua seu processo de internacionalização com a conseqüente reestruturação produtiva e diminuição de postos de trabalho; (iv) “as grandes cidades [...] passaram a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento do [seu] mercado de trabalho”; (v) a transição demográfica decorrente do declínio das taxas de fecundidade e mortalidade, diminuíram a taxa de crescimento da população, deixando de gerar “os viveiros de mão de obra”³⁷ no campo e em pequenas cidades, sempre prontos a migrar; (vi)

³⁷ Expressão de Paul Singer (1980) ao se referir às regiões geradoras de grande contingente de migrantes, sobretudo, o Nordeste brasileiro e o estado de Minas Gerais, dos anos cinquenta aos oitenta do século passado.

as exigências do mercado de trabalho urbano, as dificuldades do mercado imobiliário, ineficiência dos serviços públicos e a violência aumentaram a seletividade para os migrante.

Neste contexto, no Brasil, os grandes fluxos migratórios deixaram de ser viáveis, tanto pelos aspectos econômicos e sociais quanto pelos demográficos. Os migrantes deixaram de ser necessários quanto foram para a modernização da sociedade e as migrações menos positivas para eles. No entanto, a migração continua mobilizando pessoas todos os dias em diversas direções no país porque “migrantes potenciais ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que prevalecem no Brasil” (BRITO, 2009, p. 20). Ademais, ela faz parte da tradição cultural brasileira e continua, para muitos, uma das poucas alternativas para melhoria de suas condições de vida. Para muitos outros, tem se apresentado como alternativa de mera sobrevivência.

Num esforço de quantificar as migrações atuais, a Tabela 4 apresenta o número de migrantes rurais no Brasil entre 1950 e 2010 e a percentagem de migrantes em relação à população rural.

Tabela 4 - Número de migrantes no Brasil e relação entre o número de migrantes e a população rural em cada período (em %)

Décadas	Nº de migrantes	Migrantes em relação à população rural no período (em %)
1950/60	5.419.055	16,34
1960/70	8.908.981	22,85
1970/80	12.489.278	30,02
1980/91	10.340.087	26,42
1991/00	9.070.981	25,17
2000/10	5.604.627	17,51

Fonte: ALVES et al. (2011), utilizando Censos IBGE, 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Adaptação nossa.

A análise da Tabela 4 demonstra que as migrações rurais foram mais intensas entre as décadas de 60 e 90 do último século, quando, segundo a metodologia empregada pelos autores, deixam o campo 37.157.401 brasileiros. No entanto, arrefecem desde a década de 90, acentuando esta diminuição de 2000 a 2010. Contudo, a percentagem de migrantes neste período em relação à população rural, indica que uma parcela grande da população se mobiliza pelo país. Considerando a década 2000/2010, 17,51% da população rural ainda se constituem

migrantes, demonstrando intensa mobilidade de pessoas no campo.

Analisando dados do Censo Agropecuário de 2006, Alves et al (2011, p. 5) concluem que uma das principais causas das migrações rurais no Brasil de hoje é a concentração das atividades produtivas no campo, medida em valor bruto da produção agropecuária: 9,7% do total dos estabelecimentos contribuem com 86,4% desse valor, enquanto 70,7% de todos os estabelecimentos foram responsáveis por apenas 3,4%. A partir destas constatações, estimam que dos aproximadamente 30 milhões de pessoas que atualmente vivem no campo, 11 milhões sobrevivem com rendimentos extremamente baixos, equivalente a 0,5 salário mínimo mensal. O que, a seu ver, indicaria um grande potencial migratório destas populações, ainda represado ou já ocorrendo.

É preciso reconhecer, contudo, que as migrações atuais assumem outras formas, outras tipologias. Podemos falar de migrações temporárias ou sazonais, circulares, repetidas, pendulares para o trabalho diário, de retorno, reemigração. O que demanda, para refinamento de sua compreensão, que devem ser analisadas à luz dos novos arranjos da economia e da sociedade brasileira. O processo migratório e o migrante não mais podem ser compreendidos, utilizando-se apenas os referenciais teóricos dominantes que serviram para explicar o padrão anterior. A despeito disso, parece válido e conveniente ressaltar que na epistemologia das migrações “certas regularidades estão presentes em todas as formulações teóricas a respeito dos movimentos migratórios”. Conforme afirmam Pacheco e Patarra (1997, p. 446):

O curioso, numa reflexão sobre essas propostas, é que nelas já estão contidas as diversas modalidades de deslocamentos, as quais, de modo intermitente, recrudescem, ou acirram-se em determinados momentos. Desde as primeiras formulações [...] estão presentes os movimentos temporários, sazonais de retorno, a formação de correntes e contracorrentes diferenciais por sexo, configuração de etapas migratórias, dentre outras [...].

Em estudo mais recente, Valadares (2014, p. 35), analisando dados dos Censos de 2000 e 2010, detecta a “existência de uma corrente de deslocamento em direção a áreas menos povoadas” percebendo “um contrafluxo do êxodo rural, ainda que pouco expressivo”.

Encontra-se no Brasil atual, segundo Favareto (2014, p. 1108) uma “heterogeneização dos fluxos populacionais com grandes manchas de adensamento demográfico ao lado de bolsões nos quais a população vem se tornando mais rarefeita”. E que “essa diferenciação parece não se explicar por um padrão regional ou relativo ao tipo de

produção ou atividade econômica ali predominante”. Não haveria para ele, uma correspondência direta entre esvaziamento da população e adoção de formas de produção mais modernas na agricultura, o que pode explicar em parte o fluxo de migrantes para uma região onde predomina uma cafeicultura de técnicas modernas e integrada aos mercados.

Não se pode mais afirmar, portanto, que o Brasil ainda vive um forte êxodo rural. No entanto, entre tradições e necessidades vitais, tentar “mudar de vida, mudando p’ra alguma parte” ainda faz parte do aparato cultural e estratégia de vida destes brasileiros.

4.5 Migrantes que não se autodenominam migrantes

Para se aproximar do que desejam de suas vidas, é prudente testar a validade dos conceitos observando as realidades sociais, culturais e econômicas dos migrantes. É interessante constatar que nenhum trabalhador, trabalhadora, agricultor ou agricultora ouvido nesta pesquisa se atribui a denominação de migrante, seja seu deslocamento atual ou mais antigo. Esta é a linguagem dos conceitos de quem pesquisa, de quem se refere a eles, porque eles se dizem do Norte, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Paraná, de outras cidades, de outros municípios. Migrante é o nome que damos a eles. Apesar de a maioria vir do Nordeste, quase não se ouve esta referência nas suas vozes. Teriam assimilado a nomeação que se lhes aplicam na região? Nos cafezais de Minas, quem não é da região é do Norte!

Para melhor compreensão das migrações, além das circunstâncias econômicas e sociais, devem-se levar em conta motivações subjetivas e os pontos de vistas dos atores sociais nela envolvidos. Conforme a posição de Klafke e Weimer (2015, p. 13),

a observação em escala reduzida permite uma apreciação mais acurada de quais são as margens possíveis de atuação dos sujeitos sociais; de como eles são constrangidos por elas, mas também como as manipulam, no alcance de suas forças, ou até mesmo as transformam.

Assume-se assim, nesta pesquisa com trabalhadores e trabalhadoras migrantes, que as decisões de ir ou ficar também são mediadas pela sua cultura. A migração não é um acontecimento trágico em suas vidas. Parece mais uma oportunidade que vislumbram.

Nos últimos 10 anos, a partir do mês de abril muitos começam a chegar também por conta própria. Antes já vinham com contratos firmados. As experiências de migrações anteriores lhes ensinaram que vindos por conta própria tem opção de escolha do patrão. Vêm

em família, acompanhados por outros homens, mulheres, jovens, adultos, adultos mais velhos. Muitos costumam vir sozinhos. Instalam-se em casas alugadas por eles mesmos em vilas, pequenas e médias cidades da região. Iniciam a busca de trabalho nos sítios e fazendas produtoras de café, que muitos já conhecem de safras passadas. Preferem as pequenas e médias propriedades, onde parecem ter mais poder de barganha com os salários que vão receber pela colheita do café. É também comum virem por demanda de fazendeiros que os contratam já nas suas regiões de origem.

Em passado recente, havia forte concorrência entre mão de obra para colheita manual da cana e do café. Muitos trabalhadores preferiam o corte da cana. De certa forma, diferente do café, ela estava inserida na tradição de trabalho deles em suas regiões. As mulheres preferiam a colheita do café. O argumento é de que este é um trabalho mais fácil de ser executado. Hoje, os canaviais quase não os absorvem mais, porque a mecanização diminuiu drasticamente a mão de obra nesta cultura. O trabalho rural que eles sabem fazer e que ainda emprega grande contingente de trabalhadores é a colheita do café.

Nesta região, no campo, em maior escala, sobrou este serviço. Por isso, muitos se antecipam, mobilizados por experiências próprias de migrações anteriores ou acompanhando parentes, amigos conhecidos que já transitaram pela região em outras safras. A migração é quase sempre uma decisão e movimentação em redes de apoio. Já sabem onde vão ficar, vêm em grupos, raramente sozinhos. Veja-se alguns relatos.

Pelezinho³⁸ é um senhor que vem todo ano colher café no município de Guaranésia. Ele é de Sobral, no Ceará. Vem por sua conta. Já morou em fazenda de café da região de Tapiratiba (SP). “Foi um ano só. Não gostei não”. A família está na terra dele. Tem uma pequena propriedade em um distrito de Sobral. “Produz pouca coisa lá”. O dinheiro que ele ganha com a colheita, manda praticamente todo para a mulher guardar. Passa o dinheiro pelo banco. Viaja de ônibus: oitocentos reais na vinda, e na volta. Não fala em migração: chama ida e vinda o percurso que percorre todo ano. Pergunto se compensa: responde que nos quatro meses de trabalho ganhou pouco mais de sete mil reais. “lá, nem o ano inteiro eu ganho isso”. Pelezinho diz que tem mais de 60 anos e está tentando se aposentar. Mas garante que “enquanto tiver

³⁸ Entrevista com Pelezinho, no município de Guaranésia (MG), Agosto 2015.

saúde vou continuar vindo pro café, porque aprendi a gostar, faz mais de 10 anos que estou fazendo isto”.

Expedito, 56 anos. Região de origem: Brejo Santo (CE). Depois de vir colher café por vários anos seguidos no município de Guaxupé, resolver mudar com a família para uma pequena propriedade adquirida no município vizinho de São Pedro da União. De colhedor de café com a mulher, dois filhos e duas filhas, se transformaram em pequenos produtores de café.

Os filhos não ficaram na roça. “Arranjaram emprego bom na cidade. A terra foi comprada com umas economias de lá e o que ganhamos aqui”. Trabalha com a mulher na lavoura que é pequena. “Como não trabalho mais pros outros, então sobra tempo para produzir umas miudezas para levar pra feira, no sábado na cidade”. As miudezas dele são “mandioca, feijão de corda, feijão de cor (faz questão de mostrar que são variedades crioulas, regionais e não a variedade comercial cariocinha) fava, doces, frango caipira já abatido e limpo”. Isso é um costume que trouxe de lá. “A feira ajuda muito, porque vem dinheiro toda semana. Café tem que esperar o ano inteiro. Faço uns setecentos reais por semana na feira. Rapaz, isso ajuda um tanto!”. A mulher não vem na feira. Mostrou com orgulho a caminhonete, tipo utilitário, nova que comprou para “fazer a feira, ir na cidade e passear com a patroa”. À pergunta sobre a terra de lá, responde rápido: “não vou dizer que não tenho lembrança, mas volto só pra passeio. Os filhos vieram todos e aqui ganha mais dinheiro com menos sofrimento!”. Expedito tem costume de trazer, como cortesia, para seus clientes da feira, ramas de mandioca³⁹ que ele trouxe da terra dele e que segundo sua observação, “é de melhor qualidade que as daqui”.⁴⁰

Roseli⁴¹ é paranaense, mas “mudei de vez pra Minas faz mais de trinta anos”. “A vida toda trabalhou o ano inteiro na lavoura de café”, não gosta do serviço de casa. “Fui registrada em fazenda de café por mais de 20 anos” até se casar com João, “mais velho” que ela. “Agora trabalho na meia nossa. Tocamos uma meia de café que dá serviço o ano inteiro e não tem mais jeito de trabalhar pros outros não”. Conta que neste tempo conseguiu “comprar uma casa boa,

³⁹ Ramas de mandioca, tecnicamente chamadas de manivas, são partes do caule, que por serem capazes de enraizamento e brotação, são utilizadas na formação das novas plantas.

⁴⁰ Entrevista com Expedito, no sítio dele no bairro rural Carneiros, em Biguatinga, município de São Pedro da União (MG). Maio 2016.

⁴¹ Entrevista com Roseli, em Santa Cruz da Prata, distrito de Guaranésia (MG). Junho de 2014.

só minha”⁴², no distrito de Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia. O serviço que mais gosta “é de panhar café”. O marido participa da conversa e faz notar que a mulher “é sacudida, tem fama, ninguém vai com ela não”. O que quer dizer que Roseli apresenta alto rendimento no serviço, se destacando entre os demais trabalhadores. O marido também participa da entrevista, expressando o desejo que o casal tem de comprar a terra em que estão trabalhando como meeiros.

Este comportamento é comum entre os colhedores de café. Estabelecem entre si uma aparente competitividade para aferir quem colhe mais nas turmas. Embora a remuneração da colheita seja feita por produção colhida, a impressão maior que se tem é que esse *ranking* é fruto de uma esportividade no trabalho, mais que uma competição deliberada, visto que ações de solidariedade são muito comuns entre eles durante o dia de trabalho. Eles dizem “que é conversa pra passar o dia”, O que não exclui a existência de conflitos nas turmas. Não é incomum que em turmas grandes não haja “roubo de café apanhado” para entrega em outros nomes na hora da medição ao final do dia, escolha das ruas mais carregadas de café que permitem maior rendimento diário ou retardamento do serviço para que outros colhedores peguem as ruas de menor carga de café. E é evidente que há o interesse em colher o mais possível, porque a remuneração é feita pelo rendimento. Para gerenciar estes procedimentos, zelar pela qualidade do serviço, receber o café colhido no dia, existe um fiscal da turma. Nesta região, o pagamento dos colhedores é feito por produção, medida em uma unidade regional chamada alqueire. Um alqueire de café consiste em uma medida de 60 litros de café colhido na lavoura. Esta unidade é reconhecida regionalmente e serve de parâmetro e padrão na negociação coletiva dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

As falas destes entrevistados alimentam uma inquietação que não pode calar e acalanta este estudo. Não há como não considerar precarizado o trabalho temporário realizado por um migrante que se mobiliza todos os anos, por conta própria, por distâncias enormes, para se empregar por um salário variável, poucos meses no ano, muitas das vezes, à margem da legislação trabalhista. A interpretação, por menos engajada que seja, não pode

⁴² Não há como desconsiderar a beleza e analogia com *Um teto todo seu* (WOOLF, 1994). Ou mesmo, no original: *A room of one's own* (WOOLF, 1929). Que seja “*uma casa toda sua*” ou “um quarto todo seu”, ou “um teto todo seu”: quem diria, numa sociedade tida como mais patriarcal, encontramos as relações de gênero mais matizadas pela autonomia e igualdade!

não constatar expressões da reestruturação capitalista adentrando o campo, flexibilizando, precarizando e degradando as relações de trabalho. O que incomoda intelectualmente é a aceitação desse pressuposto como um truísmo, desconsiderando os contextos históricos e a reflexão crítica obrigatória com que se tem de encará-los. Tais expressões tem o poder explicativo *per se*, o que deveria ser explicado passa a ser a explicação. Como na apropriada argumentação usada por Santos Júnior (2014, p. 20):

Conformar-se ao vaticínio de um cenário geral de precarização, ignorando a pluralidade de fenômenos enquadrados nesse processo, equivale a suprimir as ambivalências que rasgam o tecido social, sem as quais a narrativa assume um sentido teleológico. O resultado? A demissão da política (...). O corolário não poderia ser outro: o material empírico passa a ser tratado como exemplo eloquente a legitimar concepções predefinidas; uma espécie de caução probatória do diagnóstico estabelecido *ex ante*.

O movimento destes trabalhadores/trabalhadoras reflete a reprodução das suas condições sociais, mas igualmente expõe estratégias de ação e de enfrentamento das suas contingências, que podem portar potencial de transformação. Os seus depoimentos evidenciam que suas vidas não são uma tragédia. Nos três casos, exteriorizam estratégias de enfrentamento das realidades em que vivem e informam projetos de vida, segundo eles, alcançados. Substantivados num teto todo seu, no pedaço de chão desejado para viver mais tranquilo com a família ou no montante de dinheiro ganho na colheita que vai lhe garantir viver os outros meses do ano na sua terra, com sua mulher, os feitos denotam que reagem às circunstâncias, em vez de ser meras vítimas delas.

CAPÍTULO 5

GÊNERO, MIGRAÇÃO E TRABALHO: VIDAS EM TRÂNSITO PELAS LAVOURAS DE CAFÉ DO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS

[...] o status de vítima não resume o papel das mulheres na história, que sabem resistir, existir, construir seus poderes. A história não tende ou para a desgraça das mulheres ou para sua felicidade (PERROT, 2007, p.160).

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (MARTINS, 1997, p. 150).

Em toda conjuntura [...] podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundos do período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as [...] etapas do processo de transformação. Os segundos são forças novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas [...] para reajuste do seu funcionamento (CÂNDIDO, 2010, p. 186).

Os estudos migratórios no Brasil têm privilegiado as análises quantitativas diante da riqueza de dados empíricos disponíveis nos últimos anos em estatísticas oficiais, ficando em menor relevância análises culturais sociológicas e identitárias (BRITO, 2009). Neste trabalho, sem secundarizar os indicadores quantitativos disponíveis, a opção pelo diálogo com sujeitos sociais, trabalhadores, trabalhadoras e seus empregadores, na coleta e acolhimento de depoimentos, histórias de vida e observação participante justifica a aceitação e crença no saber do outro. Viabiliza uma possibilidade de interação entre pesquisador e sujeitos portadores de histórias que possam ser contadas, portanto, desveladoras, e por isso, reveladoras de modos de vida e de trabalhos vividos e pensados nos espaços e tempos, criados e recriados por sua cultura (FIGUEIREDO, 1996; PAULA, 2009). O estudo do cotidiano, incluindo o pesquisador como sujeito que faz parte do objeto estudado, “as histórias das coisas miúdas” e do pessoal é, seguramente, um possível caminho, apropriado a desvendar a realidade e o coletivo (CHALHOUB et al, 2005).

A argumentação fundamenta-se ainda em indicadores econômicos e sociais produzidos pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2016, visando à caracterização dos territórios de trânsito destes migrantes.

5.1 Grandes plantações modernas e agricultores sem produção

A história vivida e a imaginada pelos trabalhadores e trabalhadoras temporárias do café assemelham-se, certamente, a outras histórias de tantos outros homens e mulheres que labutam em torno da mínima sobrevivência no trabalho rural no Brasil. A migração em direção à cultura de café, ou a qualquer outro cultivo no Brasil, agora, com data marcada de retorno às origens, parece apresentar para estes homens e mulheres uma das poucas oportunidades que vislumbram, diante das condições em que vivem, propiciando-lhes sua reprodução social e alguma esperança da possibilidade de melhora de suas vidas.

A concentração das terras, desencadeada pelas grandes empresas agropecuárias inviabiliza a agricultura tradicional, confinando os agricultores que não se dispõem a vender suas terras em minifúndios, geralmente naquelas de pior qualidade agrônômica. “Serviço que tem lá é nos eucaliptos, registrado, até que não é ruim, tem muita plantação, o serviço tem pouco porque é feito tudo com máquina, então não sobra muito. Tem carvão também! Mexer com carvão eu não mexo mais, o ganho é pouco e não compensa” (Cícero).⁴³

Deve-se levar em conta também que a modernização da agricultura em geral tende a inviabilizar social e economicamente o cultivo das culturas alimentares entre pequenos agricultores para fins comerciais. Os ganhos de produtividades nestas culturas comerciais, nos últimos 30 anos, no Brasil, obtidos em plantios monoculturais em larga escala e mecanizados em outras regiões do país, têm sido elevados, o que desestimula a produção de subsistência, executada nas formas mais tradicionais (“não compensa mais plantar milho e feijão para vender, já foi bom, hoje é muito barato, compensa ‘ganhar o dia’⁴⁴ e comprar”, dizem, de forma semelhante, muitos dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados. Para demonstrar a pertinência desta percepção, comum aos trabalhadores que têm algum pedaço de terra e são mobilizados para os trabalhos temporários, utiliza-se, em seguida, uma série histórica de área plantada, preços, produção e produtividade de três culturas alimentares,

⁴³ Entrevista com Cícero, em Santa Cruz da Prata, distrito de Guaranésia (MG). Maio de 2014.

⁴⁴ A expressão ‘ganhar o dia’ significa executar um trabalho remunerado com pagamento por diária.

relevantes na tradução cultural destes agricultores e que foram a base da produção para autoconsumo e subsistência das famílias rurais na maior parte do Brasil

As **Tabelas 5, 6 e 7** demonstram o desempenho da produção, da área plantada e os ganhos expressivos de produtividade que foram obtidos com as culturas alimentares, em Minas Gerais e no Brasil, em série histórica iniciada em 1976.

Tabela 5 - Cultura do milho no Brasil e Minas Gerais - Série histórica de área plantada, produção e produtividade (médias em cada período).

Período		1976-1980	1991-2000	2001-2010	2011-2016	Previsão 2017	Variação 1976-2017	
Área plantada (em mil ha)	MG	1.669,2	1.531,7	1.436,5	1.301,6	1.345,1	1.288,6	-22,8%
	Brasil	11.439,3	12.689,4	13.256,6	13.243,8	15.690,3	17.244,4	+50,75%
Produção (em mil ton.)	MG	2.663	2.984	4.025,1	5.730,9	6.997,6	7.774,8	+291,96%
	Brasil	17.305	22.221	31.703,3	46.166,2	69.917,9	92.832,5	+536,45%
Produtividade (kg/ha)	MG	1.607	1.947	2.821	4.402	4.918	6.034	+375,48%
	Brasil	1.509	1.771	2.396	3.469	4.793	5.383	+356,73

Fonte: CONAB (2017). Elaboração própria.

No período, a despeito de a área plantada em milho no estado de Minas Gerais ter diminuído 33,5%, houve aumento da produção em 257,7% e da produtividade em 334,34%. No mesmo período, no Brasil, a área plantada aumentou apenas 37,62%, enquanto a produção aumentou 489,62% e a produtividade 356,66%.

Esses números podem explicar a percepção que os agricultores têm da inviabilidade comercial do milho para as pequenas plantações que utilizam tecnologias tradicionais. Daí, preferirem comprar as pequenas quantidades de que necessitam com os ganhos monetários que podem obter com outras atividades. São excluídos do mercado por não alcançarem as produtividades elevadas das plantações em escala da cultura e se resignam em produzir, quando muito, para consumo próprio, como expresso na fala do produtor.

O estudo *Análise do Comportamento dos Preços Históricos do Milho no Rio Grande do Sul*, a partir de dados primários da EMATER/RS e do IEPE/UFRGS, Zen et al. (2010, p.30) indicam preços médios, atualizados para 2010, de R\$ 68,70 por saca no período de 1973-1979 e de R\$ 21.54 para os preços de 2000 a 2009. O que evidencia que uma saca de milho valia em 2010, apenas 31,35% do seu valor na década de 70, em valores atualizados.

Os autores, assim explicam estas mudanças:

As mudanças estruturais e econômicas afetaram o comportamento dos preços pagos aos produtores de milho ao longo das últimas décadas, o que implicou em reduções dos preços reais. “A modernização na agricultura brasileira estabelecida nos últimos tempos, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorreu a chamada “revolução verde”, juntamente com a influência das políticas agrícolas creditícias, comerciais e cambiais, têm mudado toda a configuração existente no campo, afetando a cadeia produtiva de muitos produtos do setor agrícola. Assim, as mudanças estruturais, de políticas produtivas e comerciais, ocorridas nas últimas décadas refletiram-se fundamentalmente no comportamento dos preços agrícolas no período, afetando a rentabilidade dos produtores (ZEN et al.2010, p. 3).

Sobre o caso específico da cultura do milho, os autores afirmam que “a desvalorização acentuada do preço do milho em grão ao produtor tem como causa fundamental a expansão da área cultivada e o incremento de tecnologia no campo, que resultaram no aumento da produção e produtividade agrícola” (ZEN et al, 2010, p. 30).

Por isso a narrativa do produtor/trabalhador indica, apropriadamente, que não compensa se dedicar ao plantio de milho. Deixar de plantar milho significa que ele também deve renunciar à criação de pequenos animais domésticos, uma das mais enraizadas tradições de estratégia de produção de alimentos de que utilizam estes agricultores, uma vez que o milho é tradicionalmente usado na alimentação de aves e suínos, e em menor escala na alimentação de bovinos e diretamente na alimentação humana.

Não se deve dizer que este pequeno agricultor que diz “não compensa plantar milho pra vender” está inviabilizado em cultivar suas culturas alimentares, mas é esperado que, se ele tiver oportunidade de obter salário com seu trabalho, certamente vai optar, economicamente, pela compra delas no mercado. Nestas condições, então, faz-se muito necessário que a sociedade crie as condições de ele se inserir no mercado ou viabilizar-se em suas pequenas propriedades em atividades mais afinadas com suas condições culturais, locais e regionais.

Condição semelhante à cultura do milho ocorre com a cultura do feijão. E o que se tenta demonstrar com a Tabela 6, que se segue. Segundo dados do último Censo

Agropecuário (IBGE, 2006), 70% da produção nacional de feijão é realizada nas propriedades familiares, ficando abaixo apenas da mandioca que tem 83% da produção na agricultura familiar. É necessário acrescentar que a produção se faz em propriedades familiares mais tecnificadas. A produção manual desta cultura tem diminuído acentuadamente pelas mesmas razões, expostas para o cultivo do milho.

Tabela 6 - Cultura do feijão no Brasil e Minas Gerais- Série histórica de área plantada, produção e produtividade (médias em cada período).

Período		1976-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2016	Previsão 2017	Variação 1976-2017
Área plantada (em mil ha)	MG	572,8	618,8	505,6	427,8	380,1	348,3	- 60,81%
	Brasil	4.598,2	5.544,3	4.971,0	4.082,5	3.112,9	3.093,8	- 67,29%
Produção (em mil ton.)	MG	288,9	297,9	382,1	526,4	567,2	536,7	+ 185,77%
	Brasil	2.168,3	2.423,6	2.867,0	3.194,9	2.980,3	3.327,8	+ 53,48%
Produtividade (kg/ha)	MG	482	482	764	1.231	1.495	1.541	+ 319,71%
	Brasil	476	437	580	785	956	1.076	+ 226,05%

Fonte: Dados CONAB (2015). Elaboração própria.

No período, embora a área plantada em feijão no estado de Minas Gerais tenha diminuído 40,64%, houve aumento da produção em 78,95% e da produtividade em 315,35%. No mesmo período, no Brasil, a área plantada recuou 34,10%, enquanto a produção aumentou 46,90% e a produtividade 220,00%.

Em áreas rurais, é frequente o consumo de feijão “não comprado”, aquele obtido de produção própria, de doações de outros produtores da família ou do grupo, ou mesmo da troca tradicional por outras mercadorias locais. Embora, no período analisado, de 1975 a 2015, haja queda no consumo *per capita* de feijão no Brasil, de 18,5 para 14,5 kg ao ano (CONAB, 2015), na alimentação diária destes agricultores, este produto não pode faltar, o que emerge com frequência e de forma espontânea nas suas narrativas. A panela no fogo, cozinhando feijão logo pela manhã ou final de tarde, é imagem recorrente na visita às suas moradias. Ainda assim, não é incomum entre eles a utilização de feijão de outras regiões do

Brasil comprado em mercearias, feiras e supermercados, em grande parte de variedades - quase sempre a “carioquinha”- que nem compunham seus hábitos alimentares.

Em condição semelhante se encontra a cultura do arroz, outra cultura alimentar da tradição destes agricultores, conforme se tenta, também, demonstrar com a **Tabela 7**, que se segue.

Tabela 7 - Cultura do arroz no Brasil e Minas Gerais- Série histórica de área plantada, produção e produtividade (médias por período).

Período		1976- 1980	1981- 1990	1991- 2000	2001- 2010	2011- 2016	Previsão 2017	Varição 1976- 2017
Área plantada (em mil ha)	MG	611	543,5	315,8	85,7	18,58	6,0	- 99,01%
	Brasil	5.881,0	5.538,9	4.002,1	3.175,9	2.300,5	1.961,4	- 66,65%
Produção (em mil ton.)	MG	696,7	770,8	562,2	183,6	54,3	25,2	-96,39%
	Brasil	8.379,4	9.499,2	10.279,5	11.707,0	11.717,7	11.963,1	+42,77%
Produtividade (kg/ha)	MG	1.159	1.424	1.813	2.149	2.004	2.075,8	+ 179,10%
	Brasil	1.421	1.835	2.589	3.709	4.910	5.103,3	+359,13%

Fonte: Dados CONAB (2015). Elaboração própria.

A análise da **Tabela 7**, não permite expressar de outra forma: sobraram resquícios do cultivo do arroz em Minas Gerais. De 1976 a 2015, houve redução de 98,03% de área plantada, e 96,39% na produção. No Brasil, a redução foi de 60,98% de área de plantio, mas a produção no período aumentou 48,56% e a produtividade cresceu extraordinários 381%. O arroz em casca, por suas características de conservação, foi o produto que estes agricultores armazenavam em suas casas por anos seguidos, constituindo verdadeira estratégia de segurança alimentar e nutricional e defesa para enfrentamento de adversidades climáticas recorrentes. Deixar de plantá-lo significa para estes agricultores insegurança alimentar e sujeição ao mercado com as suas incertezas, as de preço e se vão ter disponíveis recursos para adquiri-lo. O arroz, a laranja e a cana são as culturas que no Brasil atual mais verticalizaram e especializaram suas cadeias produtivas. Próximo de 70% da produção de arroz no Brasil está centrada no Rio Grande do Sul; na cultura da laranja, de 25 mil

produtores da década de 80-90 no estado de São Paulo, restam em torno de 2500 produtores (CONAB, 2017)

Transitando, bruscamente, do dado empírico para uma análise macroeconômica, para melhor compreender esta realidade, convém lembrar a instigante leitura que Antônio Barros de Castro, já em 1969, fazia da relação entre a agricultura e indústria no Brasil. Para ele, a agricultura viabilizou a urbanização e industrialização no Brasil, ao produzir excedentes de alimentos e matérias primas para atender ao crescimento contínuo da população e aumento da renda urbana. Foi transferidora de capitais e liberou mão de obra para a indústria e cidades. Devido ao seu desempenho, o país conseguiu manter exportações dos produtos agrícolas, sem pressionar significativamente a importação de alimentos (CASTRO, 1969). Não é pouca coisa.

Contribui com esta interpretação, indicando como esse desempenho foi possível, a análise de Abramovay (1992, p. 29),

[...] houve um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade através do mecanismo de preços. A estrutura pulverizada da oferta agrícola foi condição necessária para a operação desse mecanismo, mas não suficiente: sem a intervenção maciça do Estado, a própria violência das oscilações dos preços acabaria por comprometer a abundância alimentar e a possibilidade de regulação institucional tanto da renda agrícola como dos preços alimentares. [...] o Estado procurou imprimir à agricultura uma função estratégica na reprodução social como um todo: a de permitir que o peso dos produtos alimentares - e fundamentalmente dos produtos básicos, isto é, cereais, leite, alguns tipo de carnes - nos custos de reprodução da força de trabalho fosse cada vez menor.

O que vem demonstrar a eficiente interferência do Estado no processo de barateamento dos preços de produtos agrícolas, notadamente os alimentares. Estão a serviço desta tendência o aprimoramento técnico de produção, a pesquisa agropecuária, a assistência técnica, a extensão e o crédito rural e outros investimentos públicos direcionados a cadeias produtivas estratégicas.

5.2 Os espaços que expulsam e os espaços que atraem

Nas regiões de origem destes trabalhadores e trabalhadoras, as secas têm sido responsáveis por ampliar as condições de miserabilidade de agricultores tradicionais desassistidos por políticas consistentes de enfrentamento desta adversidade climática, mais recorrente nos últimos anos. É atualmente insuficiente a assistência técnica e extensão rural voltada especificamente para estes agricultores. Os grandes projetos de irrigação são mais

bem assistidos. Se o agricultor não estiver inserido nestas áreas, suas condições de sobrevivência ficam a mercê do clima e de sua baixa condição social e econômica de reação. Embora não se pode esquecer que “a seca contribui mais que a seca” para a migração destes pequenos agricultores. A seca pode ser a gota d’água (por terrível ironia!) que impele à mudança.

Nas condições do estudo, as análises indicam, ainda, que a compreensão da migração temporária encontra apoio nas alterações da base tecnológica da produção nas regiões cafeeiras do Sul de Minas e na implantação de grandes projetos agropecuários do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha; na insuficiência e pouca capilaridade das políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, sobretudo às mulheres.

Na região Sul de Minas Gerais, predominam lavouras de café em áreas de montanha, ainda demandadoras de intensa mão de obra sazonal, insuficientemente atendida por mão de obra local, o que poderia explicar o destino da migração (SOUZA, 2012). A forte ocupação de mão de obra na fase de colheita é conhecimento partilhado por trabalhadores e produtores, tal como expressos nas suas falas. “Emprego hoje oito pessoas durante o ano para fazer os tratos culturais da lavoura e mais vinte pessoas na época da colheita. Todo ano, eles vêm de fora, do Norte de Minas” Antônio⁴⁵. E na narração da trabalhadora:

Vim parar aqui por causa de serviço, senão não vinha não. Meu pai e minha mãe vieram também. Quase todo mundo veio. Só fica mesmo quem já não pode trabalhar direito. Faz muitos anos que tem gente vindo. Meu marido já veio tantas vezes que já perdi a conta. O ganho daqui ajuda muito, mas gosto de morar mais é lá, aqui não” (Fátima).⁴⁶

Na tentativa de apreender a expansão atual desta movimentação de trabalhadores, tomamos relevante o avanço de extensos plantios de eucalipto, a produção de carvão com base em florestas plantadas com espécies exóticas de rápido crescimento, expansão da pecuária, os grandes projetos de irrigação e mineração. Tudo isso representa “uma imensa desproporcionalidade no conjunto das forças sociais que se lançam à incorporação dos cerrados do Norte de Minas à moderna produção agrícola, via grandes projetos

⁴⁵ Entrevista com Antônio. Município de Guaranésia (MG). Maio de 2013.

⁴⁶ Entrevista com Fátima, em Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia. Maio de 2014.

empresariais” em meio a agricultores tradicionais da região, com suas lutas insistentes, visando à mera sobrevivência, mediados precariamente pelo Estado (MORAES, 2000, p. 2). “No norte trabalha nos eucalipto, com fruta, tem café também na Bahia, mas o ganho é muito pouco, diferente daqui. O dia de serviço hoje é 35 reais” (Marcos) ⁴⁷.

A penetração intensa de relações capitalistas na agropecuária das mesorregiões geográficas do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, sobretudo nas duas últimas décadas, tem acelerado a inviabilização econômica de pequenos agricultores, dando ensejo ao aumento da concentração fundiária e a liberação de enorme contingente de trabalhadores móveis. Esta modernização conservadora, como em outras regiões do Brasil, se impõe na forma de grandes projetos agro empresariais, no uso intensivo de técnicas mecanizadas e insumos modernos poupadores de mão de obra e na produção de mercadorias direcionadas ao grande mercado consumidor nacional e internacional. Os agricultores que não se adequam a estes processos têm sido inviabilizados em suas formas mais tradicionais de produção e transformados em mão de obra urbana e temporária (MORAES, 2000; ORTEGA, 1992 e SILVA, 1999).

“Nós temos um pedaço de terra lá perto da cidade nossa, mas não dá pra viver direito não. A terra é pouca, quase todo mundo que tem a terra tem muita dificuldade. A terra é pequena, a seca judia muito da gente quase todo ano, mas a gente planta mandioca, milho e feijão. Dá pro gasto, às vezes até consegue vender alguma coisa na feira, pra algum vizinho, fazer um dinheirinho pouco, que ajuda. Criação não tem mais não. Pra viver, tem que dar um jeito de trabalhar pra fora”.
(Fátima)

Isto não é um fato novo, o campo brasileiro é historicamente marcado por fortes desequilíbrios regionais e desigualdades na forma de produção e inserção social e econômica. Se por um lado, constata-se uma atividade agropecuária pujante e plenamente inserida na dinâmica da economia nacional e internacional, atualmente, responsável pelo abastecimento do país e por receitas crescentes e constantes na balança comercial brasileira, por outro lado, coexiste uma outra realidade rural marcada pela pobreza e luta desmedida pela simples sobrevivência. São complementares, uma está imbricada conflituosamente na outra. Esta última caracterizada na fala do migrante, “É um pedaço pequeno de terra, quando

⁴⁷ Entrevista com Marcos, em Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia. Maio de 2014.

nós estamos lá plantamos umas coisinhas que ajudam no gasto, mas é pouco. Não dá pra viver só disso não” (Cícero) ⁴⁸.

O processo migratório no sentido campo-cidade foi determinante para o processo de urbanização da sociedade brasileira nos anos 50-70 do último século. O intenso êxodo rural no período possibilitou a supremacia populacional das grandes cidades sobre o campo e as pequenas cidades. Neste tempo, “a movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social” diz Brito (2009, p.11). A crescente industrialização do país e o acelerado processo de urbanização eram potencial garantia de emprego e promessa de ascensão social à maioria daqueles que se dispunham a deixar regiões mais estagnadas do país em direção às cidades. O Nordeste do Brasil e Minas Gerais foram no período “viveiros de mão de obra”, sobretudo com destino à cidade de São Paulo (SINGER, 1980; BAENINGER, 2008; 2013).

Este modelo de mobilidade de populações tem fortes indícios de ter-se alterado juntamente com as profundas mudanças estruturais da economia e da sociedade brasileira, nos últimos anos. Muitos dos que hoje migram no Brasil o fazem entre regiões rurais e parece não mais buscar “alternativa para a mobilidade ou ascensão social”, mas lutar sem medida para a simples sobrevivência. A expressão deste fenômeno se demonstra a cada ano na migração de trabalhadores e trabalhadoras para a lavoura de café no sul de Minas. Ela tem data marcada para ocorrer, é temporária, de curto prazo, deve durar três a quatro meses no calendário agrícola. A migração sazonal tem servido hoje, em vez de possibilitar a “melhoria de vida no lugar de destino, viabilizaria a sobrevivência no lugar de origem” (BRITO, 2009, p. 12).

Nos tempos recentes, a movimentação no espaço geográfico não equivale mais a uma mobilidade na escala social. “Já trabalhei em muitos lugares, até na cidade; é preciso trabalhar aqui pra poder viver lá” (Cícero).

A modernização conservadora da agropecuária brasileira, nos últimos 40 anos, segregou o campo em territórios de diferentes dinamismos econômicos. Criaram-se “espaços luminosos e espaços opacos” no campo e nas cidades do Brasil. Nos primeiros, há forte

⁴⁸ Entrevista com Cícero, em Santa Cruz da Prata, distrito de Guaranésia (MG). Maio de 2014

dinamismo econômico, em detrimento dos segundos. Aqueles exercerão forte atrativo para estes, pois “os fluxos de população estão relacionados com o movimento e a distribuição do consumo” (SANTOS, 2002). “A gente ganha mais dinheiro na panha do café, dá para comprar muita coisa” (Nair)⁴⁹.

Para Graziano da Silva (2002), o campo brasileiro deve ser compreendido além da sua dimensão agrária. As atividades não agrícolas, como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. Muitas famílias são “pluriativas”, cujos membros obtêm seus “rendimentos dentro e fora da unidade de produção, às vezes na cidade, em outras regiões, combinando por isso diferentes formas de trabalho como assalariamento formal, temporário, informal, por conta própria”, exigindo mobilidade dos seus membros (Graziano da Silva, 2002, p. 5). Impelido a migrar, a venda de sorvete a uma enorme distância da casa do migrante, como ele relata, demonstra esta afirmação. “Depois da panha do café, vou vender sorvete na praia, no Espírito Santo” (Cícero).

A migração temporária de trabalhadores e trabalhadoras entre regiões rurais parece encontrar racionalidade econômica nas exigências sazonais de mão de obra na agricultura e na assimetria entre os valores de mercado gerados na agricultura familiar de subsistência e a agricultura empresarial de exportação. A tecnificação da agricultura no Brasil foi um fator decisivo na generalização do trabalho temporário no campo. “Já panhei café na Serra do Salitre [município mineiro do alto Paranaíba], lá não vou mais porque tem máquina que faz de tudo” (Cícero)⁵⁰.

Nas condições tecnológicas atuais, a exigência de mão de obra na colheita pode ser dez vezes maior que aquela exigida com os cuidados de manutenção da lavoura durante o resto do ano, em alguns sistemas de produção, limitando com isso o contrato de trabalho permanente (SOUZA, 2012).

Em pesquisa semelhante Tessari (2010) demonstra que no início do século XX, esta diferença não chegava a quatro vezes. Daí a importância do trabalho temporário para a

⁴⁹ Entrevista com Nair, no município de Guaxupé (MG).

⁵⁰ Entrevista com Cícero, em Santa Cruz da Prata, distrito de Guaranésia (MG). Maio de 2014

estruturação e sobrevivência da atividade econômica da cafeicultura de montanha de Minas, pouco apta a tecnologias mecanizadas poupadoras de mão de obra. “Aqui a mulher arruma pouco serviço no café depois da panha” (Fátima). A produtora de café demonstra isso no seu depoimento: “a lavoura de montanha é dependente de muita mão de obra. Todo trabalho é feito manual, no máximo as maquininhas [máquinas costais motorizadas, portáteis], que conferiram melhor rendimento às operações de controle do mato e colheita da lavoura”. (Maria Izabel)⁵¹

Os dados do último Censo IBGE (2010) indicam que dos quase 16 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza no Brasil, aproximadamente, 50% delas vivem no campo. Se considerarmos que apenas 16% da população vive no meio rural e que a população total brasileira estimada para esta data está em torno de 207 milhões de habitantes, podemos deduzir, então, que dos aproximadamente 30 milhões de brasileiros que vivem no campo, 25% deles estão na condição de pobreza. Por isto pode-se afirmar que a pobreza, no Brasil de hoje, tem uma feição marcadamente rural (IBGE, 2012). As causas desta realidade são abundantemente discutidas na literatura existente sobre o tema (DELGADO, 1985; DI SABBATO e Melo, 2009; HEREDIA e CINTRÃO 2011).

Parte desta questão social tem sido sendo enfrentada pelo Estado na forma de políticas públicas direcionadas ao campo, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que se apresenta em diversas políticas específicas, a aposentadoria rural, o Programa Bolsa Família e os programas de regularização fundiária e assentamentos rurais. As políticas públicas com foco em pequenos produtores na forma de fortalecimento da agricultura familiar e combate às secas recorrentes da região não têm tido vulto e capilaridade suficiente para atender grande parte de agricultores sem titulação regular da terra, detentores de minifúndios, precarizados em suas condições de vida e produção, sem recursos materiais e assistência técnica, muitas vezes com solos degradados em processo de desertificação. Assim se manifesta no relato de experiência da trabalhadora. “Ajuda do governo quase não tem não. A terra não tá no nosso nome, por isso não tem financiamento no banco. Até já tentamos, mas não deu não. Só tem lá aposentadoria pros mais velhos”

⁵¹ Entrevista com Maria Izabel, em Guaxupé (MG). Junho 2014.

Trata-se da política do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sobre políticas de transferência de renda, ela reconhece ser beneficiária do Bolsa-Família, embora assim não o reconheça: “Tem abono pra menina, é pouco mais ajuda (Fátima)”.

A migração rural temporária, ou sazonal tem sido parte integrante da história cultural da movimentação de pessoas no território brasileiro e, hoje, se constitui em uma das fortes expressões das desigualdades no campo. Sob o enfoque do estudo das políticas sociais, é justo desejar que o direito à liberdade de movimentação das pessoas no território não se dissocie do direito à oportunidade de mudar de vida.

As desigualdades regionais indicariam em grande parte, então, a racionalidade da movimentação de homens e mulheres na direção das regiões de economias mais dinâmicas, ainda utilizadoras intensivas de mão de obra, neste caso a lavoura de café do sul de Minas.

O mercado de trabalho urbano tornou-se mais exigente e por isso muito mais seletivo. O migrante tem consciência disso porque está convivendo com pessoas do seu círculo de relações e de suas redes de contato que viveram experiências de retorno, que perderam empregos ou estão subempregadas. Ele está ciente que, progressivamente, aumentam-se exigências educacionais, capacitação especialização, condicionalidades que excluem a grande maioria da população migrante da possibilidade de sonhar com um bom emprego urbano. Resta-lhe fazer aquilo que já sabe fazer ou pode aprender com facilidade. Sobram-lhe as ocupações de menor exigência, dentre outros, o trabalho rural que conhecem.

Sobre a dificuldade de inserção do migrante rural na sociedade urbana atual apoiamo-nos na afirmação de Brito (2009, p. 18):

Além do mais, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Consequentemente, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural.

Há, no entanto, um componente cultural, associado à decisão de migrar, que a explicaria para além de uma racionalidade estritamente econômica. Se a movimentação destas pessoas é a possibilidade individual de enfrentamento das adversidades locais, agudizadas pela modernização trágica do meio tradicional em que vivem, há uma predisposição nas suas histórias cotidianas e redes informais de apoio que possibilitam o exercício desta opção. Nas histórias de vida delas redundam experiências familiares, de

peças conhecidas e de convívio que já migraram para as mais diversas regiões do país, servindo assim de referência e apoio, viabilizando, ao menos nas fases iniciais da mudança a inserção do migrante no novo território. Mais que econômico, a migração é um processo social enraizado na tradição cultural brasileira (DURHAM, 1984; BRITO, 2006, 2009).

As migrações temporárias não devem ser vistas como uma simples imposição das circunstâncias. Corrobora com esse argumento, Santos Júnior (2014, p. 21):

Vistos como uma forma de maximizar as oportunidades ocupacionais, esses deslocamentos não são aleatórios nem reflexos de uma ação irrefletida em razão da precária condição de vida na região de origem. Portanto, tais deslocamentos não se resumem a um simples ‘desenraizamento’ físico e social, embora esse traço seja o mais saliente. (...) eles se sustentam em diferentes estratégias de reprodução social, seja para manter-se na condição de assalariado ou como forma de auxiliar outra atividade considerada prioritária. Uma vez que ele se nutre em diferentes ambientes de trabalho, a experiência advinda com a migração também acarreta formas distintas de representação identitária com reflexos no cotidiano. (...) o fluxo de pessoas é também o fluxo de informações e de elementos simbólicos que lhes permitem o processo inverso, de manutenção do modo de vida próprio a essas populações.

A predisposição à migração e a rede de apoio primário que a mudança exige está explícito no discurso dos dois migrantes e na empregadora que os recebem. “Meu pai e minha mãe faz dez anos que eles estão vindo. Foi ele que arrumou serviço pra nós”. (Fátima). “Tenho oito irmãos, cada um num lugar. Tem dois no Ceará, uma em Brasília, três em São Paulo, uma não sei onde anda agora mais e outra casada que fica na nossa terra mesmo. “Já faz uns dez anos que venho para cá fazer a panha do café” (Cícero). E também aparece na fala da empregadora: “Esses vêm de fora, do Norte de Minas. Têm sido os mesmos todos os anos. Já conhecemos as pessoas e criamos uma relação de confiança; um vem do oeste do Paraná todos os anos, já faz mais de 10 anos que ele vem, cada ano ele vem de algum lugar diferente, já veio de Rondônia, Pará (gosta de trabalhar em construção de usina e da colheita do café)” (Maria Izabel)⁵².

A rede de apoio que esses trabalhadores e trabalhadoras dispõem serve de orientação e ajuste à nova vida que buscam, como também mantém os laços culturais com suas origens, permitindo desta forma, não sem tensões, conflitos e ambiguidades, que o enraizamento em outra cultura não constitua o completo desenraizamento das suas origens.

⁵² Entrevista com Maria Izabel, em Guaxupé (MG). Junho 2014

Ou passe a fazer parte da nova cultura, rompendo os laços com a região de origem. É o que descreve Roseli: “Nem tenho muita lembrança do Paraná”.

A migração de trabalhadoras das regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha para trabalhos de natureza sazonal nas lavouras de café do Sul de Minas Gerais têm impulso a partir dos anos oitenta e pode ser mais bem compreendida levando-se em consideração as grandes transformações ocorridas na base de produção destes territórios. A modernização da agricultura nas regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, com a implantação de grandes projetos agropecuários com fins de exportação e produção de energia, contribuiu para inviabilizar grande parte de precarizados pequenos agricultores locais que passaram a vender sua força de trabalho em outras regiões rurais do país. Embora a migração faça parte da tradição social e cultural destas regiões, historicamente seus moradores foram impelidos a migrar pela inviabilização econômica de suas pequenas propriedades e atormentados por secas recorrentes, o fato, aparentemente novo, é o aumento do fluxo migratório de mulheres.

5.3 A migração das mulheres

A crescente migração feminina para os trabalhos na lavoura de café faz parte do processo social mais amplo que é o de aumento da participação da mulher rural no mercado de trabalho remunerado e de sucessivas transformações no setor agropecuário brasileiro.

Sassen, em um estudo sobre geografias da globalização, assim compreende o sentido da migração:

[...] para analisar a inserção diferenciada por gênero no setor agropecuário, bem como o movimento de pessoas entre atividades, regiões e países, o lugar privilegiado parece ser o nexos, a conexão entre a agricultura e a pecuária capitalizadas e a agricultura familiar, as regiões rurais e as cidades (2003, p. 20).

O protagonismo destas mulheres pode ainda sugerir uma inserção de gênero mais igualitária de emprego no campo, considerando seus rendimentos e condições de trabalho. A migração temporária também parece expor uma tentativa de superação destas mulheres da condição de trabalhadoras sem renda alguma e daquelas que se ocupam da produção para o autoconsumo, responsáveis pela reprodução biológica e social das suas famílias (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 70). Esse trabalho tem se reiterado invisível, mesmo nas estatísticas oficiais. A observação corrente sugere que estas trabalhadoras rurais, juntamente com as

domésticas, vivenciam a polarização com outras trabalhadoras de alta qualificação, como engenheiras, médicas, advogadas, procuradoras, juízas, professoras universitárias, pesquisadoras, dentre outras, conferindo fortes discrepâncias no mercado de trabalho das mulheres no Brasil.

Também reforça esta posição, Lombardi, ao analisar a ocupação das mulheres no setor agropecuário brasileiro no período 1993-2006.

[...] entendemos que uma melhor compreensão da ocupação masculina e feminina no setor agropecuário poderá vir de uma análise que considere a dinâmica econômica de uma determinada região ou zona rural, bem como sua relação com as zonas urbanas nacionais e internacionais e a movimentação de pessoas que essas intersecções ensejam (2009, p.156).

Para Melo & Di Sabbato (2009), os estudos de gênero constituem um campo privilegiado para a apreensão das desigualdades econômicas e sociais de homens e de mulheres no meio rural brasileiro. Estes autores argumentam:

O campo de estudos de gênero desenvolve-se no Brasil desde o início dos anos 1980 como consequência do fortalecimento do movimento feminista nacional. A referência analítica para este conceito é a construção histórica e social do feminino e do masculino para as relações sociais entre os sexos, vividas na sociedade com forte assimetria. Uma das novidades dos últimos quarenta anos, nos quais recrudescer a segunda onda feminista do século 20, foi o avanço da produção científica e acadêmica feminista no mundo e a emergência de novos fundamentos teóricos para interpretar a histórica discriminação das mulheres. A perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade (MELO; DI SABBATO, 2003, p. 3).

Como este estudo evidencia, assiste-se ao crescente aumento da migração sazonal feminina, chegando esta a equiparar-se, em alguns casos, à força de trabalho masculino nos trabalhos de safra, na colheita do café. Para apreender suas causalidades e consequências, a análise numa perspectiva de gênero parece ser uma ferramenta adequada de estudo e apreensão desta realidade. Ao que parece, as desigualdades de gênero ainda estão fortemente presentes na organização social e econômica destas regiões rurais.

O conceito de gênero aqui adotado deve ser entendido como a construção social das relações entre os sexos, expressos em assimetrias de poder, liberdade e autonomia, para muito além das diferenças biológicas, tão acentuadamente marcadas no meio rural. Para Scott, gênero é a expressão usada pelas feministas nos últimos 40 anos “para referir-se à organização social da relação entre os sexos” (1995, p. 2).

Para além da construção social das diferenças sexuais entre homens e mulheres uma outra importante dimensão do conceito de gênero diz respeito à diferenciação

de poder que se constrói historicamente entre o masculino e o feminino; ou melhor dizendo, entre as masculinidades e as feminilidades. Em diferentes sociedades, algo sempre recorrente, é que as atividades e as representações associadas as masculinidades são sempre mais valorizadas.

Outra consequência analítica deste conceito é o entendimento da necessária transversalidade que atravessa o conceito. Trabalhar com o conceito de gênero significa estar atento também para diferentes formas de opressão (como a raça, a etnia, a classe social, o gênero e a orientação sexual). Nesse sentido, a noção de interseccionalidade deve estar presente para entendermos os diferentes sujeitos na pluralidade de suas relações.

A perspectiva de gênero indica a abordagem mais apropriada para apreensão das relações entre homens e mulheres no trabalho rural, reconhecidamente um espaço marcadamente masculino em que os trabalhos mais valorizados têm maior visibilidade econômica e social, obscurecendo as incontáveis tarefas, das mais simples às mais complexas, historicamente desempenhadas pelas mulheres.

A inserção no mundo do trabalho e a movimentação feminina diferem da masculina, no Brasil, como apontam em diferentes trabalhos (LOMBARDI, 2009; BRUMER, 2004). A primeira autora constata, analisando dados do IBGE 1993-2006, que há “maior migração das jovens para as cidades à procura de estudo e trabalho, particularmente como empregadas domésticas”. A segunda autora, estudando a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul, também detecta uma “seletividade de gênero no processo migratório entre agricultores familiares” em favor da maior mobilidade das jovens a caminho, também, das cidades em busca de maior autonomia e oportunidades.

Em nosso estudo, a migração das mulheres parece atender a fins mais modestos ainda. Hoje quase na mesma quantidade que os homens, estas mulheres migram para poder sobreviver onde já vivem. Não são apenas jovens, são de todas as idades, muitas já assumiram responsabilidades com filhos e pertencem a diversos arranjos familiares. Algumas possuem um pedaço de terra, o que não tem garantido suas necessidades de sobrevivência por todo o ano. Todas migram para voltar, para poderem se viabilizar onde vivem. Para elas, a migração temporária constitui a esperança de sobrevivência em melhores condições nos seus territórios de origem.

A acentuada movimentação de mulheres neste processo pode indicar que novos papéis têm-lhes sido atribuídos e impostos. Deseja-se saber se isso lhes confere mais

autonomia ou se, sob uma aparente “in-divisão” social do trabalho, o que persiste é uma conhecida divisão sexual do trabalho.

As políticas públicas do Estado brasileiro com viés de gênero implementadas fazem parte do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008; 2013) com propósito de gerar autonomia e inserção econômica social, político e cultural, como no banimento dos preconceitos de gênero, racial, étnico, homofóbicos, lesbofóbicos, geracionais, de classe, e contra as pessoas com deficiência, utilizando como estratégia a individualização de direitos, contrariando assim a tradição familista⁵³, que sempre caracterizou a ação do Estado brasileiro (BRASIL, 2013). Busca-se com isso a inserção igualitária da mulher, na família, na economia e na sociedade. A simples aceitação pelos agentes públicos dos princípios gerais da necessidade de igualdade entre homens e mulheres pode ser um ganho político e cultural em qualquer parte do mundo, mas sobretudo numa sociedade patriarcal como a brasileira, isto é insuficiente. São necessários conhecimentos específicos e mais elaborados sobre as teorias de gênero e avaliação das experiências já existentes para que os mais variados gestores públicos, individual ou coletivamente, sejam capazes de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais que promovam efetivamente a igualdade entre homens e mulheres em toda vida social. Em nossa sociedade, já é possível detectar um forte desejo de transversalização do princípio de igualdade dos temas de gênero nas políticas públicas, ainda que isto não tenha sido suficiente para transformação da vida cotidiana destas mulheres, sobretudo no campo, como detectado neste estudo.

As interseções de gênero, raça/etnia e classe produzem os dominados ao mesmo tempo em que geram as suas formas de resistência em relações sempre conflituosas, múltiplas, diferentes, instáveis, aparentemente ambíguas. Mesmo se referindo à patroa como muito boa, “direita”, os trabalhadores conferem com os colegas de outras fazendas o preço

⁵³Familismo: Responsabilização da família pela cobertura dos riscos sociais e o princípio da subsidiariedade na proteção social propiciada pelo Estado, cuja intervenção se dá apenas quando essas famílias encontram-se em situação vulnerável e não mais estão aptas a suprir suas necessidades e as de seus membros. Confere maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivada pelas políticas públicas ou pela ausência destas na cobertura de serviços de apoio a família. Para Esping-Andersen (1991), o Estado de Bem-Estar Social moderno orientou-se pelo familismo, considerando a reduzida oferta de serviços à família e a predominância de programas e benefícios de transferência de renda, o que pressupunha que, em recebendo o benefício, cabia às famílias, em especial às mulheres, realizar os serviços de assistência e cuidados aos membros familiares dependentes.

que estes estão recebendo pelo trabalho, para terem certeza de que não estão sendo ludibriados. Isto se torna aparente no depoimento seguinte:

“O preço é mais ou menos a mesma coisa nas fazendas”. Nós conhecemos muita gente que vai pra diversas fazendas então a gente fica sabendo do preço que tá correndo, a gente liga no fim do dia pelo celular pros conhecidos e fica sabendo. Muitos mudam de lugar pra ganhar mais, nos somos registrados, então fica difícil ficar trocando de patrão. E isso não resolve muito, a gente acaba ficando com a fama ruim e depois não arruma mais serviço (Fátima).

E em relação ao marido, na seguinte situação: “Ele me ajuda em casa, só não cozinha direito o resto faz de tudo. Ponho ele pra trabalhar, comigo não dou moleza pra homem não. Às vezes, no domingo de folga, é que ele gosta de beber uma cervejinha, que eu não ligo muito”

Aparentemente, por ter a liberdade de migrar e trabalhar obtendo renda, as mulheres casadas migrantes suprimiriam a condição de dependência econômica dos seus maridos. No entanto, as condições de gênero são produções sociais, representações culturais muito além das diferenças biológicas entre os sexos. O fato de obterem renda monetária confere-lhe algum poder na gestão da casa e na família, sem que isso, de forma direta, se reverta em autonomia e igualdade de gênero, antes pode significar um aumento da responsabilidade provedora dos filhos e da economia familiar. “[...] o que eu ganho é separado dele, ele ganha o dele. Tem dia que eu ganho mais que ele. No fim é tudo nosso. Eu ajudo ele” (Fátima). O discurso dela mesmo revela: “eu ajudo ele” e em seguida informa que ganha até mais que o marido. Pelo menos, o discurso de submissão persiste. O que isto induz a crer é que em vez de maior autonomia a inserção feminina neste mercado de trabalho tem reproduzido as desigualdades de gênero com algum deslocamento das fronteiras entre eles.

O território de origem continua presente nas identidades/subjetividades destes trabalhadores. Nas suas falas é recorrente referências às “coisas de lá, lugar da gente”, alimentação, hábitos, lazer, crenças, festas religiosas em contraponto com “as coisas daqui”. Seus lugares estão sempre representados nas suas falas. Há a ambiguidade da volta e do ter que viver aqui. “O povo daqui é muito seco, tem uns que olha torto pra gente, alguns não mistura com a gente não” (Fátima). Para alguns, o processo de assimilação cultural é mais flexível, ocorre uma espécie de desenraizamento imposto pela migração, enquanto para outros a ligação, mesmo que simbólica, com a terra de origem é mais intensa e a resistência e recusa de novos modos de vida mais frequentes. Com o passar do tempo, a cooptação e

adesão aos modos de vida de consumo podem solapar esta resistência/aceitação. “Minha vontade é vir morar direto por estas bandas”. Estou vendo se pego um pedaço de café a meia [parceria] pra poder tocar nas tarde e no sábado e domingo. Aí quando chegar a colheita a gente consegue juntar um pouco a mais, sem atrapalhar o serviço diário, (Cícero).

Além da condição atual, o corpo denuncia a trajetória (BOURDIEU, 2009). As representações que se fazem dos migrantes e de seus lugares: “comedores de farinha”, “neguinha do norte”, “mineiro”, “baiano”, “peão”, “forasteiro” são criações novas para eles, porque assim nunca foram nomeados lá onde viviam. Tornaram-se isso, metamorfosearam suas identidades na presença do “outro” (SILVA, 1999).

À mulher migrante, o confinamento ao espaço da casa e ao homem a possibilidade da rua, ainda que no domingo. Ou seja: a regra se repete. “Ora, bar é lugar dos homens, mulher direita não frequenta não” (Cícero). Ela não discorda disso, mas frequenta o barzinho: “a gente vai para uma cervejinha, quando pode, acompanhada com o marido e amigos”, diz Fátima, emendando a conversa de Cícero).

A sobreposição do trabalho no campo com os trabalhos da casa, cozinhar, lavar roupa, limpar a casa desencadeia a colaboração, “da ajuda” do marido (“Não dou moleza pra homem não” – Fátima). Os cuidados com a filha, enquanto trabalha na roça e a criança não está na escola, são transferidos para a colega que é paga para isso, sem poder contar com escola de tempo integral ou creche (nem faz menção a possível existência deste tipo de instituição como direito social das famílias). Sobre acesso a esses direitos sociais, Costa (2002, p. 20) afirma:

[...] padrões de domesticidade reafirmam a casa como o lugar, por excelência, das práticas protecionistas, dispensando ou retardando a montagem dos sistemas públicos de proteção social. Relações entre as mulheres mantidas na administração da casa e as que asseguram sua saída para as atividades fora do espaço doméstico estabelecerão desigualdades nos acessos a direitos sociais.

A assunção da responsabilidade da casa está tão interiorizada que Fátima considera a ajuda de Cícero um ato de boa conduta sua. Ela trabalha no cafezal de igual para igual todos os dias, e a pouca ajuda que ele dá nos trabalhos da casa são interpretados por ela como boa qualidade extra do marido, sem conflito externalizado. Contudo, pode tudo ser uma ritualização de pouca correspondência com os fatos. “Quem põem ordem nesta família é Fátima, o Cícero é muito trabalhador, mas quem controla as coisas é ela.” diz Ceará, o pai

dela. Cícero também concorda: “Não faço negócio nenhum sem falar com minha mulher, não”.

A migração feminina monetarizou a economia da família: em casa agora não se pode mais fazer o pão, quitutes (quitandas, aqui no Sul de Minas), doces, tudo agora é mediado pelo dinheiro. Perderam o saber da indústria doméstica, perderam seus meios de subsistência como a horta, a criação de pequenos animais, as frutas. Tudo tem que ser comprado. A moradia provisória que habitam contribui para isso, por não possuir os recursos (fornos caseiros, hortas domésticas, etc.) que têm em suas regiões de origem. No fundo, a questão central é a transformação do tempo do migrante no tempo linear da produção. Não é mais o tempo da reprodução da vida, mas o tempo da reprodução da mercadoria. Da única mercadoria de que dispõem estes trabalhadores e trabalhadoras: sua força de trabalho.

Na família em que o casal migra junto, o homem deixa de ser o único provedor, uma vez que a mulher e o marido trabalham para o sustento da família como um todo. A perda desta condição, entretanto, não retira o poder do homem. As relações de gênero enquanto assimétricas continuam existindo. A mulher incorpora a dupla jornada de trabalho, os cuidados com a filha e, muitas vezes, entrega o seu pagamento para ele administrar. “Eu ajudo ele” (Nair)⁵⁴. E quando chegam em casa do trabalho “Mariano esburracha no sofá e não é capaz de fazer nada, porque diz que está cansado”

Os migrantes desejam uma educação melhor da que tiveram para seus filhos, que eles interpretam como um testemunho de que as dificuldades que enfrentam em parte podem ser atribuídas a pouca escolaridade que possuem. Tem algum arrependimento por não ter estudado mais. “Estudei até oitava série, me arrependo porque podia procurar um serviço melhor, pra ganhar mais, menos pesado, se tivesse mais estudo, mas quando a gente é moça não tem muito juízo não, pensa só se divertir, correr atrás de namorado e eu logo acabei casando, pai apressa pra se ver livre e fica com medo da gente fazer besteira (Fátima)⁵⁵.

Querem reverter esta situação com os filhos, embora haja poucas condições substantivas para isso: as crianças vivem entre uma escola e outra dentro de um mesmo ano.

⁵⁴ Nair e Mariano, marido e mulher, do Norte de Minas. Entrevista, em Cabo Verde (MG) Maio 2014.1

⁵⁵ Entrevista com Fátima, em Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia (MG). Maio de 2014.

É comum a troca de escola da criança no mês de setembro, quando o casal volta a sua terra. Mas acreditando nisso, leva a filha na escola todo dia! (Luisa)⁵⁶.

O lazer é secundário na vida da migrante. Seu tempo é compreendido como tempo de trabalho. Aos homens é permitido o bar, muitas vezes local de violência contra seus próprios pares, em decorrência de bebedeiras e discussões banais. As mulheres têm dupla jornada; a elas os bares não são recomendados. “Mulher direita não vai em bar não, ainda mais desacompanhada” (Cícero).

Os trabalhos que estas mulheres executam na lavoura de café não se constituem uma força secundária no mercado de trabalho. “Tem dia que eu tiro mais e ganho mais que ele (Fátima)⁵⁷. “Todos trabalhadores [...] são registrados, são oito mulheres e doze homens” (Maria Izabel). Ainda assim, a suposição de que o trabalho feminino no campo complementa o masculino tem servido para estruturar e reproduzir as diferenças entre homens e mulheres na vida e no mercado de trabalho rural.

Deve-se supor com isso maior liberdade e autonomia na vida destas mulheres, propiciadas por suas escolhas e pela inserção econômica no mercado de trabalho. No entanto, a participação em condições precárias em trabalhos de natureza sazonal, tão provisório, e distante das suas regiões de origem, tem contribuição limitada na melhoria mais duradoura das condições de vida e posição de gênero destas mulheres. De forma mais saliente, trata-se, em muitas das vezes, de mais uma estratégia extremada de sobrevivência.

Pode-se, então, afirmar que as relações construídas entre os sexos e os lugares de homens e de mulheres no trabalho rural com a lavoura de café se transformaram, nos últimos tempos, às vezes mais, às vezes menos que uma observação superficial pode sugerir. Ainda que não se possa negar a crescente presença e protagonismo de mulheres neste mercado de trabalho e que os rendimentos por elas auferidos devem ser fundamentais para manutenção, reprodução das famílias e superação da pobreza, o que mais tem ocorrido são indícios de “deslocamentos de fronteiras da desigualdade entre homens e mulheres” e que os territórios rurais continuam, predominantemente androcêntricos. Em nosso tempo, é bem provável que as habilidades e características diferentes, próprias de homens e de mulheres no trabalho

⁵⁶ Luisa e o marido Adriano são do Ceará. Entrevista, em Cabo Verde (MG). Maio de 2014.

⁵⁷ Entrevista com Fátima, em Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia (MG). Maio de 2014.

rural, ainda têm se transformado, de forma similar ao trabalho urbano, em fundamentos para a permanência da desigualdade entre eles.

5.4 Viúvas, cafezais e família: donas de terras e de seus destinos

Procura-se, nesta seção, construir um retrato de três mulheres que vivenciaram a história comum de enfrentar a viuvez muito cedo em suas vidas e ordenaram seus destinos nas lidas da lavoura de café na pequena propriedade cafeeira. Todas as três mulheres são migrantes de segunda geração, seus pais se instalaram no Município de Guaranésia, vindos de outras regiões do país e de Minas Gerais. Herdaram e adquiriram bens, legaram patrimônio, conquistaram prestígio e exerceram influência nas comunidades em que viveram. Para isso, enfrentaram e conviveram com uma ordem patriarcal ainda hostil às vivências femininas de trabalhadoras/proprietárias no meio rural do Sul/Sudoeste de Minas Gerais em tempos bem recentes.

Em uma primeira análise, o acesso à propriedade por estas mulheres - ainda que à pequena propriedade - constitui um fator fundamental para a superação da condição de submissão à dominação masculina, todavia, a nosso ver, insuficiente para abarcar as possibilidades do tema. Interessa-nos rever e enunciar as vivências e estratégias que estas mulheres utilizaram para superar/conviver com as discriminações num mundo rural da lavoura de café, a rigor, ainda estruturado em valores acentuadamente masculinos. Busca-se compreender que práticas em suas vidas permitiram-lhes participar com relativa autonomia e protagonismo no mundo do trabalho com a terra e os negócios do café, conferindo-lhes o poder de conduzir seus destinos e orientar as suas famílias, conforme seus valores e crenças.

Sem que se ceda à tentação de heroicizá-las ou martirizá-las, este texto evidencia, como muitos trabalhos com enfoque de gênero produzidos nos últimos tempos, que as mulheres participam da vida econômica e social, com diferentes nuances e protagonismos, em diferença a interpretações estruturais homogeneizantes que podem negar a pluralidade desse real, relegando-o ao campo do invisível. Não se encontra nestas mulheres as personagens secundarizadas e sem rosto de historiografia outrora predominante.

Seguindo Almeida (2011, p. 27): “O pesquisador [deve] pensar o gênero como um idioma que precisa ser lido e interpretado nos contextos onde emerge (...) leituras que remetam às experiências sociais em seus distintos contextos de produção”.

Analisa-se a trajetórias de vidas de três mulheres viúvas, agricultoras e produtoras de café em propriedades de agricultura familiar no município de Guaranésia, sudoeste de Minas Gerais, no período 1970-2005. Como estratégia metodológica, nesta parte do estudo, utilizou-se o estudo de caso, com recurso da história oral, análise de documentos e observação direta. Dois relatos foram obtidos diretamente com as produtoras que puderam e aceitaram ser entrevistadas e um estudo foi obtido com familiares, dois filhos e um neto, e dois trabalhadores que conviveram com a agricultora, já falecida. Na tentativa de apreensão de processos culturais ainda vivos, foram realizadas observações diretas regulares nas propriedades de duas entrevistadas que consistiram em frequentes aproximações da vida diária das famílias e dos trabalhadores na lida com o café. As análises e interpretações de suas narrativas indicam vivências reais e imaginárias, imbricadas numa teia complexa de crenças e valores carregados de significados que dificilmente poderiam ser explorados em um enfoque apenas quantitativo. Privilegia-se com isso, a conexão entre suas histórias particulares de agricultoras familiares e a estrutura geral de comunidades rurais ordenadas em torno de uma cultura de exportação com forte conexão com o mercado (SOUZA, 2012; LOPES, 2012). Ainda foram analisados registros de controle da lavoura cafeeira, principal atividade econômica das proprietárias. É o que se deseja demonstrar a seguir.

5.5 Viuvez: compulsoriedade, oportunidade e desafio para atuação no espaço público

O florescimento de uma história social da família e da mulher, sobretudo a partir dos anos 70, evidencia o protagonismo de mulheres na condução dos negócios da terra no Brasil desde o Século XVII (SAMARA, 1991, 2006; LEWKOWICZ, 2006; MELO et MARQUES, 2001; SOUZA, 2011). Os estudos têm indicado que os papéis femininos são tantos quantos forem as condições e exigências do cotidiano. No caso deste estudo, o tornar-se viúva parece abrir espaço para o exercício de uma vivência de desafio e obrigação, mas também de oportunidade.

Em uma sociedade onde “a chefia dos domicílios por mulheres apresentava-se como algo não incomum, e o trabalho fazia parte da maioria, talvez a viuvez não as lançasse em situações catastróficas” (LEWKOWICZ, 2006, p. 292). Esta parece ser a condição criada com a viuvez das três mulheres abordadas neste estudo. Elas tornaram-se viúvas nos fins da

década de 60, todas com menos de 40 anos de idade. Dona Maria e Dona Nenê com quatro filhos crianças e adolescentes, Dona Beatriz com 5 filhos entre 2 e 10 anos de idade e um com 21 anos. Herdaram, cada uma delas, uma pequena propriedade rural e assumiram os negócios até então comandados por seus maridos, sob a desconfiança dos vizinhos e parentes. Dona Beatriz conta que no velório do marido ouviu, por via indireta de um compadre seu, que aquele sítio agora viraria um *furnaú*⁵⁸. Segundo ela o comentário atingiu-lhe profundamente, mas serviu para lhe aguçar o ânimo em vez de esmorecê-lo. “Eu sabia mexer com a terra e com a lavoura de café, já fazia isso junto com meu marido”.

Dona Nenê conta que a sugestão que mais ouviu à época foi a de vender o sítio e mudar para a cidade. Contrariando a todos, optou por ficar porque tinha confiança que o “trabalho no campo iria permitir estudar os filhos pequenos, que era meu maior sonho”.

Dona Maria herdou uma propriedade um pouco maior, uma fazenda nos conceitos da região. Ela estava acostumada e gostava muito da lida na fazenda, contudo as dificuldades eram imensas: “nós éramos pequenos, pouco ajudava, o pai deixou um pouco de dívida, as lavouras de café estavam velhas, precisavam ser renovadas e o gado de leite foi o que deu condição de tocar o negócio” (Flávio, filho da proprietária)⁵⁹.

Seus relatos atestam que mesmo antes de se tornarem viúvas, estas mulheres gerenciavam com seus maridos as propriedades e por isso se sentiam desafiadas em dar continuidade aos negócios, em detrimento de todas as dificuldades que viriam a enfrentar. A viuvez parece, portanto, apresentar-se a elas como uma oportunidade para assumirem de fato os negócios da família que conheciam bem, ao que tudo indica. Em vida de seus maridos, seus protagonismos visíveis estavam confinados à vida privada, ainda que exercessem papel preponderante junto a eles nas propriedades. O contato dos maridos com o mundo público confinava seus papéis femininos a casa e ao interior das propriedades. Um protagonismo mantido “em zonas mudas” (PERROT, 2005, p. 9). D. Beatriz foi taxativa: “O Antônio (seu

⁵⁸ Palavra não dicionarizada em Português que significa na região bagunça generalizada, onde ninguém manda e ninguém obedece.

⁵⁹ Flávio, neto de D Maria.

marido) gostava mesmo é de por o pé na estrada. Eu já tinha que assumir muita coisa sozinha”.

O cotidiano dessas mulheres indica que a assunção dos negócios da família se fez sob condição adversa e insegura. O desafio de sozinhas criar e estudar tantos filhos pequenos, desafiar a desconfiança de familiares e vizinhos, fazer a lavoura produzir, gerenciar os seus trabalhos e de terceiros, negociar café, administrar créditos e débitos, produzir alimentos na propriedade familiar se apresentam de forma compulsória para elas. “Eu não tinha estudo, largar o que sabia fazer na roça para arrumar um emprego na cidade não era solução, o que eu tinha a obrigação de fazer naquela situação era continuar com o sítio” (Dona Beatriz). “Nem cogitei de largar a roça, tinha que enfrentar e pronto, era o destino que Deus me reservou” (Dona Nenê). “A mãe não podia largar a roça, era tudo que ela gostava e sabia fazer” (Antônio, filho de Dona Maria).

Pesava também para a condição de mãe a determinação legal instaurada com a morte do marido: a lei a nomeava chefe do domicílio e tutora dos filhos menores. Terem herdado terras pode sugerir uma condição favorável no enfrentamento dos desafios impostos a estas mulheres. Proposição que é contestada por Dona Nenê e Dona Beatriz e pelos filhos de Dona Maria. Todos fazem questão de atribuir as conquistas alcançadas por elas ao contínuo sobre-esforço no trabalho com a terra e a lavoura de café, forte dedicação à família, resiliência e vida simples.

O tratamento de “Dona” antes dos nomes destas mulheres não tem aqui a acepção de “mulher nobre” encontrado no mundo português. Designa antes personagens femininas que conseguiram reconhecimento e respeito nas suas comunidades e famílias pelos seus modos de vida tidos como exemplares. “Assim são tratadas por concentrarem poder e exercerem papéis de comando tanto no mundo de negócios como na direção da família.” (CAMPOS, 2000, p. 42). No Brasil, dona também é tratamento que designa mulheres brancas e ricas que não é o caso deste estudo.

5.6 Vivências femininas: terras, cafezais e família

Sob a desconfiança de vizinhos e parentes, a transição dos negócios da propriedade herdada para o controle destas mulheres não se dá sem sobressaltos embora já participassem deles em vidas dos seus maridos. Havia, com frequência, resistência de algum camarada⁶⁰ que parecia se incomodar com a nova orientação feminina dos trabalhos; a desconfiança e uma garantia a mais nos financiamentos dos bancos, críticas veladas sobre decisões sobre a condução da propriedade das mais diversas pessoas. Dona Maria foi mais autoritária com os subordinados. “Embora tivesse um coração muito bom, todo mundo tinha medo dela”⁶¹ confessa um ex-trabalhador de suas terras. Vestia “umas calças e casaco pretos, sempre de botas de couro longas e diziam que andava armada”. O que é negado pelos dois filhos: “a mãe nunca andou armada, isto é um mito criado em torno dela” (Flávio). O neto também interpreta a avó, pelas histórias que ouviu em família: “Ela lidava com muito camarada, muito negócio, muita gente, então teve que assumir um papel de durona. Fazia isso para ser mais respeitada. Ela sabia que respeito é perigoso perder por qualquer descuido” (Rodrigo)⁶²

Dona Beatriz diz ter encontrado muitas dificuldades nesta fase. Não era casada legalmente com seu marido. Na morte dele, nada lhe coube de herança, o sítio, foi dividido entre os cinco filhos dela e mais quatro do casamento anterior de seu marido. Teve que adquirir as partes desses últimos em condições bem desfavoráveis, conta ela. “Tempo depois de negócio fechado, exigiram outro valor alegando que um vizinho pagaria mais que o estipulado. Depois de muita discussão, eu tive que pagar o que eles queriam a mais.” Alguns vizinhos não lhe deram sossego: abriam as cercas e soltavam gado na lavoura. “Tive que enfrentar... nunca fizeram um metro de cerca.”

A presença do trabalho feminino nas lavouras de cafés no Brasil foi uma constante na história desta atividade. No entanto, nem todas as fases dessa plantação demandam serviços que no meio rural são considerados adequados às mulheres. A operação com predomínio de mão de obra feminina é a colheita. Dona Beatriz e Dona Nenê, no entanto, participavam de todos eles, desde o preparo da terra até o preparo final do produto para

⁶⁰ Camarada é trabalhador rural, nesta região. Uso menos corriqueiro hoje em dia.

⁶¹ Nilton trabalhou, em sua juventude, em seu primeiro emprego, com D. Maria.

⁶² Rodrigo é neto de D. Maria

comercialização. “Não podia fraquejar, eu era a chefe da família, enfrentava e encabeçava todos os serviços, tinha que servir de exemplo” (Dona Beatriz). Com o passar dos anos, Dona Nenê se concentrou na gestão da propriedade porque o sítio cresceu bastante e “já não dava tempo de acompanhar os camaradas o dia inteiro na roça”. Dona Beatriz continuou gerenciando e trabalhando junto na roça até sua velhice. Por ter uma propriedade de porte maior, Dona Maria se ocupou mais da administração do que o trabalho direto na lavoura, mas achando sempre um tempo para a horta, o pomar de frutas, a criação dos porcos, das galinhas.

Para estas pessoas a terra não é apenas um objeto de trabalho, representa um valor ético, um modo de vida. É o local de produção da vida para estas famílias. Por isso, além da cultura comercial representada pelo café, cultivaram-se todos os alimentos possíveis para autoconsumo daqueles que trabalham a terra, deixando entrever um tempo de fartura recorrente nos seus relatos. “Não tem um dia do ano que, se você for no pomar, não vai achar uma fruta diferente para comer” (D. Beatriz)

Na condição de viúvas passaram a usar, na visão delas, roupas mais adequadas aos trabalhos no campo, mas sobretudo as que não denotassem nenhuma sensualidade. Foi preciso “desenvolver um coração de homem e uma têmpera varonil” para se imporem num meio rural propenso a encarar como natural apenas o trabalho feminino na casa e seus arredores. Optaram por não se casarem de novo, escolheram ser donas dos seus destinos também, disseram. Para vencerem num mundo comandado por homens tiveram que se comportar como se fossem eles.

Uma análise do desempenho das três propriedades indica alta eficiência agrônômica, econômica e social auferida por estas mulheres na condução dos seus negócios ao longo do tempo. Elas poderiam ser bem sucedidas com alguma colheita farta e injunções favoráveis de mercado em algum momento, mas não é essa a realidade que se apresentou. Trata-se de um trabalho constante de longo prazo, em que muita firmeza e continuidade nas decisões, crença no trabalho, eficiência e controle da produção foram decisivos para os resultados alcançados. Uma característica decisiva dos agricultores familiares é sua aversão ao risco (ABRAMOVAY, 1990). Suas decisões de investimentos são parcimoniosas, muitas vezes subutilizando sua capacidade produtiva, com objetivo explícito de se evitar riscos. Registros e controles da produção cafeeira, anotados por elas indicam isso. “Teve ano que eu consegui

plantar só 800 pés de café” (D. Beatriz) Dona Nenê e Dona Beatriz precisaram de 20 anos para incorporar todas as áreas produtivas disponíveis em seus sítios, contrariando sugestões de assistência técnica, disponibilidades de financiamento e não raro, a própria vontade. Por “segurança e responsabilidade”, não deram passos além das suas capacidades, deixam claro em seus relatos.

Elas conseguiram a sobrevivência e reprodução de suas famílias tendo como única fonte de renda a terra, duas delas adquiriram novas áreas vizinhas, incorporaram todas as áreas da propriedade à produção, melhorando sua qualidade. Orgulham-se de ter construído uma casa na cidade para cada um dos filhos e ter conseguido estudar todos eles, sem exceção, até a pós-graduação, com recursos retirados exclusivamente do trabalho com a terra. (D. Beatriz; D. Nenê). Os filhos de D. Maria não seguiram estudos (Flávio)

Parece decisivo para entender tal processo, além da competência gerencial destas mulheres, a participação ativa na comunidade local através de ações de capacitação técnica, extensão rural e cooperativismo permitindo uma inserção dos seus negócios de forma mais dinâmica no mercado. As três produtoras fizeram parte do quadro de associados desde o início das atividades da cooperativa de café da região. D. Nenê e D. Beatriz são cooperadas ativas até hoje.

As análises indicam que estas mulheres firmaram e endureceram seu caráter na precariedade e dureza do seu trabalho e circunstâncias, constituíram-se em sujeitos ativos e construtores de suas próprias histórias e de suas famílias. Em um ambiente rural, notadamente patriarcal e androcêntrico, receberam, adquiriram e ampliaram seus patrimônios, legaram bens, honraram a memória de seus maridos e são reconhecidas socialmente nas suas comunidades. Contrariando a história rural dominante de protagonismo masculino, Dona Maria do Paraíso, Dona Nenê e Dona Beatriz dão prova de que as relações entre homens e mulheres foram bem mais complexas que os estereótipos da condição feminina masculina costumam expressar, tanto ontem quanto hoje. Mulheres saem de casa, tomam conta de sua residência, maridos e filhos, de negócios, com a presença e ausência deles, estão contidas nas paredes de seu lar, também estão nas roças, nos cafezais, nas ruas, habitam espaços públicos e privados, demonstrando que a dominação masculina, mas também a de geração, classe, raça/etnia não se exercem de forma plena.

Na seção que se segue, procura-se delinear um retrato de três famílias que, constituídas muito cedo, vivenciaram a história comum de enfrentar a experiência do colonato em suas vidas e ordenaram seus destinos na centralidade do intenso e disciplinado trabalho da lavoura de café e na pequena propriedade cafeeira.

5.7 Três famílias entre a terra o trabalho e modos de vida

Sem esmaecer a visão geral, esta parte do estudo conduz o olhar para uma específica dinâmica social e produtiva de agricultores familiares, evidenciando sistemas de produção que, em nossa percepção, estão plenamente inseridos no mercado nacional e internacional, sem que isso signifique renúncia a formas tradicionais de produzir e viver. Pretende-se demonstrar que a escuta das vozes de agricultores entrevistados, observações em sua lidas diárias, evidências nos números levantados desvelam a hipótese de que na produção de café da região estudada, há permanências, resistências e inovações nas formas de produção em que subsistem a tradição e o moderno.

O trabalho nas plantações de café no sul de Minas Gerais é uma das ocupações mais longevas e ininterruptas da economia rural desta região do estado. Das muitas faces que a cafeicultura mineira expressa, a que tem se mantido mais persistente, é a de ser, por enquanto, a mais intensiva empregadora de trabalhadores no campo. Para viabilizar esta lavoura, durante sua longa trajetória, já se utilizou, intensamente, a mão de obra escrava, o trabalhador livre nacional, os colonos migrantes e os nacionais, parceiros, arrendatários, meeiros e o trabalhador assalariado. E nos últimos tempos, seguindo “a tendência geral da produção capitalista em todos os ramos produtivos”, os processos mecanizados na lavoura de café, ainda que parcialmente, têm tomado o lugar do “trabalho vivo”. O trabalho humano vai sendo substituído pela máquina, confirmando a previsão que fizera Marx para o trabalho industrial já em 1863, ainda que aqui, em ritmo mais lento e tardio que em outros processos produtivos (MARX, 1994).

Deve-se reconhecer que as profundas transformações capitalistas nos modos de produzir das últimas décadas estão entrelaçadas com a dinâmica atual da agricultura que se moderniza, racionalizando todas as etapas da produção, reconfigurando sua força de trabalho e parece, ainda, postular no contraponto urbano, um ideal civilizatório a ser atingido (VEIGA, 2007). Ainda que o capitalismo mais abrangente tenha chegado mais tardio ao

campo, ele continua seguindo inexorável sua trajetória, atinge todos os rincões do país com forças homogeneizadoras sobre a cultura rural, parecendo validar “a grande narrativa de dominação ocidental”, no dizer de Sahlins (1997, p. 15).

No entanto, longe de se tomar este território homogêneo e ordenado em um espaço único, uma análise mais acurada demonstra que do campo emergem diversos arranjos da produção, em diferentes condições ambientais, econômicas e sociais, validando e fortalecendo, em muitos casos, culturas locais, em vez de suprimi-las. Assume-se a recusa às explicações mecanicistas dos comportamentos dos sujeitos sociais (REVEL, 1998). É o que anima esta seção: tenta-se acompanhar a história de três famílias de trabalhadores de café que vivenciaram as experiências de colonos, trabalhadores assalariados, meeiros e proprietários. Foram estas ocupações que, ao longo de suas vidas, garantiram a reprodução social, a emancipação econômica e o reconhecimento destes sujeitos nas suas comunidades. Duas famílias, a de Pedro e Maria e a de Antônio e Eunice são migrantes de segunda geração, seus pais se instalaram na região de Guaranésia (MG) nos anos 70; a de José e Vera sempre viveram, pelo que conseguem lembrar, até a geração de seus bisavós, no bairro rural do Simãozinho, em Jacuí (MG).

Busca-se nos seus rastros, nas suas falas e com um pouco de convivência com estes sujeitos, alguma ordenação para esta trama. Que orientações e sentidos estes sujeitos imprimiram às suas vidas e de suas famílias que permitiram a superação de condições originais de existência tão precárias? Que estratégias estabeleceram e que desafios tiveram que enfrentar? Como se relacionaram com as políticas públicas que afetam suas atividades?

Deve-se reconhecer que esses “relatos de sucesso” constituem minorias, boa parte dos trabalhadores do café continua mesmo é vendendo sua força de trabalho no mercado com perspectivas de mera sobrevivência.

Porque a pesquisa foca em elementos do cotidiano, modos de vida, organização e funcionamento familiar, ética do trabalho e valores, relações de gênero na família e universo da cultura rural, utilizou-se da observação participante e histórias de vidas relatadas por membros das três famílias estudadas.

O estudo foi realizado no período de julho de 2012 a setembro de 2016, nos municípios de Jacuí e Guaranésia, ambos situados na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas

Gerais. Nesse período, foi possível observar, acompanhar e, muitas vezes, participar com os José, Antônio e Pedro em tarefas na lavoura de café, nos terreiros de secagem dos grãos, estruturas de benefício e armazenamento, discutir técnicas de produção e manejo dos cafezais, estender conversas informais nos finais de tarde ao fim de algum trabalho e ainda fazer parte de eventos comemorativos com as famílias. No envolvimento com estes pequenos produtores, tentamos nos aproximar do enunciado de Geertz (2008, p. 22) “[...] um antropólogo não estuda as aldeias, ele estuda nas aldeias”.

Com recorte bem delimitado - foram acompanhadas três famílias de agricultores-cafeicultores - a pesquisa procura identificar estratégias e desafios no trabalho, modos de organização familiar e de vidas, conflitos, crenças e valores que sustentam as hipóteses do poder descritivo e explicativo desses arranjos na emancipação econômica e social de alguns produtores e o “fracasso de outros tantos”, no dizer deles mesmo.

Ainda que o recorte escolhido constitua uma totalidade empiricamente delineada, muito restrita “[...] esta realidade arbitrária contém os elementos reconhecíveis como padrões, pode ser descrita, formalizada, constituindo um modelo mais geral. Aponta para uma lógica que transcende o contexto original, com poder descritivo e explicativo.” (MAGNANI, 2002, p. 15). Sem que isso constitua tentação que encaminhe para a busca de leis universais de caráter generalizante sobre este campo de estudos, como a epistemologia de uma ciência positiva. Assim também argumenta Mauss (2005, p. 395), “[...] um caso bem estudado tem a virtude de iluminar casos semelhantes”.

Em sequência, descrevem-se e interpretam-se os espaços, os feitos e os relatos de vida destes sujeitos, expondo suas idiossincrasias, buscando algumas possíveis conclusões.

5.8 A lavoura de café no Sul/Sudoeste de Minas: sobrevivência e reprodução social do produtor e da plantação

Não obstante o avanço da cafeicultura empresarial de maior escala no Brasil, em Minas Gerais, plantar café ainda é uma atividade de pequenos e médios produtores. Isto evidencia uma característica da produção de café: por demandar muita mão de obra, pode ser exercida com certa vantagem comparativa por produtores familiares. Na mão deles estão 41,42% da área plantada no Brasil e 37,5% da produção, o que demonstra que alcançam produtividade média semelhante aos demais produtores (IBGE, 2009). Nos municípios de

Guaranésia e Jacuí, municípios do estudo, a agricultura familiar na cafeicultura representa 85% dos produtores. Em município próximo, Nova Resende, os cafeicultores familiares representam 98% do total (IBGE, 2009). Contudo, a constatação destes números não deve esconder o conflito: Os produtores de café com estabelecimentos até 20 ha perfazem 83,29% do total em Minas e 83,06% no Brasil, no entanto, ocupam 31,42% das terras (IBGE, 2009).

Quando um produtor consegue comprar alguma terra, caso dos três cafeicultores deste estudo sentem-se de fato vitoriosos. As terras do café (e todas as outras) continuam concentradas nas mãos de poucas pessoas. “Eu e minha mulher herdamos 0,5 alqueire de terra, hoje temos 18” (José)⁶³ Eu comecei sem terra nenhuma e hoje nós temos 5 sítios, todos com café (Pedro).⁶⁴ Para eles, “a terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade” (MARX, 1986, p. 67).

O fato de a mão de obra ser muito relevante no custo de produção (40 a 70%) e os ganhos de escala com a mecanização serem reduzidos devem estar viabilizando a cafeicultura familiar e dando sobrevida a atividade cafeeira, sobretudo, nos momentos mais desfavoráveis do mercado (SOUZA, 2012). Os preços do café são balizados pela Bolsa de Nova York onde são negociados os contratos futuros com a presença dominante de fundos de investimentos especuladores – *players* financeiros globais – conferindo ao mercado de café a maior volatilidade de preços entre todas as outras commodities agrícolas. O que confere enorme preocupação e riscos de comercialização para os produtores.

Estas regiões são tradicionais no cultivo de café desde o século XIX. No entanto, a capacidade de renovação e a adoção de tecnologias mais modernas e sustentáveis que elas têm apresentado devem explicar, em parte, a longevidade da atividade cafeeira nestas áreas. O relevo acidentado dificulta a substituição da cultura do café por outras mais passíveis de mecanização, o que, em parte, pode também explicar a permanência da cultura nestas regiões. “Aqui só planta café, o resto é muito pouco, só mesmo pro gasto” (José). O custo de

⁶³ Entrevista, em abril 2014, no Bairro Simãozinho, município de Jacuí (MG). A partir deste ponto do texto será anotado apenas como José.

⁶⁴ Entrevista, em abril 2014, no sítio Coco Ralado, distrito de Santa Cruz da Prata, município de Guaranésia (MG). A partir deste ponto do texto será anotado apenas como Pedro.

oportunidade da terra é baixo – a possibilidade de uso da terra com outras culturas comerciais é restrita – acrescido do envolvimento cultural destes produtores com a lavoura de café, transmitido por gerações têm viabilizado a continuidade das plantações.

Algumas razões são frequentemente explicitadas para tentar explicar a sobrevivência da agricultura familiar: i) eficiência técnica de algumas produções familiares, como é o caso do café; ii) capilaridade e abrangência de políticas públicas mais recentes, principalmente as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); iii) flexibilidade e resistência dos produtores que permitem adaptações e acomodações tecnológico-econômicas; iv) resiliência da produção familiar para sobreviver com baixos retornos sobre capital e trabalho; v) capacidade de funcionamento por estratégias não monetárias (como para autoconsumo e não pagamento de salários, por exemplo); vi) envolvimento e comprometimento dos trabalhadores familiares nos trabalhos como participantes legítimos nas decisões e definidores de suas vidas; vii) os membros familiares podem subsidiar a atividade trabalhando fora dela na esperança de tempos melhores (que foi encontrado nas três famílias desta pesquisa) viii) residência na propriedade dos responsáveis pelo seu gerenciamento e monitoramento (GUANZIROLI et al., 2009; GRAZIANO DA SILVA, 1982; MARTINS, 2008; STOLCKE, 1986).

Muitas destas razões aparecem, espontânea e pedagogicamente, nas falas dos produtores:

A gente cuida bem das lavouras. Café tem que cuidar direito. Meu pai não cuidava direito. Isso ele não me ensinou, ensinou a trabalhar, mas ele não adubava, não pulverizava, não punha calcário, não podava, cuidava no sistema antigo. Nós fazemos tudo que precisa. Café tem que cuidar senão não dá nada. A gente gasta com ele e ele agradece e dá muito mais de volta. Pode demorar, mas dá. Aprendi isso na Fazenda do Nenzito e com os agrônomos da cooperativa (*a fazenda em que ele morou e a Cooperativa em que é associado*). Hoje tem doença que não tinha antigamente, tem mais praga, se cuidar no sistema antigo não produz. Tudo que nós temos, eu devo ao café (Pedro).

Nós sempre moramos aqui na roça mesmo. Meu pai também morou a vida inteira na roça. Além do café tem umas criações e a gente planta algumas coisinhas pro gasto. É pouco mais dá pro gasto. Tem galinha, vaca de leite, milho e feijão mandioca e sempre tem alguma verdura e fruta. A gente que cuida de tudo, eu a mulher, os dois meninos e um cunhado (José).

Eu e meu irmão fazemos Pronaf todo ano, a gente paga em dia pra poder pegar o dinheiro todo ano. Ajuda muito, o juro é barato e pode pagar com a colheita do

café. Melhorou muito depois disso. Antes a gente não pegava financiamento no banco. Era tudo por conta da gente, era mais difícil” (Antônio)⁶⁵.

O envolvimento com a atividade cafeeira nesta região tem sobrevivido às gerações destes agricultores. Faz parte do aparato cultural dos mais velhos que vão transmitindo aos mais jovens o conhecimento e o gosto pela atividade, mas com forte adesão às técnicas mais modernas de produção. Por se tratar de atividade de intensiva dinâmica de trabalho e técnicas que envolvem os produtores em todas épocas do ano com os plantios, tratos da lavoura, podas, adubações, colheita, comercialização, confere dinamismo à vida diária das pessoas envolvidas.

É uma atividade antiga (os primeiros plantios da região, segundo Souza (2012), datam de 1835), mas por estar fortemente integrada aos mercados, renova-se continuamente nas técnicas de produção, processos, máquinas, equipamentos, o que permite a atração e envolvimento dos filhos jovens destes produtores, geralmente de espírito mais inovador. Aparece de forma sintomática na fala de José: “Um filho forma já agora neste ano (Ensino Médio) e vai ajudar direto na lavoura, já combinamos isso, porque já temos muito café pra nós cuidar e ele não precisa procurar emprego fora” Se a decisão do pai - e também do filho - de interromper os estudos ao fim da Educação Básica indica menor ênfase na formação escolar que no trabalho, não deixa de indicar também, o espírito empreendedor destes personagens. Afinal, José tem 4 anos de estudo, a esposa tem 8 e o filho completará 11 anos de escolaridade. Não deixa de ser um avanço, na visão deles. A educação tem resultados demorados e incertos. É preciso reforçar a mão de obra familiar, e como num ritual de passagem, garantir a continuidade dos negócios com a terra e valores que a família carrega.

5.9 A vida estruturada sob a ética do trabalho familiar intenso

Nas observações seguidamente feitas e na fala dos entrevistados, a crença no sobre-esforço e no trabalho coletivo da família se repete seguidamente, sempre manifesta na vontade de progredir. Mas o que dizer das outras 19 famílias que moram até hoje na mesma propriedade em que Pedro morou e não conseguiram romper com a situação? Uma pesquisa

⁶⁵ Entrevista, em abril 2014, Sítio Lavrinha, município de Guaranésia (MG). A partir deste ponto do texto será anotado apenas como Antônio.

que lidasse apenas quantitativamente a questão captaria a situação de opressão desses trabalhadores, mas dificilmente daria relevo para a situação singular do progresso dos entrevistados. A macro história tem concluído: as relações capitalistas proletarizaram os trabalhadores rurais. Na microanálise: a percepção da realidade é mais complexa, consegue captar as contradições, os trabalhadores rurais assalariados podem, em condições específicas, se tornar pequenos agricultores familiares e viver outras condições de vida. Senão, como explicar a predominância e sobrevivência de pequenos e médios produtores de café no sistema fundiário desta região? Talvez a narrativa do entrevistado dê as pistas. Por visão macro, parece um milagre a descoberta oficial, razoavelmente recente deste universo de pequenos produtores, enquanto os indicativos são de uma existência antiga e persistente, diz a história de vida do produtor. Assinalo alguns excertos do discurso de Pedro que autorizam essa leitura:

Agora, o primeiro pé-de-meia que nós fizemos, foi quando os irmãos e eu pegamos uns café pra tocar a meia na fazenda. Aí nós trabalhamos muito. Não tinha tardinha, domingo e feriado, era muito serviço, tudo fora do horário da fazenda, e deu certo [...]

Se trabalhar firme e direitinho, igual nós trabalhamos, a gente consegue as coisas também. Nós estamos acostumados trabalhar de sol a sol. A gente sabe que sempre foi assim.

Se eu continuasse trabalhando só no salário, não tinha o que tenho hoje, porque aí trabalha menos, mas ganha menos.

Nós trabalhamos muito depois do horário de serviço [...]porque gosta de cuidar da lavoura e têm vontade de progredir...

O entrevistado tem um discurso que se repete na pessoa do plural, ele insiste que o seu progresso de vida se deu pela ação conjunta com seus familiares. Seu discurso raramente aparece na primeira pessoa. O foco é o nós e a gente. As referências à família ao trabalho intenso são constantes no texto. Apoiamo-nos, mais ainda, nesta fala do entrevistado:

Eu peço a Deus que dê saúde para nos continuarmos e para os filhos aumentar o pé de meia deles porque eles também gostam da roça.

A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça [...].

Quando aperta o serviço e ele não dá conta, a gente faz um mutirão e ajuda ele.

Agora, o primeiro pé-de-meia que nós fizemos foi quando os irmãos e eu pegamos uns café pra tocar a meia na fazenda.

As relações tradicionais de exploração do trabalho rural que condena a maioria desses trabalhadores à condição de simples reprodução e sobrevivência podem ser rompidas, em condições singulares, mas com muita frequência. As sobre determinações econômicas que geram a exclusão também podem permitir a inclusão, esta ambivalência pode ser explicitada na história de vida dos agricultores deste estudo.

5.10 A família que se estende para fora da casa

O sentimento de família compreende a casa com os frequentadores diários levados a intensa movimentação, quase sempre associada às tarefas desempenhadas de forma coletiva, geralmente as da lavoura principal que é o café. E as tarefas da casa, do cuidado com animais e outras plantas que não o café e demais atividades de subsistência apresentam-se com algum grau de divisão do trabalho, por gênero e geração. As mulheres e crianças maiores cuidam mais da casa e plantações anexas, como as flores rústicas que enfeitam as proximidades da moradia (que exigem cuidados diários menos intensivos), frutas e hortaliças de consumo doméstico (também as mais rústicas) e dos pequenos animais (galinhas e porcos, em dois casos), e os homens dos trabalhos com os grandes animais (nos três casos, vacas de leite) as plantações de subsistência mais distante, como o milho e o feijão.

Nós trabalhamos muito. Não tem dia nem hora. Somos dois cunhados e dois sobrinhos trabalhando juntos também, além do meu irmão. Então, todo mundo quer ir para frente. É fazer para melhorar sempre. Na roça é no mutirão mesmo. Em casa também cada um faz sua parte (Pedro).

Deve-se compreender o conceito de família estendida, abrangendo, além dos filhos e filhas, outros parentes mais distantes ou mesmo pessoas fora do grau de parentesco, mas que compartilham as preocupações e as responsabilidades inerentes à reprodução social e econômica do grupo. Há um líder, um cabeça, na fala deles próprios. Nos três casos do estudo, o homem é o responsável pela família que exerce conjuntamente com a mulher uma liderança moderada e aglutinadora, mais democrática (segundo a leitura de um entrevistado) atendendo aos interesses do grupo de forma individualizada, mas sem perder o controle do interesse coletivo, o que faz das suas famílias espaços privilegiados de consumo controlado e produção com viés de poupança. Este controle parece constituir, no entender deles, a condição necessária para serem bem sucedidos. Dois desses produtores vendem as suas

produções parceladamente ao longo do ano, com o consentimento e participação das suas mulheres nas decisões. Eles acham natural e necessária esta participação. “Se errar na venda, a gente erra junto ou acerta junto” (José). “A Nicinha conversa a venda comigo porque é o mais difícil do café. Fazer produzir a gente sabe, vender na hora certa é mais difícil” (Antônio)

Colabora com esta afirmação, o estudo de Faria (1997, p. 256) sobre *História da Família e Demografia Histórica*:

Foi da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originaram ou se convergiram. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento [...]. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada sua identificação era sempre com um grupo mais amplo. O termo ‘família’ apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consanguinidade, entremeava-se à coabitação [...].

A família de Pedro trabalha na lavoura de café durante a colheita com 20 pessoas, todas com algum grau de parentesco. Na época dos tratos culturais dos cafezais (épocas de tarefas de menor dispêndio de mão de obra), este contingente ocupa-se em outras lavouras, na maioria dos casos, deles próprios, “cada um tem um pedaço de café para tocar” em pequenas propriedades deles ou de terceiros. Situações semelhantes ocorrem na família de Antônio: em que 7 pessoas se revezam entre os trabalhos dele e os próprios; e na de José, 5 pessoas. Em qualquer situação inusitada de algum “aperto de serviço” o grupo está apto se juntar “em mutirão para salvar o apertado”. Embora utilizem a expressão mutirão, ela tem outro significado para eles. Todo trabalho é remunerado, não é favor que se presta. Segundo o dicionário Aurélio (1986, p. 958),

Mutirão é o auxílio gratuito que prestam uns aos outros os lavradores, reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o beneficiado, mas que neste dia faz as despesas de uma festa ou função. Este trabalho pode ser a colheita, ou queima, ou roçado, ou plantio [...].

O mutirão deles orienta-se por prática de ajuda mútua, prevalecendo o compromisso da solidariedade e o pronto atendimento de qualquer membro do grupo ou conhecido e externo ao grupo no momento em que ele mais demanda o serviço e passa por algum transtorno, impossibilidade de realizar um trabalho em tempo adequado aos ciclos naturais das plantações e animais, excesso de trabalho ou alguma doença. Participar de um mutirão é ter o compromisso, que se precisar de semelhante ajuda, será recompensado um dia. Ele funciona como uma dádiva. Mutirão é dádiva. O interesse em doar, a prática da dádiva, não são inerentemente atos de bondade, nem são dispensáveis na constituição subjetiva dos

sujeitos, constitui-se necessidade primordial para se viver em grupo, em sociedade. A doação é uma obrigação para que indivíduos se constituam sujeitos de si ao pertencerem a uma comunidade (COSTA, 2000).

Por mais que nos pareça desatualizado, a vida social em todos os tempos e espaços é um constante dar e receber que constrói alianças, que estabelecem contratos. É o que nos faz crer Mauss, (2013, p. 6).

Que força existe na coisa dada que faz o donatário retribuir? Jamais parece ter havido, nem até uma época bastante próxima de nós, nem nas sociedades muito erroneamente confundidas sob o nome de primitivas [...] algo que se assemelhasse ao que chamam Economia Natural. Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas, de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes aos contratos são pessoas morais. [...] em todas as sociedades dar e receber são universais, apenas organizados de modo particular em cada uma delas.

Na colheita de 2015, um conhecido na comunidade próxima foi diagnosticado e internado com doença grave. Era época de colheita do café e os dois filhos, filha, mulher e irmão do doente não iriam conseguir realizá-la em tempo, atribulados com a doença do pai e com a dificuldade financeira imposta pela situação. Sem que eles pedissem ajuda, um agricultor conhecido da comunidade combina com a família que vai “juntar a turma pra dar uma mão”. Combinam uma data – “foi num sábado, corri a vizinhança pra pedir e avisar pros conhecidos o dia da ajuda”. Aparecem no sábado, logo de manhã - 73 pessoas, entre homens, mulheres para “fazer o serviço de uma vez só” e concluir o trabalho da colheita até às duas horas da tarde.

Foi até bonito vem tanta gente trabalhando na lavoura de uma só vez. Teve um que ajudou com trator pra puxar o café, teve dois que foi pro terreiro esparramar o café; teve uns três ou quatro que foi depois das dez porque tinha serviço antes, mas pra não parecer meia ajuda, eles mandou outras pessoas pra cobri o lugar até eles chegar. Não precisa de fiscal, todo mundo sabe o que precisa fazer; não mediu o café porque não precisava, cada um levou sua comida e sua água, conforme a situação, uma turma grande assim não tem jeito de dar comida de uma vez. Ano passado teve um mutirão que o patrão deu marmite e coca-cola, 150 pessoas ajudou no serviço de catar milho numa roça que o vento derrubou, mas era outra situação. (Carlinhos)⁶⁶

⁶⁶ Carlinhos, relato de um dos ajudantes do mutirão. Entrevista em setembro de 2015.

O trabalho continua representando um valor cultural estruturante para a vidas destes agricultores, eles se sentem comprometidos a trabalhar para o grupo, mas a remuneração pelos serviços executados passa ser uma norma nas relações entre eles.

5.11 A terra como espaço de produção do que comer e da esperança de progredir

A vida na roça emerge na narrativa dos entrevistados como modo de vida, trabalhar na roça é modo de produção da vida, um pertencimento cultural, uma forma ética de existir, forma de produzir a subsistência material e simbólica. Os valores familiares, o sobre-esforço, a capacidade de trabalho coletivo e solidário e o conhecimento adquirido na vida são os ingredientes de sucesso na visão dos entrevistados, mesmo que isso não seja nomeado desta forma. “O produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 2013, p. 30).

Assinalo alguns excertos do discurso dos entrevistados que autorizam essa leitura:

Nossa turma é a mulher, eu, dois filhos, um cunhado e dois irmãos que sempre tá junto no serviço (José).

A nossa maior diversão é o serviço. A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça agora que não trem criança pequena (Pedro).

Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente (Pedro).

Fui criado com pouco, às vezes tinha mal pra comer e hoje tem fartura, progrediu, criou bem os filhos tem saúde por isso tem que agradecer a Deus porque está bom demais (Antônio).

Para Almeida (2003, p.75), as vidas destes sujeitos estão ordenadas em torno dos ciclos naturais do plantar e colher “[...] suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar.” “Pra nós não pode faltar nada para quem trabalha, mas todo mundo tem que trabalhar muito pra isso” (José). Ou, segundo a expressão de Aguiar *et al*, (2011, p. 3) “o campesinato, mesmo que na esfera do remanescente de seu modo de organização social, continua a produzir e reproduzir-se, resistindo a cooptação capitalista, na medida de suas forças”.

Em estudo sobre patriarcalismo *Família e Poder na Sociedade Brasileira do Séculos XVI-XIX*, Samara (1991) assim se expressa: “[...] era quase uma contingência para os indivíduos se incorporarem às famílias e grupos de parentesco, que funcionavam, ao mesmo tempo, como organizações defensivas e unidades econômicas.” (1991, p. 10).

Em *História da Família no Brasil Colonial*, estudando as formas e possibilidades de acesso à terra neste período, Silva (1998, p. 87) afirma a condição de “possuir família constituía o principal argumento para a concessão de terras”. E para Woortmann (1990, p. 37),

O sentido do campesinato e de seus sujeitos se encontra no significado da terra e da família como representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho. Terra e família são categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza.

Estes agricultores familiares que cultivam cafezais em montanhas estão funcionalmente integrados ao mercado. Utilizam técnicas modernas de produção, insumos industriais, fazem uso dos serviços de assistência técnica e extensão rural públicos e privados, utilizam crédito rural, estão atentos às inovações produtivas, são filiados à cooperativa de produtores da região, comercializam seu produto em mercado futuro. Para nós, esta condição de inserção plena no mercado distancia estes sujeitos da categoria de camponês, embora vários traços da cultura camponesa estejam presentes nos seus modos de vida e reprodução social.

Estão preocupados com a segurança alimentar de seu grupo. Tem nos cafezais seu produto comercial onde dedicam intensamente seu tempo de trabalho. No entanto, não abandonam as culturas e criações alimentares básicas responsáveis pela “fartura” e sustento de suas famílias. Sentem-se envergonhados quando, por alguma intempérie ou descuido têm que comprar na cidade algum produto que deixaram de produzir. Viver em meio à fartura de alimentos produzidos por eles é motivo de grande satisfação para os participantes, principalmente os mais velhos.

E isso é o que suas vidas conservam: estes valores saltam das suas falas e de suas crenças, emergem na organização dos seus trabalhos com a terra, nas relações com a família e com os outros. Para produzir de forma econômica, incorporaram-se ao mercado, sem abandonar os seus modos de vida mais tradicionais. “Os meus dois meninos (um tem 18 e outro, 22 anos!) tem moto, carro, tem de tudo, só não pode ter preguiça” (Pedro). “O

trabalho é da família, aqui não é cada um por si, vai tocando até depois de casado” (José).
 “A terra não é pra negociar, só no ultimo caso, ela é pra nós viver” (Antônio).

É prudente afirmar: não existem nem tipos ideais nem sujeitos rurais puros. Procurar por eles no campo pode ser uma abstração inútil. As estruturas globais se generalizam nos modos de produção da vida material e nas consciências dos sujeitos, mas as forças locais sobrevivem e resistem em ser deslocadas.

5.12 O trabalho com a terra e com a família estruturam as subjetividades

As crenças do trabalhador são elementos determinantes da sua identidade cultural e lhe conferem a sensação de pertencimento e responsabilidade com sua comunidade. A pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa, como a história de vida, possibilita a visibilidade desses valores, que não se mensuram numericamente. A história de vida é singular e é coletiva também. Na sua singularidade, as imbricações culturais se expressam porque os entrevistados pertencem a uma comunidade e sua cultura. Assinalo alguns excertos do discurso dos entrevistados que autorizam essa leitura:

Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente (Pedro).

A gente tem que agradecer a Deus por tudo que tem (José).

A gente foi criado com pouco, às vezes tinha mal pra comer e hoje tem fartura, progrediu, criou bem os filhos tem saúde por isso tem que agradecer a Deus porque está bom demais (Antônio).

Aprendi cuidar direito da lavoura (Antônio).

Ao fazer considerações sobre a (re)criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais, Martin (2008, p. 4) afirma: “a terra significa mais que uma propriedade, nela os sujeitos se encontram, constroem suas subjetividades; [...] no significado da terra e da família encontram a representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho.”. Na voz de Antônio, outro entrevistado:

Serviço pra nós e diversão. Trabalhar junto, com satisfação no que faz. E hoje o serviço não é difícil como antigamente, tem mais facilidade, tem trator, mais maquinário, condução para ir pra roça, carro para ir na cidade a hora que quer. Não depende mais dos outros para trabalhar não, precisa coisa melhor?

Aqui em casa sempre tem gente. Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente.

Festa que a gente gosta é da igreja e os casamentos que a gente costuma participar.

Em pesquisa semelhante, com o título *A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP*, D'Aquino (1996, p. 21) constata:

[...] A terra é o patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado, nas quais as três categorias estão separadas.

Nas suas falas, coincidem para estas pessoas diversão e trabalho, ainda que seja um trabalho duro. Parecem gostar tanto do que fazem que lazer e trabalho acabam se confundindo. São acostumados ao trabalho duro com a terra, incorporaram-no como a única forma de escaparem das extremas dificuldades materiais que vivenciaram ou lhes rondaram em alguma fase da vida. Hoje o trabalho intenso, coletivo, eficiente, na visão deles, faz parte de suas identidades. Acham-no mais fácil por terem incorporado equipamentos e técnicas que o tornaram mais ameno do que consideram ter sido no passado. Por isso valorizam muito os tratores, as máquinas que conseguem adquirir para a lida na lavoura.

Pode-se escrever a história de um grupo restrito de indivíduos sem se esmaecer a visão generalizante do todo a que eles pertencem e sem desconsiderar que “a história local é uma sequência de acontecimentos dentro de outra sequência de acontecimentos que é a história regional, que por sua vez, se insere em outras sequências, que são a história nacional e a mundial”. (OLIVEIRA; ZANINI, 2009, p.175).

Ao inverso, o desnudamento de outras realidades encobertas contribui para a compreensão de sentidos, nuances que abordagens macro de estudos totalizantes não permitiriam captar. A descrição e a interpretação das histórias de três famílias de cafeicultores familiares numa postura etnográfica deixa apreender vasta gama de informações de seus modos de vida e de trabalho, deixa transparecer suas crenças, expõe seus valores, ainda que a riqueza infinita de uma experiência nunca possa ser descrita completamente.

Visto *de perto e por dentro* mundo rural se apresenta muito mais *diverso e polissêmico*, são muitos os mundos rurais no Brasil, assim como os sentidos que lhes emprestam. Uma visão já bem documentada é que o trabalho assalariado no campo, com seus baixos valores, permite à maioria dos trabalhadores rurais mobilizarem-se ao nível da mera sobrevivência. Nos casos em estudo, constatou-se a melhoria das condições sociais e econômicas de trabalhadores do café que, no dizer deles, foi obtida graças a muito esforço e um determinado modo de vida. Devem ser minorias, mas expõem uma possibilidade.

A produção de café na região do estudo combina um aparente paradoxo: produtores familiares com fortes traços de tradição na organização familiar, na relação com a propriedade e com a terra têm uma produção principal modernizada destinada e integrada ao mercado interno e externo em condições competitivas. Isto faz conviver modos de vida tradicionais com práticas produtivas altamente integradas ao consumo e outras mais integradas à natureza e sem destinação comercial, com o fim de sobrevivência da própria família.

A família, a terra e o trabalho têm forte significado na vida destes produtores. Vivenciam e valorizam a família estendida, sob uma liderança forte (“mas democrática”) e aglutinadora, se orientam por uma ética do esforço e do trabalho, na sua maior parte coletivo, visando à sobrevivência do grupo, sem se preocuparem exclusivamente com o mercado. Para eles, a terra representa mais que a propriedade e trabalhar nela mais que uma profissão, significa um modo de vida que deve ser transferido à geração que se segue. Vida afetiva e trabalho são vivenciados muito misturados por estes agricultores. Vimos e ouvimos muitas vezes, que o trabalho e lazer se misturam: os espaços em que se movem, em grande parte, são os da natureza.

Apoiamo-nos em Bourdieu (2002) e Halbwachs (2013) para afirmar que não intencionamos tratar de classes sociais de produtores familiares, mas em vez disso, tentamos descrever e interpretar quadros sociais da memória e vida destes sujeitos para dar-lhes visibilidade e dar testemunho de que eles existem. E também, não é apropriada a ilusão de compreender e narrar de forma completa e linear a vida de pessoas que lidam intensamente com a terra, sem vazios e lapsos, porque estes as constituem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconheço como primeira tarefa da história das mulheres não a 'desconstrução' do discurso masculino erigido sobre [elas], mas o esforço para sobrepujar a 'escassez de fatos' relativos às suas vidas. Gianna Pomata⁶⁷ (PERROT, 2005, p. 17).

Os conceitos devem servir [...] 'à compreensão das relações reais'. Devemos acrescentar aqui: assumir o compromisso de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou (SHANIN, 2005. p. 19).

Não há nem pode haver afirmações finais em um texto acadêmico, cuja narrativa se constrói e se alimenta nas tramas das relações entre lugares carregados de sentidos, gênero, migração, trabalho e vida rural, pequenos agricultores, trabalhadoras e trabalhadores do café e do campo. O texto sempre denuncia e circunscreve quem escreve. Conquanto, por clareza e respeito aos cânones estabelecidos, deve-se prestar conta de alguns pontos relevantes que emergem ao longo deste estudo.

As formas de produção familiar no campo e na cafeicultura desafiam as análises recorrentes, no passado e no presente, de que o avanço das formas e forças capitalistas no campo levaria a sua superação. Banidas, sistematicamente, das políticas públicas por tanto tempo, associadas ao atraso que urgia ser superado, a agricultura familiar sobreviveu, fez-se viável e constituiu-se, em número de produtores, na forma dominante de produção em todo o mundo e no Brasil. Na cafeicultura, mais de 80% dos produtores pertencem a esta categoria. São numerosos, mas são pequenos. O reconhecimento público, estatal e nas ciências sociais legitima esta modalidade de arranjo produtivo no campo e indica que a modernização da produção em formas mais sustentáveis não pode não considerá-la.

As transformações do campo no Brasil e suas configurações atuais expressas em profunda desigualdade entre regiões, entre atividades agrícolas, estrutura agrária e entre formas de produção guardam relação direta com ação do Estado brasileiro, desde a sua

⁶⁷ POMATA, Gianna . Objeção expressa na sua contribuição às "Leituras Críticas" do colóquio *Femmes et Histoire*. In : PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência, 2005, p. 16-17 (Tradução de Ricardo Augusto Vieira, grifo nosso).

origem. Muito mais que relações de representação e influência, o Estado e o Campo no Brasil constituíram-se, conflituosamente, um ao outro. Ainda que a ordem econômica mundial liberalizante apregoe a ideologia do afastamento do Estado das atividades produtivas, inclusive da agricultura, a sua presença tem sido intensa e contínua. Para pensar com números, na safra 2017/2018, o montante de crédito disponível para a agricultura patronal e familiar está acima de 200 bilhões de reais, valor muito significativo, se comparado com qualquer outra modalidade de crédito oferecida a qualquer outra atividade pelo Governo Federal. Se por preocupação legítima e prudente com a segurança alimentar e nutricional da sua população, se por constrangimento de dispositivo legal que deve ser cumprido pelo gestor ou por pressão política de seus representantes e interessados, o fato é que o Estado continua delineando as feições contemporâneas do campo no Brasil.

“Ninguém consegue se envolver com a atividade de produzir café sem ser profundamente marcado por ela”. Esta é expressão de uma jovem técnica em agropecuária ao discorrer sobre sua curta experiência com a cultura do café (Dalvana)⁶⁸. A cafeicultura de montanha deixa profundas marcas na terra e nas pessoas que trabalham com ela. Reconhecer, identificar e analisar essas relações no cotidiano e nas narrativas das pessoas que vivenciam o café contribuem para a compreensão deste espaço na sua dimensão humana, muito além de um duradouro e mero produtor de mercadoria global. Comprova-se que, para todos que atuam nele, é um lugar de vida, de afeto e de dor. Os espaços, os lugares, os territórios e as paisagens do café estão ligados ao global, seguindo ordenações do mercado externo, no entanto, ainda assim, ou por isso mesmo, mantém, e reforça especificidades locais, o que autoriza a afirmação, apenas na aparência paradoxal, que os cafeicultores são tradicionalistas, inovadores e empreendedores.

Estão integrados ao mercado para produzirem, e nisso são ultramodernos, conquanto, mantêm a tradição, essa é a estratégia de resistência e reação às imposições globais dos mesmos valores, da cultura do consumo exacerbado, da funcionalidade do trabalho e da imistificação da técnica. Comportam a tradição, a inovação e a racionalidade empreendedora.

⁶⁸ Técnica em Agropecuária, São Sebastião do Paraíso(MG).

Os pequenos e médios produtores de café expressam rica e complexa relação entre o mais tradicional e o mais moderno: ao mesmo tempo em que modernizam suas lavouras, são apegados a terra, à família, à religião, a laços sociais de vida comum e solidária. A integração a mercados e a modernização da produção no campo, necessariamente, não decretam a supressão de culturas locais e podem fortalecê-las.

As migrações são tema candente para a humanidade, atualmente, porque milhões de pessoas são mobilizadas compulsoriamente pelo mundo, como também foram em todo o passado. Em sua maioria fugindo da guerra, da perseguição política por razões culturais, étnicas, religiosas, ideológicas. No caso deste estudo, muitas pessoas são mobilizadas pelo trabalho, como também foram por toda a história do nosso país. O que se apresenta com feição um pouco mais nova é a migração entre regiões rurais, que também não é de todo nova em nossa sociedade, mas nela acresce, que agora, é uma mobilização datada para começar e terminar. Há um ir e vir previsto. Também tem cara de nova, a migração das mulheres, quase em mesmo número que o dos homens. Quando buscam o trabalho temporário na colheita de café, estão utilizando, muitas vezes, estratégias de se manterem onde vivem. A inserção no mercado de trabalho, mesmo que temporário, pode significar a busca de maior autonomia e liberdade para estes homens e mulheres e constituir, além de uma reação à precariedade de suas condições, o fortalecimento de outras prioridades eleitas em suas vidas. Cada migrante que se mobiliza tem motivações, estratégias e itinerários de idas e vindas que indicam que a migração não constitui necessariamente uma tragédia em sua vida.

Neste estudo, a migração das mulheres parece atender a fins muito semelhantes aos que também mobilizam os homens. Migram para poder sobreviver onde já vivem. Para elas, a migração temporária constitui a esperança de sobrevivência em melhores condições nos seus territórios de origem. A presença de mais mulheres neste processo pode indicar que novos papéis têm-lhes sido atribuídos e impostos. Adquiriram maior autonomia e maiores atribuições e outros compromissos, por isso se lançam ao mundo.

É possível afirmar que as relações que se constroem culturalmente entre os sexos e os lugares de homens e de mulheres no trabalho com a lavoura de café puderam se tornar mais igualitários, nos últimos tempos. No entanto, ainda que se constate a crescente presença, visibilidade e protagonismo de mulheres no espaço público deste trabalho

remunerado, pouco alterou a desigualdades entre homens e mulheres no espaço privado das famílias. Para Trotsky (1980), não se construiria o socialismo sem que as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras dos cuidados da família, do lar. Sem isso, chegariam a representar, nos limites, uma força de apoio ou solidária. Se a dominação masculina é tão mais antiga, mas também fortemente arraigada em nossa cultura como a dominação capitalista, e ambos são fatos da história e não da natureza, a igualdade nas relações de gênero exige uma difícil desconstrução, sempre em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundário? 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia). FFCH da Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. da UNICAMP, HUCITEC/ANPOCS, 1992, 373 p.

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de *et al.* Agricultura familiar: a heterogeneidade da racionalidade camponesa em diálogo com as práticas no Sudoeste do Paraná. *Synergismus scyentifica*, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, n.6, (v. 1). 2011.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e gênero: articulando um debate. In: **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p.17-27, dez. 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização**: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente, 2003.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e; MARRA, Renner. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. Revista de Política Agrícola, ano XX - n. 2 - abr./maio/jun. 201, p.80-88.

AMIS, Martin. Vi o declínio da Inglaterra; vou ver também o dos EUA. **Folha de S. Paulo**, 2 fev. 2014. Ilustrada, p. E10.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A paixão medida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

_____. **As impurezas do branco**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

ARARIPE, Luiz Otávio. A volatilidade de preço no mercado de café. **Revista do café**, Rio de Janeiro, ano 93, n. 51, pp.4-5, jun. 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 352p.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crisis**. Traducción de Albino Santos Mosquera. Paidós. Barcelona, 2016. 157 p.

BARCELLOS, Tanya. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 296-309, 1995.

BASSANEZI, Maria Sílvia. C. B. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. Campinas, **Revista Ideias Unicamp**, v. 2, n. 1 (2) (2011) Disponível:< <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/465>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crisis**. Traducción de Albino Santos Mosquera. Paidós. Barcelona, 2016. 157 p.

BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 689-709, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000200015&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 de jun. de 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 114-115, abr./maio/jun. 2013.

BECKER, Olga M. S. **Mobilidade espacial da população**: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. et al. (orgs). **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 320 – 367

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes.; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 13.p.182-191.

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 160 p.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL. **Decreto nº 1.489**, de 6 de agosto de 1906. Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do accordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

_____. **Decreto nº 1.606**, de 29 de dezembro de 1906. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-norma-pl.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Decreto nº 4.548**, de 19 de junho de 1922. Autoriza o Governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional, agrícola e pastoril, e das indústrias anexas, por meio de medidas de emergência e criação de institutos permanentes. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4548-19-junho-1922-568457-republicacao-91801-pl.html>>. Acesso em: 19 de maio 2017.

_____. **Decreto nº 22.452**, de 10 de fevereiro de 1933. Crêa o Departamento Nacional do Café e extingue o Conselho Nacional do Café, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32093&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 15 de jun.2017.

_____. **Decreto-lei nº 9.784**, de 6 de Setembro de 1946. Cria no Ministério da Fazenda uma Divisão da Economia Cafeeira e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9784-6-setembro-1946-458509-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **Decreto-lei nº 2.295**, de 21 de novembro de 1986. Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2295.htm>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. **Decreto nº 94.874**, de 15 de setembro de 1987. Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Decreto nº 4.623**, de 21 de março de 2003. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA- e Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4623.htm> Aceso em: 19 maio 2017.

_____. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decretoD9064./D9064.htm>. Acesso em: 13 ago 2017.

_____. **Lei nº 4.214**, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4214.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Lei nº 5.889**, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Institui o Estatuto da terra e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm > Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> Acesso em : 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.718**, de 20 de junho de 2008. Acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais... <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11718.htm>. Acesso em: 29 jul. 2017.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326>. Acesso em: 10 de maio 2017.

_____. MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018**. Brasília, DF, 2017b. <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-novo>>. Acesso em 30 jul. 2017.

_____. Casa Civil - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2018**. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

_____. MDIC-Ministério da Indústria e Comércio. **Regime Jurídico das Empresas Comerciais Exportadoras**. < <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/empresa-comercial-exportadora-trading-company>>. Acesso em: 12 maio 2107.

_____. Observatório de Gênero. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2009. Disponível em:<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

BRIGG, Pamela H. A migração para as áreas urbanas. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 611-692.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

_____. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, 57, USP, 2006.

_____. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan-abr/2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, José; FERNANDES, Fernando. Estimativas de saldos migratórios e taxas líquidas de migração das unidades da federação e grandes regiões do Brasil, por sexo, idade e setores rural e urbano 1960-1970 e 1970-1980. **CEDEPLAR/ UFMG**, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 459 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p.11-43.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ). **Relatório mensal de exportações**. Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes>>. Acesso em: 10 abril 2017.

CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC). **História-Política**. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=8>>. Acesso em 20 jul. 2017.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de café**. Brasília: v. 4, safra 2017, n. 1, 1º levantamento, jan. 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_01_17_14_51_54_boletim_cafe_-_janeiro_de_2017.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CONAB. **Séries históricas**. Disponível em : <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252>>. Acesso em: 15 maio 2016.

CORDEIRO, Antônio Teixeira; SINGULANO FILHO, Gabriel; RIBEIRO, Marcelo de Freitas. Caracterização da Propriedade, do Cafeicultor e da Atividade Cafeeira. In: VILELA, Pierre Santos ; RUFINO, José Luis dos. (coord). **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**, (coord). Belo Horizonte: INAES, 2010, 300 p.

COSTA, Jurandir Freire. A capacidade de doar. **Reflexão**, Instituto Ethos, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 11-12, Mar. 2000. Disponível em < <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Reflex%C3%A3o01.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

COSTA, Francisco Assis. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, p. 45-60, 2013.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. In: **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCEEFS, 2002, vol. 10, nº 2/2002 p.301-324.

COSTA, Leticia Magalhães; OLIVEIRA e SILVA, Martin Francisco. A indústria química e o setor de fertilizantes. **Série BNDES 60 anos**, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_v.2_quimica.pdf>. Acesso em: 12/05/2017.

D'AQUINO, Teresinha de. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS**, 1996, São Paulo. *Anais....* São Paulo, 1996.

DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil**. 2. imp., São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São. Paulo, 1966.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paulo: Ícone, Editora da Unicamp, 1985.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio**. Brasília: IPEA, 2012.

DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. Curitiba, PR, UFPR. v. 41, n. 0, p.1-10, 2004. Disponível em: <www.revistas.ufpr.br/direito/article/view/38314/23372>. Acesso em 10 jul. 2017.

DI SABBATO, Alberto; MELO; Hildete Pereira. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Andrea Boto (org.). Brasília: MDA/NEAD, 2009. 168p.

DURHAM, EUNICE. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIZAGA, Juan. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 539-576.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e da demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 241-158.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. **A revolução de 1930: história e historiografia** 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAVARETO, Arilson. Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: BAUANIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, 1182p.

FERREIRA, Jurandir. **Vou me para Morumiranga**. Jornal Novidades, Poços de Caldas, n. 10, p. 4, jul. 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base de João Goulart**. Rio de Janeiro, CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Janaína Passos Amado Batista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annabume; Fapesp, 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). Do destino e utilização dos homens do campo. In: **FEE. A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982, p. 67-73. (25 anos de economia gaúcha. v. 3).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estudos Econômicos. **Regiões de Planejamento**. 3 ed. Belo Horizonte: FJP, 1992, 71p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013, 238 p.

GAUD, William S. *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions. AdBioWorld-8 March 1968*. Disponível em: <<http://www.agbiotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GARCIA JR, Afranio; GRYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: S. Miceli (org.). **O que ler em ciências sociais**. São Paulo: ANPOCS, 1999.

_____. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro.. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª. ed., 13ª.reimpr. Rio de Janeiro : LTC, 2008. 323p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997, 245 p.

GRAIN. **Monsanto out of China**. Barcelona, Spain, 23 mai 2015. Disponível em: <www.grain.org/bulletin_board/entries/5218-press-release-monsanto-out-of-china>. Acesso em: 23 mar 2017.

GUANZIROLI, Carlos. Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000, 76 p. il.

_____ et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamount, 2009.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2002. (Série Pesquisas, 1).

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “dos fins dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. Ed. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013, 224p.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da Fonseca; SOARES, Wagner Lopes. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira. Situação atual e perspectivas. In: In: BAUANIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21** : a formação de um novo padrão agrário e Agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, 1182p.

HEIDEMANN, Dieter Heinz. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. In: *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, Ano 2011.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1972, tomo II, vol. 5.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da Fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/agropecuária/censoagro/Brasil censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/agropecuária/censoagro/Brasil%20censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2015.

IBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. 1, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE-Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes**. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov>>

.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201604caderno.pdf. Acesso em: 15 ago. 2017.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A estrutura da produção no campo em 1980**. Perspectivas, São Paulo, v.12/13, pp. 55-72, 1989/90.

KAUTSKY, K. 1986. **A questão agrária**. São Paulo, Abril/Nova Cultural. (Col. Os Economistas.)

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. Trad. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira; São Paulo: Ed Perspectiva, 1998, 258 p.

KLAFKE, Álvaro Antônio; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963**: o ponto de vista dos sujeitos sociais. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. In: Textos para discussão nº 134; maio 2015.

LAFER, Celso. O convenio internacional do café. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 285-340, jan. 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676>>. Acesso em: 09 sep. 2017.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza**: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, 1996.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 89-114.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da corte na formação política do Brasil- 1808-1842). 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, 13p. (Biblioteca Carioca, v.25)

LEWKOWICZ, Ida. **Vida em família**: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX) 1992. Tese (Doutorado em História) - Programa Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 4.ed. Brasília: ESAF, 1988.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Andrea Boto (org.). Brasília: MDA/NEAD, 2009, 168p.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria RS, vol. 16, n. 2, p. 24-32, maio/ago. 2012.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. (PP. 225-249)

LÖW, Martina. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 17 – 34, nov. 2013.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. 247 f. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, FFCH, Programa de Pós Graduação em Ciências Socais 2008. Salvador, 2008, 247p.

MACHADO, Andre Grossi; CAUME, David José. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, vol. 27, nº 1, p. 97–104, jan./jun. 2008.

_____. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 46. 2008, Rio Branco, Acre. Anais... Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/108090/2/17.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. ‘De perto e de dentro’: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em: 15 de mar. 2016.

MARTIN, Andrey Minin. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re)criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. **Revista História em Reflexão**, Dourados, MT v. 2, n. 4, jul./dez. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. **A degradação do outro nos confins do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. A modernidade do passado no meio rural. In: BUAINAIM, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 23-31.

MARX, Karl. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). Tradução de Jesus I. Raniere. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.103-110.

MARX, Karl. MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 138 p.

MATTEI, Lauro Francisco. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: Sober, v. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-200320140006000006>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. Estud. Soc. e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, abr.2012, 301-325.

MATIELLO, José Braz; CARVALHO, Francimar. **Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: o caso do café**. Revista de Economia Rural–SOBER. Brasília, v. 18, n. 03, p. 494-505, 1980.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. 544 p.

_____. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, 288 p.

MELO, FERNANDO HOMEM DE. **Café brasileiro: não a um novo acordo internacional**. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 4 (52), p. 36-46, out-dez 1993.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. DF: MDA/NEAD, 2006, p 47-87.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro** (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESSIAS, Rosana Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MICELI, Wilson Motta. O contrato futuro de café arábica: volatilidade e variáveis que interferem no preço.. **Resenha BM&F**, São Paulo, v. 3, n. 167, pp. 79-88, jan.2006.
Disponível em: http://www2.bmf.com.br/cimConteudo/W_ArtigosPeriodicos/Cafe167.pdf
Acesso em: 24 jan. 2017.

MORAES, Luciano de Paula; SILVA, Carlos Alberto G. A volatilidade do preço do café: um estudo dos modelos heteroscedásticos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**, 23. 2011. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_140_887_18973.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MORAES, Maria Dione Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense**. 2000. 481f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 211-244

MUAZE, Mariana. SALLES, Ricardo (org). **O Vale do Paraíba e o Império nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

NASCIMENTO, A. M. **Uma contribuição para o estudo dos custos de oportunidade**. São Paulo: USP, 1998. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 1998.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO; Zander (org). Brasília : Ipea, 2010. 298 p.

_____. **Nunca cruzaremos este rio** - A estranha associação entre “o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 5 - 51, mai/ago. 2008.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. *Economia - Revista da ANPEC*- vol. 7, n. 3 –set/dez. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e Geografia. In: **OLAN – Ciência & Tecnologia**. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 14-28.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **OIC: Missão**. Londres, 2017.
Disponível em : <http://www.ico.org/documents/cy2012-13/history-ico-50-years-p.pdf>.
Acesso em: 20 jul. 2017.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana**. São Paulo 1980-1993. Campinas-SP: UNICAMP. Instituto de Economia, 1997.

PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira. **A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências**. 2013, 208 f. Tese (Doutorado em Geografia Física). FFLCH da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2013.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária”. In: **Debates CPDA**. Rio de Janeiro, set. 1997, n.1.

_____. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos. Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec. 1989 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2017.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias** - Movimento migratório em comunidades rurais no sertão norte de Minas Gerais, 2009. (Tese de Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2009, 350f.

PELAÉZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café - 1906-1945: teoria, política e medição. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 25 (4), p.5-211, out/dez 1971.

PERISSONOTTO, Renato Monseff. Ruralismo e hegemonia na primeira república. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 12, p. 151-156, jun. 1999.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, 184p.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, nº 03 | jul.-set. 2009.

PNAD - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos Indicadores Sociais – 2016. **Estudos e Pesquisas** n.31, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, Cepedoc/FGV.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, UFF, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PÓVOA NETO, Helion. **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual**. In: *Experimental*, n. 2, 1997, p.11-24.

RAMOS, Carolina. Estatuto da Terra: embates e diferentes interpretações. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 19-88.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEMBOIN, Jacques; MOREIRA, Francisco Gilvan Lima. O fenômeno da “chegada urbana” em contraponto ao do “êxodo rural”. In: **XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Anais... Caxambu: ABEP, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, Alda do Amaral. **JDE adquire marcas de café da Cacique no Brasil**. Valor Online. São Paulo, 24 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4845282/jde-adquire-marcas-de-cafe-da-cacique-no-brasil>> Acesso em 15 abr. 2017.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 93-101, 1998.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1995. 164 f. Tese (Doutorado em Economia)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS JÚNIOR, Jaime. **Na trama das identidades:** vida e trabalho no corte de cana em Sergipe. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Anais, v. 3, São Paulo. ABEP, 1992, p. 119-144.

SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, mar./ago. 1991.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu- GO (1940-1964)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2003.

SANTOS JÚNIOR, Jaime. **Na trama das identidades:** vida e trabalho no corte de cana em Sergipe. 250 f. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2014.

SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Hucitec, 2002a.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2004

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

SASKIA. **Contrageografias de la globalización:** género e ciudadanía en los circuitos transfronteirizos. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. In: Educação & Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação (UFRGS), vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.7, pp. 1-21, jul/dez 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nisa. **História da família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. *A “DONA” DO SERTÃO: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII*. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado), Niterói-UFF- Instituto de ciências Humanas e Filosofia, 2011.

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari. **A colônia vazia: trabalhadores sem trabalho e sem morada na lavoura de café no Sul de Minas Gerais**. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2012.

TESSARI, Cláudia Alessandra. **Braços para colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**. 2010. 300f. Tese (Doutoramento História Econômica) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**. Niterói, RJ, v.5, n.1, Verão 2015, p. 52-59.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção. **Mana - Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 416 p.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. (trad. Marcos Santarrita) 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 204p.

SINGER, Paul Israel. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SINGER, Paul, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, In: **Migração Interna, Textos Selecionados**, tomo I, MOURA, HÉLIO (coord); Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

SMITH, Herbert Huntington. **A cultura do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1938.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**. Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: _____ et al. (Orgs.) **Ambiente e lugar no urbano**: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 13-34.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODARO, Michael; A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos, In: **Migração interna, textos selecionados**, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

TROTSKY, L. **Da velha à nova família**. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

VAINER, Carlos B., Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade, In: POVOA NETO, H. E; FERREIRA, A. P. (orgs) **Cruzando Fronteiras Disciplinares**, um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Editora Revan / FAPERJ, 2005.

VALÉRY, Paul. **La France veut la liberté**. Paris: Plon, 1938.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola**: Uma Visão Histórica. 2 ed. São Paulo, Edusp, 2007, 249p.

VEIGA, José Eli et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. 2. reimp. Brasília: MDA, 2001. 108 p. (Serie Textos para Discussão, 1).

VEGRO, Carlos .L. **Vetores dinâmicos para o mercado de café**. Infobibos. 2010. Disponível em:http://www.infobibos.com/Artigos/2010_4/MercadoCafe/index.htm. Acesso em: 12/5/2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da 'política do café com leite'. **Anuário IEHS**, Tandil, 2001, n. 16, p 73-90.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In TEDESCO, Juan Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo. EDIUPF, 1998.

_____. **Carta de Maria de Nazareth Baudel Wanderley**. In: *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. v. 4, n. 1. 2011, pp.15-19.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela. Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 2008.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para As tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. (Orgs.) - Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1994, 136p.

WOORTMANN, Klaus. **Com parente não se neguecia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

Yi-Fu-Tuan. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983a. 250p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no rio grande do sul (1875-1975). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** - REMHU, Brasília, ano XVII, n. 33, p. 175-196, jul./dez. 2009.

ZEN, Bárbara et al. Análise do Comportamento dos Preços Históricos do Milho no Rio Grande do Sul. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010. 48º **CONGRESSO SOBER**. <<http://www.sober.org.br/palestra/15/356.pdf>>. Acesso em 25 set. de 2015.